



RELATÓRIO ANUAL 2024

INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA - IRPAA

DIRETORIA DO IRPAA

José Moacir dos Santos – Presidente
Alcides Peixinho Nascimento – Vice Presidente

Cláudia Máisa de Oliveira Souza– Tesoureira
Ângela Maria de Oliveira Souza– Secretária

CONSELHO FISCAL

Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Coopercuc)
Rosendo dos Santos Filho
Edineusa Ferreira Sousa

COORDENAÇÃO COLEGIADA

Cícero Félix dos Santos - Coordenador Geral
Nívea Solange Rocha da Silva - Coordenadora Administrativa
Clerison dos Santos Belém - Coordenador Institucional

RELATÓRIO ANUAL IRPAA 2024

CONTEÚDO

Eixos: Clima e Água; Produção Apropriada; Educação e Comunicação e Administração

REVISÃO EDITORIAL

Eixo Educação e Comunicação
Coordenação Colegiada

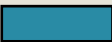
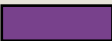
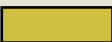
FOTOS

Acervo Irpaa

DIAGRAMAÇÃO

Luan Gil

Sumário

	Eixo Clima e Água	4
	Eixo Educação e Comunicação	30
	Eixo Produção Apropriada	66
	Relação da Equipe do IRPAA em 2024	94
	Anexos	96
	Lista de Siglas	106



EIXO CLIMA E ÁGUA



1. INTRODUÇÃO

Frente à conjuntura territorial, nacional e global, em seus diversos aspectos impactantes ao bem-estar das pessoas e da natureza como um todo, o Eixo Clima e Água seguiu atuando no Semiárido brasileiro, conforme as diretrizes do plano decenal e do plano anual correspondentes. Seu objetivo foi contribuir para uma melhor compreensão sobre o clima global e as especificidades do Semiárido brasileiro, no processo de construção e implementação de políticas públicas de água e de tecnologias sociobioprodutivas apropriadas, de forma participativa, visando à plena qualidade de vida das famílias e à conservação dos bens naturais.

Ressaltamos que, com as mudanças climáticas, territórios não semiáridos passaram a enfrentar, no aspecto da chuva, a característica da irregularidade em sua distribuição — em volume, tempo e espaço geográfico — afetando os processos produtivos e o abastecimento de água e alimentos. Assim, agravado pelas mudanças climáticas e, sobretudo, por degradações locais decorrentes das más práticas humanas de uso do solo, o fenômeno da desertificação vem se intensificando (com 13% do território em estágio avançado), configurando-se como um fator limitante à produção de alimentos e à geração de renda pelas populações rurais vulneráveis, além dos impactos sobre a biodiversidade. Dessa forma, as ações contemplaram também esses aspectos.

Consideramos ainda que havia uma previsão de forte atuação do fenômeno El Niño em 2024, que, assim como o La Niña, quando ocorrem, geralmente têm início nos últimos meses do ano, com tendência a se alternarem em intervalos irregulares de 3 a 7 anos, e apresentam duração média bastante variável. O El Niño passou a ser registrado a partir de 1877, mas há indícios de ocorrências remotas como anomalias climáticas, sendo possível que o mais longo tenha durado 270 anos, entre 1630 e 1900. Apesar da forte previsão, não houve ocorrência de El Niño em 2024. Pelo contrário, registrou-se a presença de um La Niña, que, embora fraco, impulsionou a evaporação no Atlântico Sul, mantendo, em 2024, a média de chuvas anual observada nos últimos dois anos no Semiárido brasileiro.

Observando os dados de precipitação em Juazeiro, conforme medições da Embrapa Semiárido, na Estação Mandacaru (Figura 1), diferentemente do ano de 2020/21, em que choveu apenas 238 mm — configurando-se como o encerramento do último grande ciclo de secas consecutivas iniciado em 2012 —, tivemos, nos últimos três anos, volumes de chuva dentro da média histórica, alcançando 502 mm, 548 mm e 524 mm nos anos de 2021/22, 2022/23 e 2023/24, respectivamente. Esse comportamento se deve à elevação da temperatura da superfície do Oceano Atlântico, acima da média, o que intensificou a evaporação e, conseqüentemente, levou os ventos alísios a transportarem umidade em maior quantidade para o interior do Nordeste do Brasil, incluindo a região do Semiárido.

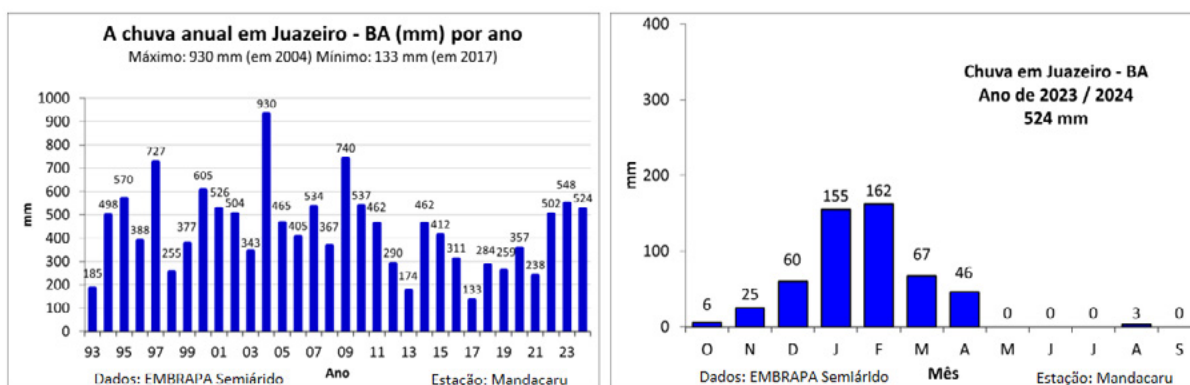


Figura 1 - Distribuição da chuva anual e em 2024 em Juazeiro Bahia.

O trabalho de medição, estudo e planejamento das atividades socioprodutivas, políticas públicas, cultura e modos de vida, com base nos volumes e na distribuição das chuvas, tem sido incentivado não apenas entre educadores, técnicos e lideranças comunitárias, mas, sobretudo, entre gestores públicos e famílias. Muitas dessas famílias têm se apropriado dos conhecimentos adquiridos e continuam praticando a medição das chuvas (Figura 2).

O ano de 2024 também foi marcado pelo retorno efetivo do Programa Cisterna, com orçamento público federal proveniente do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS) e execução compartilhada com entidades da sociedade civil organizada. Após mais de seis anos praticamente sem atividades, o programa voltou a beneficiar famílias com tecnologias de captação de água da chuva, consolidando-se como parte da cultura de convivência e adaptação à realidade climática do Semiárido. Atualmente, mais de 70 organizações participam da execução do programa, atuando em mais de 300 municípios da região. Em 2024, cerca de 50 mil famílias acessaram tecnologias de primeira e segunda água, destinadas, respectivamente, ao consumo direto e preparo de alimentos, e à produção de alimentos e dessedentação animal. Essa mesma perspectiva se mantém para o ano de 2025.



Figura 2 - Família de agricultores medindo a chuva em Campo Formoso.

Como afirmou o coordenador da ASA, Cícero Félix: “São mais 50 mil famílias podendo disponibilizar o tempo antes gasto na busca pela água — e na disputa por ela com os animais, principalmente as mulheres — para outras atividades, para se formarem, se organizarem e continuarem conquistando outros direitos.”

Apesar de ainda haver uma demanda significativa por cisternas — com mais de 300 mil famílias aguardando o acesso à primeira tecnologia —, esse avanço representa um passo fundamental na perspectiva da universalização do acesso à água.

Em relação à fome, o Brasil vinha apresentando uma trajetória ascendente, de modo que as famílias com algum tipo de insegurança alimentar saltaram de 36% em 2018 para 55% em 2020 e 58% em 2022. A insegurança alimentar grave (a fome), que afetava 9% da população brasileira como um todo em 2018, passou para 15% em 2022, sendo mais presente nas regiões Norte, com 25% dos lares, e Nordeste, com 21%.

Em 2024, o Brasil avançou significativamente no combate à fome, reduzindo o número de pessoas em situação de insegurança alimentar severa de 17,2 para 2,5 milhões, em comparação a 2022. Isso corresponde a uma redução de 85% e projeta-se a retirada do país do Mapa da Fome em 2025. Tal avanço se deve à retomada de programas sociais voltados à estruturação e ao fomento da produção e aquisição de alimentos, ao comércio institucional, ao fornecimento solidário de alimentos e à transferência de renda, entre outras ações.

Na Bahia, algumas estratégias vêm sendo adotadas, e estima-se que cerca de 800 mil pessoas saíram da situação de fome. Para dar continuidade a esse progresso, têm sido promovidas ações emergenciais, como a entrega de cestas básicas, e também ações estruturantes, como o PAA, o PNAE, projetos de implementação de cisternas e de quintais produtivos, além de assessoria aos sistemas produtivos por meio do Programa ATER Bahia Sem Fome e outros projetos afins.

Assim, consideramos que, apesar dos desafios socioambientais — incluindo a insegurança política diante das instabilidades globais decorrentes de guerras bélicas, comerciais e de tecnologia da informação —, este foi um ano bastante produtivo para o Semiárido brasileiro. Destaca-se, sobretudo, o contexto climático e hídrico, no qual o Irpaa manteve sua contribuição na construção e implementação de políticas e de uma cultura de convivência e adaptação às condições climáticas locais, cujas especificidades das ações serão descritas nos tópicos a seguir.

2. NOSSA CAMINHADA EM 2024

Para o desenvolvimento das ações em 2024, contamos com recursos nacionais e internacionais. Por meio da cooperação internacional, tivemos o apoio da Cáritas Alemã, com o projeto denominado “Mobilização de saberes e recursos para incidência, defesa e consolidação da Convivência com o Semiárido, em vista à redução da pobreza, mitigação dos efeitos do El Niño e transformação socioecológica, no Brasil”, e da organização Horizonte 3000, da Áustria, com o projeto “Agenda 2030 na Bahia – Sociedade civil, Estado e Municípios numa ação comum”. Com recursos nacionais, atuamos por meio de quatro projetos provenientes das três fontes a seguir:

- Governo do Estado da Bahia, por meio da SDR, com os projetos “Pró-Semiárido”, em caráter de ATER, e “Saneamento e Sementes Crioulas”, com foco na formação e implementação de tecnologias de reúso de água — ambos cofinanciados pelo FIDA;
- Governo Federal, por meio do MDS, com o Programa Cisternas, que contempla o P1+2 da ASA, tendo o Irpaa como executor nas frentes de formação, tecnologias de captação

de água da chuva e fomento produtivo;

- E, em menor proporção, contamos com aporte da WTT Brasil, organização sem fins lucrativos de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico e gerencial, para a execução do projeto “Formação em Saneamento Rural”, realizado pelo GT de Saneamento Rural da ASA.

Para evidenciar as principais ações desenvolvidas em 2024, bem como seus efeitos, foram sistematizados dados de 500 eventos (Figura 3), entre atividades realizadas diretamente ou com a participação de membros da equipe, totalizando um público estimado em 19.500 pessoas.

As ações de caráter político ocorreram por meio da atuação em conselhos, fóruns, comitês, redes e instituições públicas, com contribuições em diversas frentes, especialmente nas redes ATER Nordeste, AABA e ASA — esta última uma associação âncora da AP1MC, atualmente presidida pelo coordenador-geral do Irpaa, em seu segundo mandato. A ASA, por sua constituição e repercussão, alcança cerca de um milhão e meio de famílias em todo o Semiárido brasileiro.

O trabalho na linha de experimentação concentrou-se no campo do saneamento rural, com a apropriação, adequação e monitoramento de tecnologias, avaliando sua funcionalidade, eficiência e sustentabilidade. Já a linha de formação foi desenvolvida em caráter de ATER, por meio do acompanhamento técnico às famílias e associações, com foco na gestão de empreendimentos socioprodutivos, implementação e manejo de tecnologias e sistematizações nos Territórios Sertão do São Francisco e Piemonte Norte do Itapicuru, ambos no norte da Bahia. Alcançamos diretamente 3.000 famílias, abordando temas centrais para o Irpaa, como clima e água, produção, educação e comunicação, bem como inovações como o recaatingamento e o saneamento rural.

O trabalho teve como foco a formação de lideranças, a mobilização e o intercâmbio de saberes, bem como a articulação política. Nossas ações alcançaram representações dos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão e Minas Gerais, além de contribuir com movimentos sociais e instituições atuantes em outros biomas do Brasil.

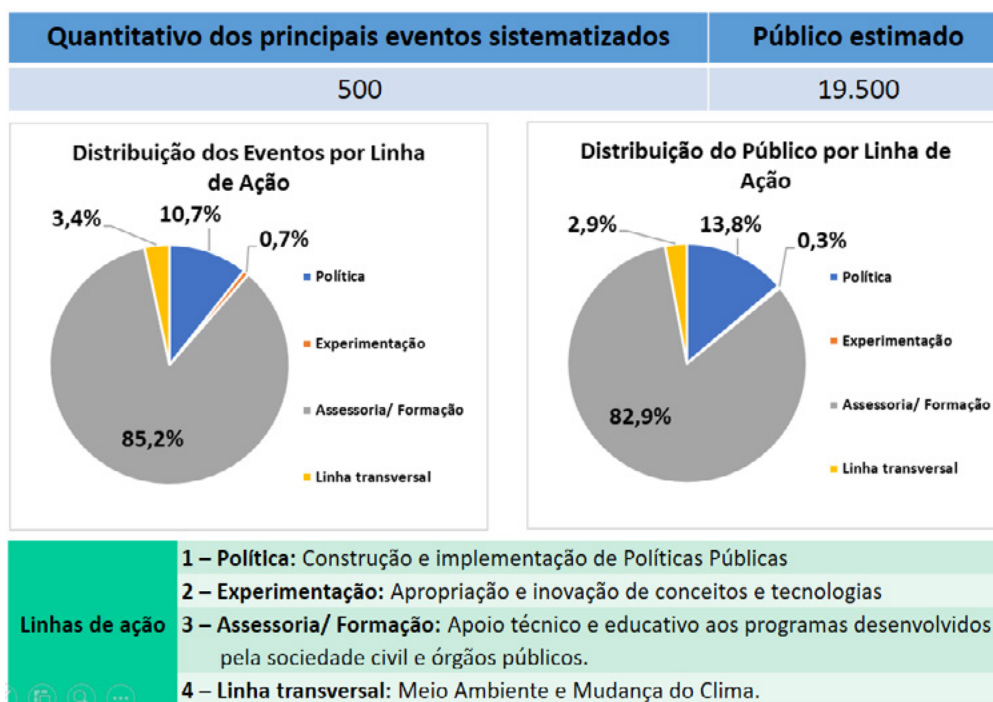


Figura 3 - Dados das principais ações realizadas ou que contribuímos em 2024.

Considerando a interação com outros eixos, que incluem a comunicação institucional, os temas específicos de clima e água foram abordados em diversas peças de comunicação, totalizando, ao menos, 66 publicações no Facebook, 74 no Instagram, 33 programas de rádio e 32 matérias para o site institucional.

2.1. Descrição das ações nas linhas prioritárias de atuação do Eixo Clima e Água

2.1.1. Política

As ações de caráter mais político, relacionadas ao clima e à água, têm como objetivo contribuir para a construção e implementação de políticas públicas de acesso e gestão da água no contexto do Semiárido (com base nas *Cinco Linhas de Luta pela Água*).

Neste ano, as ações na linha de atuação política corresponderam a 11% do número total de eventos sistematizados e abrangeram cerca de 14% do público total das ações do eixo. Dentre essas ações, destacam-se as de incidência em conselhos, comitês, fóruns, plenárias, seminários, congressos e intercâmbios.

Em 2024, conseguimos viabilizar novos contratos para a continuidade de ações custeadas no âmbito dos projetos Pró-Semiárido e WTT, bem como aditivos de prazo e metas do projeto *Saneamento e Sementes*, além de prorrogações de prazo, metas e recursos do projeto de Segunda Água, designado como P1+2. Essa etapa de aditivo contemplou uma experimentação com 45 famílias – sendo cinco na Bahia, sob a coordenação do Irpaa –, com foco na promoção do abastecimento de água de uso doméstico não potável, a partir de cisternas tipo calçadão ou telhadão preexistentes, seguido da implementação do reúso de água, com monitoramento dos

volumes utilizados na casa e no quintal. Essa experiência certamente contribuirá para impulsionar a inclusão dessa ação no orçamento federal nos próximos períodos.

Do mesmo modo, apresentamos propostas de trabalho para editais abertos junto ao BNB, ao Governo da Bahia (SEADES), além de termos contribuído na elaboração de projeto para captação de água de chuva em comunidades Yanomami, na Amazônia, a convite da Fiocruz.

Contribuímos ativamente para a manutenção das atividades de oito conselhos municipais – de segurança alimentar e nutricional, turismo e meio ambiente – além de três comissões e movimentos de Povos e Comunidades Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto. Também atuamos no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre e na câmara técnica de planos, programas e projetos de saneamento do Comitê da Bacia do Rio São Francisco.

Dentre os eventos de médio e grande porte realizados em 2024, destacam-se:

- o 11º Festival do Umbu, realizado de 1º a 5 de março, em Uauá, onde realizamos exposição, ministramos palestra e promovemos a participação de 91 agricultores/as;
- a Missão Climática na Caatinga, em 11 de junho, em Petrolina, com a presença da Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva (Figura 4), ocasião em que, além da equipe técnica, contamos com a participação de mais de 142 agricultores/as;
- o 13º Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água de Chuva, de 25 a 27 de agosto, em Recife (PE), onde mediamos a mesa intitulada “Água de Chuva no Contexto dos Povos Originários e Água de Chuva e a Questão de Gênero e Raça”;
- o X Encontro Nacional da ASA, de 18 a 22 de novembro, em Piranhas (AL) e Canindé do São Francisco (SE), onde contribuímos na condução de oficina, exposição no Terreiro de Inovações, lançamento do Programa de Saneamento Rural e intercâmbios em comunidades rurais;
- o 1º Congresso Nacional de Saneamento Rural, de 20 a 22 de novembro de 2024, no qual ministramos um minicurso, coordenamos uma visita de intercâmbio e apresentamos a palestra “Atuação da Sociedade Civil em Saneamento Rural com Reúso de Água no Semiárido Brasileiro”.



Figura 4 - Presidente do Irpaa (José Moacir) explica realidade climática da caatinga para o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues e para a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

A Missão Climática pela Caatinga contou com diversas lideranças políticas nacionais e internacionais, incluindo representações da ONU e a ministra do Meio Ambiente. O presidente do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), José Moacir dos Santos, apresentou detalhes sobre a metodologia do Recaatingamento, explicando também as especificidades do clima semiárido — especificidades essas que ensinam como as comunidades podem se adaptar e conviver com a região. O evento contou ainda com um ato simbólico, no qual a ministra Marina Silva e Ibrahim Thiaw (secretário da UNCCD) realizaram o plantio de uma muda de umbuzeiro, árvore sagrada do Semiárido.

O saneamento rural no Brasil ainda carece de dados e investimentos. Apesar dos significativos avanços no acesso à água potável, proporcionados pelo Programa Um Milhão de Cisternas — que garantiu acesso à água para consumo humano a mais de um milhão de famílias do semiárido brasileiro —, ainda são escassas e pontuais as ações voltadas ao esgotamento sanitário e ao tratamento de efluentes.

A partir da participação no Grupo de Trabalho de Saneamento da ASA Brasil, no qual o IRPAA exerce gestão compartilhada, foram promovidas diversas atividades, tais como estudos, seminários, intercâmbios, visitas técnicas, entre outros eventos. Essas ações permitiram, ainda no primeiro semestre, avanços significativos por meio de um processo participativo, envolvendo 73 pessoas de 11 estados brasileiros na construção da Proposta de Programa de Saneamento Rural, elaborada em conjunto com as organizações que compõem a ASA. O documento foi disponibilizado à coordenação da articulação em 27 de maio, culminando com sua apresentação e aprovação durante o X ENCONASA, realizado entre os dias 18 e 22 de novembro, nos municípios de Piranhas (Alagoas) e Canindé de São Francisco (Sergipe) (Figura 5).

Para além da incidência na defesa por orçamento público voltado à implementação de ações estruturais (como o acesso a tecnologias), o GT destacou a necessidade de avanços na

formação de capacidades e na apropriação de modelos de gestão dos serviços de saneamento em áreas difusas. Isso porque, sem contrapartida e gestão compartilhada — sobretudo em sistemas comunitários —, dificilmente se alcança viabilidade e eficiência no esgotamento rural com reúso das águas.



Figura 5 - Eventos do processo de elaboração e aprovação do Programa de Saneamento Rural com Reúso de Água, da ASA.

Nesse contexto, no âmbito do citado Grupo de Trabalho (GT), no segundo semestre de 2024, contribuímos com a realização de cinco atividades principais, voltadas à troca de experiências relacionadas à gestão compartilhada dos serviços de saneamento e à incidência política para a aprovação do programa de saneamento rural anteriormente mencionado. Tais atividades foram fundamentais para a compreensão das possibilidades de saneamento no meio rural, com destaque para a discussão sobre sistemas coletivos e os cuidados necessários à gestão durante e após a implantação desses sistemas.

Essas ações foram decisivas para a construção da proposta posteriormente aprovada no X ENCONASA. Dentre elas, destacam-se dois intercâmbios/caravanas que reuniram, ao todo, 41 lideranças de nove estados brasileiros. Nesses encontros, foram visitados e debatidos sistemas coletivos de tratamento de água em nível comunitário, nos estados de Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Norte, conforme descrito a seguir: a) Realização de duas caravanas de aproximadamente 400 km cada, nos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia, nos períodos de 04 a 06 de setembro e de 23 a 25 de outubro de 2024, respectivamente; b) Participação em evento realizado em Salvador, de 06 a 08 de agosto de 2024, sobre modelos de gestão de serviços de saneamento comunitário; c) Visita de intercâmbio ao estado do Piauí, com foco no uso de fossas sépticas construídas com apoio do banco KfW há décadas, beneficiando cerca de três mil famílias; d) Formação realizada na Embrapa Hortaliças, em Brasília, de 11 a 14 de novembro de 2024, abordando o reúso irrestrito de água e a regulamentação do reúso de água na agricultura; e) Seminário virtual de devolutiva das aprendizagens para outras lideranças, realizado em 05 de dezembro de 2024.



Figura 6 - Articulação e Intercâmbio sobre gestão de serviços de saneamento rural compartilhado entre usuários, comunidades, associações e poderes públicos municipal e estadual.

2.1.2. Experimentação

As ações desta linha têm como objetivo a apropriação, adequação, inovação e difusão de conceitos e tecnologias apropriadas, visando contribuir para a segurança hídrica, alimentar, energética, ambiental e climática. Em 2024, será priorizada a demanda por saneamento rural e por soluções em energia renovável de pequena escala, com ênfase na produção de biogás.

Foi realizado um trabalho de monitoramento de tecnologias de saneamento básico rural, com o objetivo de acompanhar o número de tecnologias ativas e inativas, bem como a qualidade do tratamento dos efluentes realizados por agricultores e agricultoras no funcionamento dessas tecnologias. Ao todo, foram realizados 111 diagnósticos de saneamento rural — um por família — seguidos de orientações sobre os sistemas socioprodutivos (Figura 7), nos quais se aplica o uso da água de reúso, incluindo-se 10 Escolas Famílias Agrícolas (EFAs).

O trabalho foi conduzido em parceria com os agricultores e agricultoras, verificando-se a produção de forragens e frutas obtidas a partir da irrigação com água de reúso. Também foi analisada a qualidade dos efluentes com base em uma escala cromática de dez tonalidades, que indicam se o tratamento é desejável, indesejável ou ideal. Em 30 diagnósticos, observou-se ainda o volume de água disponibilizado.



Figura 7 - Monitoramento da qualidade da água e da produção de frutas e forragens obtidas com reúso de água.

O monitoramento e a sistematização de dados mais específicos foram realizados com sete tipos diferentes de tecnologias, sendo: Bioágua (40%), UASB familiar (30%) e UASB comunitário (10%) entre as tecnologias observadas. A partir das análises, foi possível verificar o desempenho dos sistemas ativos.

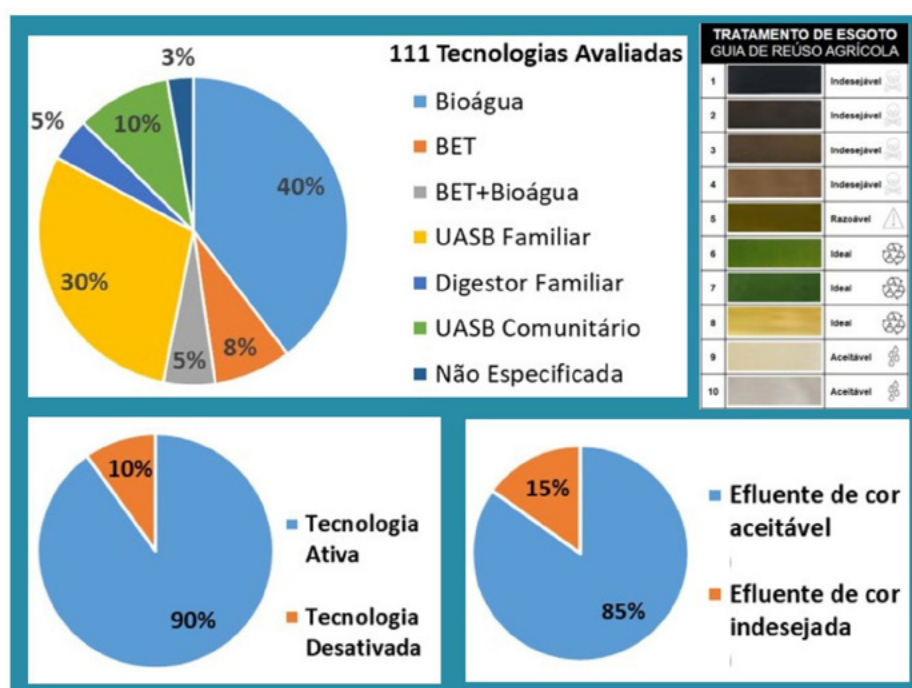


Figura 8 - Avaliação da sustentabilidade e eficiência das tecnologias de reúso de água.

Conforme observado na Figura 8, 90% das tecnologias de reúso de água mantêm-se utilizáveis, sendo que 85% apresentam funcionamento satisfatório. As razões pelas quais algumas tecnologias caem em desuso ou apresentam funcionamento precário são diversas, variando desde a migração das famílias para outros locais até a não aplicação do protocolo de manejo.

De qualquer forma, se por um lado esses dados indicam a necessidade de aprimoramento na metodologia de seleção das famílias, bem como na assessoria e gestão por parte das beneficiárias, por outro lado, representam números considerados positivos, sobretudo em função do curto período de introdução dessas tecnologias no semiárido — inferior a 10 anos.

Ressalta-se que, de modo geral, o desempenho das tecnologias quanto à eficiência de tratamento é superior nos sistemas comunitários, ao passo que o reúso do efluente mostra-se mais efetivo nos sistemas unifamiliares.

No que se refere ao volume de água de reúso disponibilizado, os valores mantêm-se estáveis em relação aos anos anteriores, com um potencial médio geral da ordem de 50 m³/família/ano. As variações observadas decorrem das condições de abastecimento de água para uso doméstico, sendo o consumo maior em locais com fornecimento por rede encanada e menor onde é necessário buscar manualmente a água fora da residência.

Em relação à utilização de biodigestores por agricultores assessorados pelo Irpaa, para produção de biogás de uso doméstico, observou-se uma redução de aproximadamente 50% na produção em comparação ao ano anterior. Tal queda deve-se, em grande parte, à interrupção do fornecimento por períodos prolongados, decorrente das dificuldades enfrentadas pelas famílias e pela equipe técnica na realização da manutenção e do manejo adequados. Isso representa um desafio significativo para o avanço dessa prática no território do Sertão do São Francisco, que historicamente apresenta resistência, provavelmente devido ao atrativo preço do esterco de caprinos e ovinos no mercado de fertilizantes orgânicos, além da maior complexidade no manejo desses resíduos em comparação ao de bovinos e suínos, os quais, por sua vez, são escassos na região mencionada.

2.1.3. Assessoria e Formação

Nesta linha de ação, temos como objetivo promover apoio técnico e educativo aos programas desenvolvidos pela sociedade civil e por órgãos públicos, visando à implementação de tecnologias sociobioprodutivas apropriadas ao Semiárido.

Prestamos assessoria técnica à formação de 3.000 famílias e grupos produtivos em comunidades rurais, sendo 1.000 de forma sistemática pelo Pró-Semiárido, 100 pelo Horizonte 3.000, 140 pelo P1+2, 100 pela Cáritas, 30 pelo Projeto de Saneamento e Sementes, além de outras centenas de famílias assessoradas esporadicamente. Apoiamos a inserção de 69 famílias no PNHR, por intermédio da CAR junto à Caixa Econômica Federal, nos municípios de Campo Formoso, Sento Sé e Remanso.

Como meio de atuação formativa e contribuição para a execução de políticas públicas, viabilizamos a capacitação de 170 famílias e promovemos a construção de tecnologias de uso

familiar, a saber: 74 cisternas do tipo calçadão e 23 cisternas do tipo enxurrada, ambas destinadas à captação de água da chuva para a produção de alimentos; 21 sistemas de tratamento de esgoto em escala familiar com reúso de água; além do início da implementação de outros sistemas de reúso (Figuras 9 e 10). Também foi implementado um sistema comunitário de produção de sementes crioulas, e elaboramos 140 projetos para acesso a recursos do Fomento.



Figura 9 - Retomada do Programa Cisternas com Formação e implementação de tecnologias via P1+2



Figura 10 - Implementação de tecnologias de coleta e tratamento de esgoto para reúso agrícola.

Capacitamos 300 famílias por meio de oficinas relacionadas à segurança hídrica e alimentar, sendo 140 pelo P1+2, 30 pelo projeto Saneamento e Sementes, 100 pelo H300I e 40 pelo Pró-Semiárido.

Realizamos quatro eventos virtuais voltados à formação modular com a temática “Bíblia e Clima no contexto do Semiárido brasileiro”, com o objetivo de empoderar técnicos e lideranças para o debate em campo sobre o uso da Bíblia a partir da perspectiva do Semiárido. Essa formação buscou torná-los multiplicadores de saberes junto aos agricultores e agricultoras nas comunidades, integrando práticas espirituais e educativas místicas, mais bem contextualizadas e em contraponto ao crescente uso de narrativas bíblicas não libertadoras por parte da sociedade.

Organizamos ainda uma formação modular, a pedido das EFAs da REFAISA e da AE-COFABA, voltada para seus educadores e educadoras. Realizamos um módulo agrupando as escolas por território e outro centralizado em Jacobina, no período de 27 a 29 de novembro, alcançando 50 participantes de 27 EFAs. Os temas abordados incluíram atualidades da educação contextualizada para o clima e a água, bem como mudanças climáticas no Semiárido.



Figura 11 - Formação política e sócia produtiva com mulheres.

Demos continuidade à aplicação do LUME, da Caderneta Agroecológica e das Anotações Zootécnicas para fins de sistematização, totalizando 21 LUMEs, 20 cadernetas e anotações, e 140 diagnósticos seguidos da elaboração de projetos de fomento destinados a famílias contempladas com tecnologias de captação de água da chuva. Além disso, viabilizamos a publicação de dados de comercialização em livro da CAR.

Assessoramos 60 agricultores(as) e 6 associações no processo de comercialização por meio dos programas Pró-Semiárido e Horizonte 3000, nos municípios de Remanso, Campo Formoso e Sento Sé, sendo 15 mulheres, viabilizando o acesso a R\$ 776.604,90 e R\$ 258.000,00 pelos programas PNAE e PAA, respectivamente. Ademais, apoiamos a manutenção de cinco Feiras Agroecológicas nos municípios de Campo Formoso, Remanso, Juazeiro, Sento Sé e Sobradinho, além do acompanhamento de dezesseis grupos de beneficiamento de produtos alimentícios, tais como sequilhos, cambraia, ovos, mel, doces, geleias e licores, em seis municípios.



Figura 12 - Formação e articulações em prol da Segurança alimentar e nutricional.

Contribuímos para a inserção de 17 novos agricultores no Núcleo Sertão do São Francisco, de Certificação Orgânica Participativa. Apoiamos diversos grupos na manutenção de fundos rotativos solidários, na implementação e conservação de áreas de recaatingamento, bem como na emissão de anotações de responsabilidade técnica para quatro empreendimentos do território. Também atuamos na manutenção dos selos SIM dos entrepostos de ovos de Canoa e Cacimba do Silva, além de dois selos SIE: uma casa do mel em Sento Sé e um entreposto de pescado em Sobradinho.



Figura 13 - Apoio na organização de feiras e promoção de eventos da agricultura familiar.

Apoiamos a Associação do Açude da Rancharia na finalização da execução de um convênio junto ao Estado da Bahia, por meio do programa Pró-Semiárido, bem como na elaboração e operacionalização inicial de três comissões e respectivos regimentos, voltados à gestão comunitária dos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos na referida comunidade rural de Juazeiro.

Realizamos a formação continuada de 29 técnicos(as) da equipe e sete estudantes da República, com temas relacionados ao clima e à água, política e sociedade de classes, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, mecanização agrícola, saneamento rural, teologia da libertação, trabalho de base, organização comunitária e gestão dos serviços de saneamento rural no contexto do Semiárido. Nesse mesmo contexto, contribuimos na recepção e condução de aproximadamente 200 pessoas em visitas de intercâmbio realizadas no Centro de Formação Dom José Rodrigues. Do mesmo modo, colaboramos com o processo de recuperação e manutenção da Roça do Salitre, visando seu uso futuro como espaço didático.

Inserimos textos em materiais didáticos, totalizando a publicação de nove capítulos em cadernos do Pró-Semiárido e dois artigos apresentados no Congresso Brasileiro de Agroecologia.

Contribuímos com a 30ª Escola de Formação da Juventude para a Convivência com o Semiárido, realizada de 8 a 19 de julho, onde desenvolvemos conteúdos conceituais e políticos nas seguintes temáticas:

- Clima Semiárido, mudanças climáticas, ciclo da água, medição de chuva, evaporação, previsão de secas;
- Hidroestesia, água subterrânea e tecnologias hidroambientais;
- A terra do povo de Deus: estudo das experiências bíblicas no contexto do Semiárido;
- Política de água, gestão da água e as cinco linhas de luta pela água;
- Tecnologias de captação e armazenamento de água da chuva;
- Saneamento básico rural apropriado ao Semiárido; vertentes do saneamento; planos de saneamento; reúso de água;

- Estudo musicado;
- Perspectivas econômicas e outras economias para as juventudes.

Durante essa Escola de Formação, identificamos mais duas pessoas com o dom da hidroestesia – habilidade de localizar água subterrânea. Ao longo do ano, utilizamos em diversas atividades 17 materiais didáticos do tipo cartilha e livro, produzidos pelo Irpaa, totalizando 1.339 unidades distribuídas ao público participante das formações nas quais foram empregados.

2.1.4. Linha transversal: Meio Ambiente e Mudança do Clima

Realizamos uma formação para cinco técnicos da Somália sobre o manejo de água de chuva no Semiárido brasileiro, no Centro de Formação Dom José Rodrigues, em Juazeiro, no período de 5 a 8 de fevereiro (Figura 14). O evento foi realizado a pedido da Associação de Água da Chuva da Somália – RAAS, com o objetivo de partilhar as experiências do Semiárido brasileiro relativas à captação e ao uso da água de chuva para diversos fins, bem como outras práticas de convivência com o clima local, de modo a inspirar o desenvolvimento de ações semelhantes no país africano.



Figura 14 - Formação técnicos da Somália na Lagoa do Meio, Juazeiro.

Interagimos com diversos profissionais de instituições de ensino, pesquisa, vivência e divulgação de conhecimentos sobre o clima e a água. Subsidiámos atividades realizadas em alusão ao Dia Mundial da Água, com o tema “A Água nos Une, o Clima nos Move”, no âmbito das ações institucionais dos eixos, executadas entre os dias 15 e 31 de março de 2024, em escolas e comunidades rurais.

Logo no início de 2024, em março, elaboramos e disponibilizamos ao público a carta inti-

tulada “As Mudanças Climáticas e o Semiárido Brasileiro”, a qual apresenta uma reflexão sobre a conjuntura ambiental e climática do semiárido, destacando as diferentes causas, em termos de atuação e intensidade, dos eventos adversos relacionados ao clima. O documento também propõe caminhos de resistência, resiliência e superação dos desafios enfrentados pela região. Essa carta teve ampla repercussão nacional, vem influenciando a opinião pública em conjunto com outros atores e nos inseriu em diálogos e debates em espaços dedicados à temática, como congressos, fóruns e redes.

Diferentemente de outras regiões do país, no Semiárido brasileiro — especialmente em territórios marcados por transformações naturais —, as alterações atuais na temperatura atmosférica e no regime de chuvas não resultaram em mudanças significativas no índice médio de aridez da região. As alterações microclimáticas observadas são, em grande parte, consequências da degradação ambiental local e direta, mais do que do aquecimento global em si. Por outro lado, o território semiárido se expandiu com a inclusão de áreas anteriormente classificadas como de clima mais úmido, que passaram a apresentar características semiáridas. O fenômeno El Niño, cuja previsão indicava forte atuação em 2024 e, consequentemente, provocaria seca no Nordeste brasileiro, sofreu uma anomalia. Com o aquecimento simultâneo do Oceano Atlântico, registraram-se chuvas dentro da média histórica. Em Juazeiro – Bahia, por exemplo, pelo terceiro ano consecutivo, as chuvas superaram a média histórica de 500 mm.

Essas reflexões reforçam o reconhecimento do potencial da proposta de **Convivência com o Semiárido** para promover o desenvolvimento sustentável na região, mesmo diante do desequilíbrio climático global. A referida carta está disponível em: <https://irpaa.org/publicacoes/cartas-el-nino/nota-do-irpaa-acerca-da-aridez.pdf>.

Fomentamos e participamos ativamente dos debates sobre as emergências climáticas, cada vez mais presentes no cotidiano das populações e em diversos espaços de discussão, com foco na mitigação e no enfrentamento das mudanças climáticas e das degradações ambientais. Dois desses espaços foram a Conferência Brasileira de Restauração Ecológica, realizada de 8 a 12 de julho em Juazeiro, e a Missão Climática na Caatinga, em 11 de junho, em Petrolina, com a presença da Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva. Nesses eventos, além da equipe técnica, contamos com a participação de mais de 142 agricultores e agricultoras. Diversas estratégias de conservação e restauração das matas nativas foram discutidas, com proposições alinhadas às que defendemos também enquanto coordenação do Fórum Baiano de Convivência com o Semiárido, que tem como papel monitorar e contribuir para a efetivação da Política Estadual de Convivência com o Semiárido.

Contribuímos para a realização do 1º Congresso Internacional de Mudanças Climáticas, realizado na Univasf, em Juazeiro, no período de 20 a 24 de agosto. Participamos da mesa de debates intitulada “A Agroecologia como Alternativa para o Enfrentamento das Mudanças Climáticas e Efetivação da Justiça Social” (Figura 15).



Figura 15 - 1º Congresso Internacional Sobre Mudanças Climáticas e Suas Consequências em Territórios Semiáridos, em Juazeiro - Bahia.

Contribuímos com a Diocese de Ruy Barbosa, por meio da Escola Família Agrícola, na implantação de um projeto de recaatingamento e pesquisa de plantas arbóreas para a produção de óleo vegetal (licuri e jojoba).

Elaboramos e disponibilizamos em nosso site institucional, no dia 22 de dezembro, a Carta Circular nº 40, abordando a atividade do El Niño, os aspectos climáticos de 2024 e as perspectivas para os primeiros meses de 2025. Essa carta indicou a ocorrência de precipitações iguais ou superiores à média histórica para o Semiárido — tendência já observada nos últimos anos. O documento pode ser acessado em: <https://irpaa.org/publicacoes/cartas-el-nino/carta-previsao-de-chuva-40.pdf>

3. OUTRAS ATIVIDADES

Realizamos e/ou contribuímos com eventos e outras atividades demandadas por instituições, grupos parceiros e movimentos sociais que requereram o envolvimento do Eixo, considerando a importância do fortalecimento dos projetos e da missão do Irpaa. Dentre essas ações, destacam-se:

- Formação virtual sobre Saneamento Rural para lideranças do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), de Sergipe, realizada em 21 de fevereiro;
- Palestra virtual para o Grupo Gambá – Bahia, no evento *Convergência Climática*, com o tema “Água, Saneamento e Clima: o caso do rio São Francisco”, em 22 de abril;
- Diálogos e planejamento com técnicos da Embrapa sobre aspectos do Saneamento Rural voltados às demandas estruturais do Projeto Ovo Limpo, em abril;

- Contribuição na aula inaugural dos cursos da Uneb – Juazeiro, com a palestra “Emergência Climática: desafios globais e regionais”, realizada em 13 de agosto;
- Participação no Seminário sobre a Estratégia da Cáritas Alemanha para a América Latina, ocorrido em Brasília, nos dias 9 e 10 de outubro;
- Palestra virtual com o tema “Água de Chuva e Biodiversidade: a convivência com o Semiárido brasileiro”, apresentada durante a COP 16 – Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica –, realizada de 21 de outubro a 1º de novembro, em Cali, Colômbia;
- Palestra no evento “Tecer Diálogo: Proteção do Bioma Caatinga – lugar de adaptação e conhecimentos”, com o tema “Desafios hídricos na Caatinga: gestão, conservação e sustentabilidade”, promovido pela Universidade Estadual de Pernambuco (UPE), em 26 de novembro;
- Oficinas presenciais em Paulo Afonso e outras em formato virtual, realizadas no âmbito do Plano Estadual de Saneamento Básico (PESB/BA);
- Contribuição na elaboração do Projeto de Energias Renováveis Descentralizadas, em parceria com a UFRB, no âmbito da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI);
- Contribuição na elaboração do Plano Nacional de Combate à Desertificação;
- Participação no II Ecofestival do Café, realizado na Serra dos Morgados, nos municípios de Jaguarari e Campo Formoso;
- Participação no Congresso da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre a Realidade Agrária na Região de Juazeiro, realizado no Centro Diocesano de Carnaíba, Juazeiro.

Ressaltamos também que, por meio do trabalho de articulação política institucional — voltado à busca por concertação, retomada e construção de políticas públicas, bem como ao apoio aos projetos institucionais desenvolvidos pelo Irapaa, especialmente aqueles relacionados aos objetivos do Eixo Clima e Água — foram estabelecidos contatos, sobretudo pela coordenação colegiada, com diversos grupos, movimentos, instituições da sociedade civil e órgãos públicos, tais como:

- Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia;
- Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Estado da Bahia;
- Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia;
- Superintendência de Agricultura Familiar da Bahia;
- Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia;

- Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;
- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba;
- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;
- Universidade de Brasília;
- Centro de Inovações da Universidade de São Paulo;
- Instituto Nacional do Semiárido – INSA;
- Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF;
- Governo do Estado da Bahia / Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR
- Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR;
- Articulação Semiárido Brasileiro – ASA, e diversas entidades afiliadas;
- Rede das Escolas Família Agrícola Integradas do Semiárido – REFAISA;
- Associação das Escolas, Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia – AECOFABA;
- Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA;
- Cooperativa de Trabalho e Assistência à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte – COFASPI;
- ABCMAC – Associação Brasileira de Captação e Manejo de Água de Chuva;
- Movimento de Organizações Comunitárias – MOC.

4. RESULTADOS QUALITATIVOS (AVANÇOS)

De modo geral, apesar dos desafios, 2024 foi um ano bastante produtivo para a missão do Irpaa no tocante ao clima e à água, e para o Semiárido brasileiro, sobretudo com a retomada efetiva do Programa Cisternas e de outras políticas públicas que mobilizam a sociedade e possibilitam avanços na conquista de direitos pelas populações mais vulneráveis.

Os projetos vinculados ao Eixo Clima e Água contaram com um aporte de aproximadamente R\$ 6,0 milhões e uma equipe com média de 30 colaboradores, sendo quatro com atuação em diversos estados do Semiárido e os demais nos territórios Sertão do São Francisco e Piemonte Norte do Itapicuru, ambos na Bahia. Esse investimento permitiu uma boa cobertura de assessoria direta às famílias em um raio de até 250 km de Juazeiro, onde está localizada a sede

do Irpaa. Além disso, possibilitou o desenvolvimento de inovações e a formação de lideranças que atuam em outros estados, contribuindo para uma leitura mais clara acerca das mudanças climáticas, das políticas públicas já consolidadas e das demandas emergentes da nova conjuntura social do Semiárido brasileiro.

Buscando ampliar a participação do público nas atividades, o Eixo continuou fortalecendo o mecanismo de integração de projetos, sejam eles executados pelo Irpaa em seus diversos subtemas, ou de forma autônoma pelas comunidades (principalmente aqueles de natureza hídrica, produtiva e de acesso a direitos), visando atrair e comprometer o público com a sustentabilidade das ações realizadas. Assim, de modo geral, avaliamos positivamente o grau de funcionamento das atividades de abastecimento de água, produção, organização e engajamento das comunidades na luta por justiça social.

Particularmente em Juazeiro, destacamos a eleição do colaborador Paulo Cesar de Jesus Santos, integrante do Eixo Clima e Água, como presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, como uma importante ação de incidência política e controle social. Destacamos também a iniciativa da Comunidade de Açude de Rancharia em relação às ações de saneamento. A comunidade, que já atuava de forma autônoma com o abastecimento de água e o esgotamento sanitário comunitário, inovou neste ano ao estabelecer uma parceria com uma cooperativa de catadores do município, dando início ao serviço de coleta seletiva de material reciclável. Essa iniciativa tornou-se uma fonte de inspiração para o desenvolvimento de modelos tecnológicos e de gestão voltados aos serviços de saneamento rural em seus diversos eixos, em comunidades difusas do Semiárido.

Em nível mais abrangente, ressaltamos a contribuição e interação da instituição no âmbito da rede ASA, incluindo a continuidade de André Azevedo Rocha, colaborador do Irpaa, como membro da equipe de gestão do Grupo de Trabalho de Saneamento Rural, e a reeleição de Cícero Félix dos Santos, coordenador-geral do Irpaa, como presidente da AP1MC – associação âncora da referida rede. Destacamos ainda a continuidade dos programas de acesso à água – P1MC e P1+2 – e o lançamento de dois novos programas, que, embora ainda com ritmo e volume incertos diante da instabilidade dos recursos financeiros, têm potencial para impulsionar ainda mais a Convivência com o Semiárido. São eles:

- 1. Programa de Saneamento Rural**, que visa atender a uma demanda histórica das comunidades rurais do Semiárido. Seus objetivos incluem:
 - Implementação de sistemas de tratamento de esgoto adaptados à realidade local;
 - Promoção de tecnologias de reúso de águas cinzas e totais para a produção de alimentos;
 - Capacitação das comunidades para a gestão sustentável dos recursos hídricos.

- 2. Programa Um Milhão de Tetos Solares**, alinhado à visão de sustentabilidade energética da ASA e que representa um contraponto ao modelo concentrador de produção de energias renováveis vigente no país. O programa busca:
 - Democratizar o acesso à energia solar fotovoltaica nas comunidades rurais;
 - Reduzir os custos energéticos para as famílias agricultoras;

- Promover a autonomia energética e a geração de renda por meio da venda do excedente de energia.

Apesar dos retrocessos e das instabilidades nas políticas públicas de interesse da sociedade civil no Brasil, bem como das crises mundiais e nacionais de diversas naturezas, observa-se atualmente, ao menos no âmbito do poder executivo federal e no governo estadual da Bahia, uma expressiva sensibilidade às causas sociais. Projetos apoiados, como o Água para Todos e o *Bahia Sem Fome*, juntamente com outros executados com apoio da cooperação internacional, têm contado com a incidência da sociedade civil, contribuindo para avanços no controle social, no acesso a direitos básicos e na redução do sofrimento das populações frente às emergências climáticas.

5. DESAFIOS E DIFICULDADES

Internamente, o Irapa tem enfrentado dificuldades recorrentes na alocação de recursos para as atividades de gestão institucional, que incluem desde o pagamento da equipe da coordenação colegiada até a gerência de projetos, bem como a manutenção do Centro de Formação D. José Rodrigues, o qual se constitui como um recurso didático fundamental para as atividades formativas.

De modo semelhante, algumas políticas públicas, como as de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e de implementação de tecnologias – das quais participamos na execução –, exigem, entre outras coisas, a mobilização e capacitação de famílias e lideranças. No entanto, os contratos firmados impõem metas de campo que sobrecarregam a agenda da equipe técnica, dificultando a dedicação a estudos e inovações que poderiam resultar em uma incidência política mais efetiva. Essa situação só não se agravou ainda mais devido ao apoio de projetos financiados pela cooperação internacional, que, contudo, também têm se tornado mais limitados e burocráticos nos últimos anos.

No que diz respeito às mudanças socioambientais, os desafios e dificuldades são numerosos. Contudo, estão concentrados principalmente na conjuntura política, que tem limitado avanços almejados, conforme comentamos a seguir.

A interrupção do Programa Cisternas por cerca de seis anos desmobilizou pedreiros e fornecedores de materiais industrializados, que atualmente são disputados pelos grandes empreendimentos em expansão na região, o que tem limitado o ritmo de execução das tecnologias sociais e elevado seus custos. Esse cenário é agravado pela maior dispersão geográfica do público demandante, uma vez que, nas etapas anteriores, houve uma priorização relativa de comunidades mais concentradas.

A resistência expressa pelos movimentos sociais tem se mostrado insuficiente para conter o avanço da instalação de grandes empreendimentos incompatíveis com a sustentabilidade ambiental e a justiça social, tais como a transposição do rio São Francisco, grandes parques eólicos e solares, perímetros irrigados e atividades de mineração — muitas vezes em áreas de preservação e pertencentes a povos e comunidades tradicionais.

Apesar do crescente processo de certificação e reconhecimento identitário, os avanços na regularização fundiária dos territórios de povos e comunidades tradicionais, bem como na própria reforma agrária, têm sido limitados. Essa situação é agravada pela gradativa fragmentação das propriedades existentes, decorrente do processo sucessório — a divisão das terras por partilha de bens após o falecimento dos pais —, o que tem gerado um número crescente de minifúndios.

Observa-se ainda um sensacionalismo crescente e oportunismo por parte do grande capital financeiro frente à narrativa das emergências climáticas. Para gestores públicos e para o capital, tem sido conveniente transferir toda e qualquer responsabilidade à macroescala, o que ofusca os fatores e os agentes locais que degradam bens comuns independentemente das mudanças climáticas, sem que sejam responsabilizados por isso.

Por fim, evidencia-se também um processo de desconstrução e desarticulação das comunidades rurais e tradicionais, influenciado pela difusão do pensamento neoliberal e do individualismo.

6. PERSPECTIVAS FUTURAS

Seguiremos com o trabalho de articulação e incidência para a manutenção e ampliação de projetos desenvolvidos com recursos nacionais e internacionais, em prol da consolidação da convivência com o Semiárido. Continuaremos também promovendo o debate sobre as características naturais do Semiárido, as mudanças climáticas, a degradação ambiental, bem como defendendo políticas públicas já pautadas e propondo novas, que considerarmos necessárias para a evolução social, a compreensão da realidade e a busca por direitos essenciais à dignidade, à sustentabilidade dos povos e ao equilíbrio climático na região.

Manteremos nossa atuação em redes e a incidência em fóruns, conselhos e demais espaços de diálogo com os poderes públicos em seus diversos níveis, realizando atividades de assessoria e implementação de tecnologias junto às famílias, independentemente da fonte de custeio, utilizando-as como instrumentos tanto de formação quanto de mobilização social em prol das causas vinculadas ao Eixo e defendidas pela instituição.

No que se refere à linha de experimentação, atuaremos na implementação do monitoramento de cinco sistemas unifamiliares que envolvem, simultaneamente, o abastecimento de água para uso doméstico e a coleta e o tratamento de esgoto para reúso agrícola. Trata-se de um projeto piloto desenvolvido em parceria com o MDS e a ASA, no município de Canudos, integrando outros oito estados nesta fase, com igual número de sistemas, totalizando 45 unidades. A expectativa é de que os resultados contribuam para o aprimoramento da proposta e para a expansão da iniciativa em escala de política pública no Semiárido, em um futuro próximo.

Nesse contexto, pretendemos promover um debate no Território Sertão do São Francisco sobre a modalidade de gestão compartilhada dos serviços de saneamento rural em escala comunitária, considerando o potencial de desenvolvimento dessas práticas em comunidades aptas à sua adoção. Serão levados em conta os benefícios observados em outros territórios que

já implementaram modelos como as Centrais de Águas e os SISARs – Sistema Integrado de Saneamento Rural.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o Semiárido como um todo, dentre as conquistas nas ações sociobioprodutivas realizadas em 2024, destaca-se a assinatura de contratos por quatro estados com o BNDES e o FIDA para a implementação de atividades no âmbito do Projeto Sertão Vivo. Esse projeto inclui a contratação da AP1MC/ASA como consultora para a formação e o monitoramento das ações, o que ampliará as possibilidades de incidência política da ASA junto aos gestores públicos estaduais.

Destaca-se também o lançamento de editais estaduais voltados à captação e ao armazenamento de água de chuva para uso doméstico e produção de alimentos. Um avanço importante foi introduzido pelo estado do Ceará, que passou a contemplar o reúso de água em seu edital. Mais recentemente, no aditivo contratual entre a ASA e o MDS, ainda que em caráter experimental, foi incluída a meta de implantação de 45 sistemas unifamiliares de captação de água da chuva para abastecimento doméstico, integrados à coleta e ao tratamento de esgoto para fins de reúso, no âmbito das ações do Programa Cisternas, particularmente no P1+2.

Está em curso uma articulação, por meio do Consórcio Nordeste, para a criação de um Fundo da Caatinga envolvendo a União e os estados brasileiros. A proposta tem sido bem recebida pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, com o objetivo de fomentar e viabilizar ações de conservação, recuperação e proteção desse bioma, que ocupa grande parte do território do Semiárido brasileiro.

Entretanto, permanece o desafio de enfrentamento ao modelo de desenvolvimento degradante, inclusive quando se trata de energias renováveis. A instalação de grandes parques solares e eólicos, por parte das empresas, tem provocado desmatamentos de grandes áreas e impactado diretamente a vida dos agricultores, especialmente das comunidades tradicionais. Esses empreendimentos, juntamente com os de mineração e com o agronegócio, contribuem para a degradação dos bens naturais e da cultura local, frequentemente com a anuência e o fomento do próprio Estado, sob pressão do grande capital e das relações geopolíticas que o sustentam.

Diante da composição extremamente desfavorável do atual Congresso Nacional, o Poder Executivo, em vez de impor limites, tem promovido o avanço de projetos indesejados, como a liberação de agrotóxicos, a flexibilização das leis ambientais e a contenção orçamentária de áreas fundamentais como pesquisa, estruturas e serviços básicos, dos quais depende a classe trabalhadora comprometida com a construção de um mundo mais justo.

Nesse contexto, temos pressionado o governo pela efetivação do PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Embora a terceira edição tenha sido lançada, com previsão de R\$ 9 bilhões em ações voltadas à pesquisa, inovação e crédito rural para a agricultura familiar, há o risco de que, assim como nas edições anteriores, o plano não seja plenamente

executado, diante da resistência de setores conservadores da própria coalizão governista, ligados ao agronegócio.

Por outro lado, ressaltamos que, apesar da importância desses recursos, eles são extremamente desproporcionais em comparação aos investimentos destinados à agricultura convencional. O Plano Safra 2024/2025 para a agricultura empresarial foi de R\$ 400,59 bilhões — quase cinco vezes maior que o destinado à agricultura familiar (R\$ 85,7 bilhões), mesmo esta sendo responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil.

Quanto ao modelo de abastecimento de água para as famílias que habitam a Caatinga de forma dispersa, embora haja avanços na estruturação de sistemas de captação de água da chuva, os estoques ainda são insuficientes. Isso mantém a dependência do carro-pipa (com gasto de R\$ 542,4 milhões em 2023) e revela o baixo investimento em cisternas — equipamentos com vida útil superior a 25 anos e que promovem autonomia —, com previsão de apenas R\$ 600 milhões em 2024.

Dessa forma, as ações de Convivência com o Semiárido são indispensáveis para apoiar os povos e comunidades da região em um processo ativo, efetivo e contínuo de participação social, na defesa da democracia, na resistência às ameaças e na incidência por um outro modo de vida, em harmonia com a natureza e com inclusão socioeconômica. O eixo Clima e Água esteve atento e continuará contribuindo nessa perspectiva.



Figura 16 – Razoável produção vegetal com as políticas de assessoria, acesso a tecnologias de chuvas dentro do volume médio

EIXO EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO



1. INTRODUÇÃO

O Eixo Educação e Comunicação tem como objetivo contribuir para a formação dos povos do Semiárido, a partir da perspectiva da Educação Contextualizada e da Comunicação para a Convivência com o Semiárido. Nesse sentido, tem avançado de forma estratégica nas ações relacionadas à formação em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido, envolvendo educadores(as), gestores(as) e coordenadores(as) nos espaços de educação escolar e não escolar. Além disso, busca fortalecer a comunicação por meio de narrativas que evidenciam os avanços alcançados pelo Semiárido em termos de políticas públicas, bem como os desafios que ainda persistem, destacando as belezas da região e denunciando as injustiças enfrentadas por seus povos e comunidades.

Aprofundamos, ainda, as discussões em torno do Turismo Rural de Base Comunitária em comunidades tradicionais dos Territórios Sertão do São Francisco e Piemonte Norte do Itapicuru, entendendo que essa abordagem pode despertar o sentimento de pertencimento, identidade e valorização dos bens naturais e culturais da região. Trata-se também de uma estratégia de defesa dos territórios, constantemente ameaçados, sobretudo por grandes empreendimentos mineradores e de geração de energias renováveis centralizadas.

Fortalecemos, igualmente, as redes de Educação e de Comunicação nas quais atuamos, pois acreditamos que, por meio dessas articulações e fóruns, é possível avançar na formulação, construção e efetivação de leis e políticas públicas voltadas ao Semiárido. Em 2024, os projetos internacionais continuam a oferecer apoio fundamental para a realização de formações voltadas à Educação Contextualizada e à Educomunicação, além de contribuírem com as ações de comunicação desenvolvidas.

2- NOSSA CAMINHADA EM 2024

2.1.1 Valorização da Infância e Adolescência no Semiárido (DKA)

O projeto **Valorização da Infância e Adolescência no Semiárido Brasileiro**, desenvolvido em parceria com a entidade austríaca DKA e a Casa do Mundo Graz, concluiu em 2024 seu terceiro e último ano de execução, conforme o contrato vigente (2022–2024). Neste período, seguimos com ações formativas, oficinas educacionais, intercâmbios, seminários, além de uma atuação contínua em redes, fóruns, conselhos e demais espaços de incidência política, o que nos possibilitou contribuir com o monitoramento, construção e avaliação de políticas públicas.

A consolidação de uma política educacional contextualizada para a **Convivência com o Semiárido** e a proteção integral de crianças e adolescentes, por meio da garantia de seus direitos, manteve-se como o objetivo central do projeto. Em 2024, as ações diretas foram realizadas em seis municípios do território Sertão do São Francisco (Juazeiro, Pilão Arcado, Sobradinho,

Uauá, Canudos e Curaçá), alcançando diretamente um público de aproximadamente 400 pessoas.



Figura 17 - Atividade de articulação em Pilão Arcado

Por meio das formações e atividades de articulação, foram realizados diagnósticos acerca da realidade da infância e adolescência nos municípios, promovendo o diálogo entre organizações da sociedade civil, poder público, Sistema de Garantia de Direitos (como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e o Conselho Tutelar), associações e escolas-família agrícolas. A rearticulação territorial permitiu o fortalecimento de diálogos e parcerias, bem como a identificação de novos sujeitos para essa caminhada conjunta. Os diagnósticos produzidos foram compartilhados com o público participante, contribuindo para sua atuação em espaços de incidência política, além de embasar suas práticas locais.

Dando continuidade às formações, estudantes de graduação dos cursos de Pedagogia, Jornalismo e Ciências Sociais, provenientes de universidades como a UNEB (campi Juazeiro e Senhor do Bonfim) e UPE, estiveram conosco aprofundando temas como educação contextualizada, comunicação para a convivência com o Semiárido, comunicação popular e comunitária, acesso à terra, à água e ao saneamento básico – tanto rural quanto urbano. Essas formações evidenciaram a importância da participação ativa nos espaços de decisão política em seus respectivos municípios e contextos de atuação, além de contribuir para o rompimento de estereótipos que veem o Semiárido como um território inviável à vida. As rodas de conversa foram realizadas em parceria com o coletivo Carrapicho Virtual, no Salitre, grupo formado por jovens da região.

No que se refere às ações educomunicativas em 2024, estas foram concentradas em dois grupos. O primeiro, do **Centro de Terapias Naturais Gianni Bande (CETGIB)**, localizado no bairro João Paulo II, em Juazeiro, participou pela primeira vez do projeto. As atividades envolveram crianças e adolescentes com idades entre 10 e 14 anos, totalizando quatro oficinas realizadas. O segundo grupo foi o **Galeota das Artes**, do município de Curaçá, parceiro desde 2022 e contemplado com a aquisição de equipamentos em 2023. Com este grupo, composto por 25 crianças e adolescentes entre 8 e 15 anos, foram realizadas três oficinas.

As oficinas seguiram um planejamento estruturado. Em um primeiro momento, trabalhou-se a contextualização da realidade vivida pelas crianças e adolescentes, a partir da percepção de seus bairros e ruas: infraestrutura, presença de saneamento básico, abastecimento de água nas residências, atendimento em postos de saúde, qualidade do ensino escolar, transporte e merenda escolares, bem como o acesso a praças e espaços de lazer. Essas reflexões visaram despertar a consciência sobre os direitos fundamentais – como educação, saúde, lazer e vida digna – que devem ser garantidos pelo poder público.

O segundo momento das oficinas teve como foco os estereótipos historicamente construídos sobre o Semiárido, tanto no ambiente escolar quanto nos meios de comunicação. Buscou-se fomentar uma visão crítica e fortalecer a identidade das crianças e adolescentes, valorizando o território onde vivem, suas comunidades, tradições e cultura. Também foram discutidos os direitos das crianças e adolescentes garantidos pela Constituição Brasileira, as instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos e as diferentes formas de violência que podem afetar esse público.



Figura 18 - Oficina no CETGIB

Com o segundo grupo, foram trabalhados temas como o fortalecimento da identidade cultural e social de crianças, adolescentes e da comunidade, bem como alguns direitos e deveres. Também foram abordadas a influência das redes sociais na formação de opinião, a crítica à mídia, o monopólio das telecomunicações no Brasil, a importância da comunicação e da cultura popular.

Entretanto, este grupo já possuía uma bagagem mais consolidada nessas discussões e uma maior familiaridade com as temáticas, tanto pelo próprio histórico de atuação, que já se

aproxima das pautas tratadas, quanto por ações anteriores realizadas com essa turma. Assim, as formações ofertadas tiveram uma proposta mais específica, considerando esse contexto.



Figura 19 - Oficina com Galeota em Curaçá

Com o objetivo de promover a troca de experiências entre os grupos, foram realizados intercâmbios. A proposta consistiu em um grupo com maior bagagem — formado por jovens do Carrapicho Virtual — conduzir formações com os grupos de crianças e adolescentes (CETGIB e Galeota das Artes). A iniciativa obteve resultados positivos e proporcionou uma aprendizagem rica para todos os envolvidos. Integrantes do Carrapicho Virtual participaram de duas oficinas: na primeira, atuaram como observadores; na segunda, a programação foi elaborada para que pudessem conduzir parte das atividades. O grupo já possui experiência prévia com formações na área de educomunicação.



Figura 20 - Oficina educomunicação: Carrapicho e Galeota

Dessa forma, a proposta também alcançou o objetivo de possibilitar ao grupo a vivência de conduzir formações com crianças e adolescentes, partilhando sua experiência em educomunicação, ampliando perspectivas e promovendo trocas significativas. Inicialmente, houve receio por parte do grupo quanto à possibilidade de não alcançar os resultados esperados, mas, ao final, as vivências se mostraram muito significativas.

Multiplicadores(as) da Convivência com o Semiárido

Nesse sentido, as ações formativas perpassam metodologias que vão além das oficinas, promovendo vivências que ultrapassam o campo teórico — ainda que este seja contextualizado. O intercâmbio se mostra extremamente significativo para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem, a troca de saberes, a integração entre os grupos dos diferentes territórios e a construção de novas experiências educacionais e de geração de renda.

Realizamos dois intercâmbios intermunicipais. O primeiro aconteceu na região do Vale do Salitre, em Juazeiro-BA, envolvendo 25 participantes dos territórios do Sertão do São Francisco e do Piemonte Norte do Itapicuru. Estiveram presentes representantes de comunidades dos municípios de Curaçá, Jaguarari, Sento Sé, Sobradinho e Uauá, além de colaboradores(as) e estudantes da República do Irpaa.

A vivência teve como objetivo conhecer a experiência de Turismo de Base Comunitária (TBC) desenvolvida pelo grupo Carrapicho Virtual, cuja organização se dá a partir de ações educacionais com a juventude local. Esta iniciativa dialoga diretamente com as famílias das comunidades do Salitre e tem encontrado no TBC uma possibilidade de protagonismo juvenil e comunitário, valorização do território, fortalecimento da organização local, revalorização da cultura e das tradições, além da geração de renda para as famílias.



Figura 21 - Intercâmbio no Salitre

A partir dessa vivência, foi possível perceber — por meio dos relatos dos participantes — o quanto a experiência agregou e inspirou os grupos a partilharem o aprendizado em seus coletivos, associações, grupos e comunidades. O protagonismo juvenil se destacou como referência, mas, sobretudo, foi ressaltada a importância de potencializar e dar visibilidade às ações realizadas junto às famílias. Entre as iniciativas inspiradas nesse encontro, destacam-se ideias de atividades como hospedagem comunitária, trilhas históricas e ecológicas, aprofundamento na proposta do TBC e realização de formações com as comunidades.

O segundo intercâmbio foi realizado na comunidade de Poço de Fora, em Curaçá-BA, com o objetivo de conhecer a experiência do grupo Comunica Poço de Fora. A iniciativa surgiu a partir do trabalho desenvolvido com uma turma do ensino médio no anexo do CETEP Maria de Almeida Araújo. Desde junho de 2023, o coletivo passou a participar de formações e a produzir conteúdos sobre a comunidade para as redes sociais, envolvendo-se em questões de interesse local.

Um dos marcos do “Comunica” foi a mobilização e o engajamento no protesto contra o fechamento do anexo do CETEP, obtendo êxito na sua manutenção. A experiência, essencialmente educomunicativa, motivou a realização do intercâmbio na comunidade.



Figura 22 - Intercâmbio em Poço de Fora

Participaram dessa atividade integrantes do curso de Pedagogia da UNEB, em Juazeiro; da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), de Pilão Arcado; da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de Campo Alegre de Lourdes; da comunidade tradicional Fundo de Pasto Café da Rosa, em Sento Sé; do coletivo Carrapicho Virtual, da região do Salitre, em Juazeiro; do Grupo Águas do Ferrete, da comunidade Ferrete, em Curaçá; além de colaboradores/as do Irpaa, sendo um deles com atuação específica em Campo Formoso. Ao todo, o público participante somou 20 pessoas.

Além de perceberem que não estão sozinhos, os participantes compreenderam que é possível constituir uma rede de ações que se fortalece no território. Sem dúvidas, alcançamos o objetivo de potencializar as práticas educomunicativas para a Convivência com o Semiárido — práticas estas fundamentadas no pensamento crítico, na preservação da identidade local,

na comunicação da própria realidade, na valorização das potencialidades e na denúncia das injustiças, tendo a juventude como protagonista desse processo. Assim, construímos um novo imaginário sobre o Semiárido. A cada intercâmbio, os grupos se conhecem, se inspiram e se fortalecem mutuamente.

Dentre os seis vídeos previstos no projeto, foram produzidos, no terceiro ano (Ano III), os três vídeos restantes, em parceria com o coletivo Carrapicho Virtual. A produção foi realizada pelos/as jovens integrantes do grupo. O foco deste ano foi potencializar a produção audiovisual da juventude, iniciada no segundo ano (Ano II) do projeto, com a entrega de equipamentos cujo objetivo foi fortalecer os grupos e coletivos, bem como as ações por eles desenvolvidas.

A produção consistiu em uma série de três vídeos, com prioridade de divulgação na plataforma Instagram, considerando o trabalho já desenvolvido pelo coletivo Carrapicho Virtual, a familiaridade da juventude com este tipo de conteúdo e a popularização da referida rede. Optou-se por uma linguagem acessível e coloquial, com vídeos dinâmicos e de curta duração, visando maior alcance e inserção do conteúdo junto ao público. Os vídeos trouxeram informações precisas sobre pautas das comunidades, produzidas pela própria juventude.

A série contou com três episódios, publicados de forma colaborativa nos perfis do coletivo Carrapicho Virtual e do Irpaa.

O **primeiro episódio**, intitulado “*Territórios Ameaçados: O Vale do Salitre e a luta pela sobrevivência*”, trouxe relatos emocionantes de moradoras do Salitre, sobre suas vivências com o rio que moldou suas vidas. O episódio abordou a chegada de grandes empreendimentos e as consequências para os/as moradores/as, como o assoreamento do rio, a ameaça ao território e ao modo de vida local.

O **segundo episódio**, “*Saneamento básico: um direito de todos e todas, ainda negado no Vale do Salitre*”, abordou a falta de saneamento básico, que continua impactando diretamente a vida das famílias da região. As comunidades enfrentam há anos problemas graves como lixo a céu aberto, esgoto despejado no rio e a ausência de um sistema de esgotamento sanitário adequado. O vídeo destacou a realidade local e a importância do engajamento juvenil e da organização comunitária na luta por direitos.

O **terceiro episódio**, “*A educomunicação impulsiona o protagonismo juvenil no Vale do Salitre*”, apresentou relatos de integrantes do coletivo Carrapicho Virtual, que desde 2016 se destaca como exemplo de protagonismo juvenil. O grupo utiliza a educomunicação como ferramenta de valorização cultural e incentivo ao turismo de base comunitária. Com criatividade e engajamento, o coletivo segue promovendo transformações e inspirando suas comunidades.

A série obteve boa recepção nas redes sociais, alcançando cerca de 25 mil visualizações somadas entre os três vídeos. Isso evidencia a relevância de aproximar-se dessas plataformas, com pautas discutidas pelas próprias comunidades e produzidas pela juventude. A aquisição dos equipamentos fortaleceu a capacidade técnica do grupo, que agora busca expandir suas produções para outras plataformas, como o YouTube.

Entre os desafios enfrentados, destacam-se a renovação constante do grupo, o acesso a fontes de renda para os/as jovens e sua permanência nos territórios.

Em 2024, o debate em torno do Sistema de Garantia dos Direitos Humanos e Sociais de Crianças e Adolescentes apresentou avanços em relação aos anos anteriores, especialmente após a reestruturação e retomada da maioria dos espaços de participação social — como redes, fóruns, conselhos e associações — nos âmbitos nacional e estadual. No contexto regional e municipal, embora ainda existam desafios, foram possíveis algumas articulações, mesmo diante das tensões geradas pelo cenário das eleições municipais.

Apesar de o contexto político federal e estadual ser atualmente mais favorável, muitas redes ainda enfrentam dificuldades, como disputas orçamentárias e obstáculos na mobilização de pessoas, consequências da desarticulação vivenciada nos últimos anos.

No cenário municipal e regional, as eleições interferem diretamente nos processos de articulação e no diálogo com conselhos, associações e secretarias municipais, impactando inclusive a atuação desses espaços na defesa dos direitos humanos. Diante disso, e reconhecendo o papel político desses espaços para o fortalecimento das lutas sociais e efetivação de direitos, destacamos o trabalho desenvolvido por cada rede ao longo de 2024.

Enquanto instituição, temos identificado questões centrais para este momento de retomada, como a importância de uma atuação mais próxima das comunidades, dos movimentos sociais e da população em geral. Defendemos a realização de formações políticas de base, a análise de conjuntura e a articulação com outras redes, com o intuito de ampliar e fortalecer o debate sobre formação política, já pensando nos próximos anos e reconhecendo que o nazi-fascismo ainda paira sobre nós.

Dando continuidade às ações, debates e articulações sobre infância e adolescência, foi realizado o Seminário Estadual no município de Curaçá, com o objetivo de discutir políticas públicas voltadas à valorização da infância e adolescência, em diálogo com o poder público estadual. O evento abordou desafios educacionais, ambientais e de geração de renda, além de apresentar propostas voltadas ao Bem Viver das famílias do Semiárido.

O seminário contou com a participação de mais de 100 pessoas — entre educadores/as, lideranças comunitárias, agricultores/as, representantes de grupos e coletivos, órgãos do sistema de garantia de direitos e do poder público. A programação incluiu palestras, grupos de trabalho e plenárias, com duração de um dia e meio. O primeiro dia foi dedicado à construção de propostas da sociedade civil, com o segundo reservado para o diálogo com o poder público. Estiveram presentes representantes das Secretarias Estaduais de Educação e de Desenvolvimento Rural, bem como o deputado estadual Marcelino Galo.

Dentre as diversas propostas construídas coletivamente, destacam-se: a efetivação da proposta de Educação Contextualizada enquanto política pública nos municípios; a garantia de formação continuada; de transporte escolar para estudantes e professores; de alimentação escolar de qualidade, com produtos oriundos da agricultura familiar; o Recaatingamento como política pública; o saneamento básico rural apropriado para as famílias do Semiárido; o protocolo de consulta prévia das comunidades tradicionais; e a assessoria técnica continuada e contextualizada.

A construção deste encontro vem sendo realizada desde os anos anteriores do projeto, a partir das discussões sobre infância e adolescência, que perpassam, para além do Sistema

de Garantia de Direitos, temas como educação, saúde, permanência nos territórios, geração de renda das famílias, saneamento básico, acesso à água, entre outros, assegurando diretamente o direito de existir, com dignidade, das crianças e adolescentes no Semiárido.

De modo geral, a execução e o alcance do projeto, em seu terceiro ano de implementação, ocorreram conforme o planejado. As ações desenvolvidas colaboraram significativamente com as estratégias de participação ativa da população e com a formação política de pessoas — profissionais da educação, crianças, adolescentes, agricultores e agricultoras familiares — por meio de formações, rodas de conversa, oficinas de educomunicação e intercâmbios, potencializando os direitos infantojuvenis. Isso contribui para o conhecimento, a consolidação e a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, promovendo, assim, a formação política.

Além disso, destaca-se a incidência política em espaços de atuação como conselhos, fóruns e redes, em articulação com outras instituições e organizações da sociedade civil. A manutenção da atuação junto às comunidades, às famílias agricultoras, aos grupos artísticos, culturais e educativos, bem como nos espaços de incidência política, contribui ativamente para a garantia de direitos e para a defesa dos povos. Ainda assim, persistem conflitos de interesse no país, alguns politicamente contraditórios, incluindo bloqueios orçamentários e outros impedimentos, o que dificulta a plena concretização das mudanças requeridas pela sociedade.

Apesar do empoderamento dos povos na busca por seus direitos, as constantes mudanças na conjuntura nacional e a burocratização da rede pública de serviços socioambientais impõem ameaças e rupturas à construção e execução de políticas públicas. Ressalta-se, portanto, a necessidade de apoios diversos, que contribuam não apenas para a transformação da Convivência com o Semiárido em uma política pública de Estado, mas também para uma mobilização social permanente, a fim de garantir orçamentos públicos compatíveis com as demandas, frente às disputas de poder com as classes dominantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Dessa forma, análises políticas recentes afirmam que, mesmo com as instituições empenhadas na busca por melhores condições de vida, a real sustentação dos governos democráticos recém-eleitos reside no processo ativo e efetivo de participação social — processo ao qual este projeto ofereceu importante contribuição.

2.1.2 República de Estudantes

O projeto **Continuação da Formação para Adolescentes e Jovens**, realizado no Centro de Formação Dom José Rodrigues, na comunidade de Vargem da Cruz, e alinhado aos princípios da **Convivência com o Semiárido**, tem como objetivo apoiar jovens rurais no acesso à educação e à formação política, para que atuem como lideranças em espaços comprometidos com as questões sociais, políticas e ambientais do Semiárido. Esta região enfrenta a negação de direitos básicos, como o acesso à educação, à terra e à permanência em seus territórios.

Em 2024, o projeto atendeu sete jovens até o primeiro semestre e, no terceiro trimestre, cinco jovens. A redução no número de participantes decorre da incerteza quanto à renovação do projeto para o ano de 2025, considerando que o tempo mínimo para conclusão do curso é

de dois anos. Diante desse cenário, a instituição optou por não receber novos jovens em 2024. Os recursos não utilizados nesse período serão incorporados ao orçamento de 2025 e utilizados nos quatro primeiros meses do ano, até a possível aprovação de uma nova proposta, conforme previsto no plano de trabalho.

Embora os problemas apontados pelo projeto estejam relacionados à falta de acesso à educação e à negação de direitos básicos das comunidades rurais do Semiárido — desafios que demandam ações macro no campo político e social —, as iniciativas desenvolvidas visam fortalecer a formação de jovens e de pessoas engajadas na superação das desigualdades e opressões. Buscam também pautar a Convivência com o Semiárido e os direitos dos povos nas políticas públicas, promovendo a incidência junto aos governos.

A formação educacional e política dos/as jovens atendidos/as pelo projeto tem gerado resultados concretos, refletidos no envolvimento desses/as jovens em diversos espaços: político, acadêmico, profissional e de organização social. Tais impactos tornam-se ainda mais perceptíveis após a conclusão da formação, momento em que passam a atuar em outras esferas. Em 2024, destacam-se as seguintes trajetórias:

- **Lusan Paiva**, estudante de Ciências Sociais – Recebeu menção honrosa durante a Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Vale do São Francisco, pelo trabalho desenvolvido em parceria com outras instituições. A pesquisa apresentou uma análise detalhada do Produto Interno Bruto (PIB) da Caatinga, ressaltando a importância do bioma no contexto econômico brasileiro, especialmente em relação à agricultura familiar;
- **Dione Ozanilton**, estudante de Engenharia Agrônoma na Universidade do Estado da Bahia – Desenvolveu pesquisa de conclusão de curso sobre a produção de feijão com reúso de águas, associada ao uso de bactérias promotoras de crescimento, substituindo insumos químicos;
- **Paulo Queiroz**, estudante de Psicologia – Desenvolveu pesquisa de conclusão de curso sobre a saúde mental das comunidades tradicionais de Fundo de Pasto, no Programa de Psicologia do Centro Universitário Euro-Americano. A pesquisa levou uma pauta inédita ao curso, focada nessas comunidades;
- **Alan Santos** – Integra a coordenação estadual do Movimento dos Atingidos por Mineração na Bahia e coordena o Coletivo de Jovens CUC, que foi premiado internacionalmente pelo trabalho desenvolvido;
- **Maiara Freitas** – Atua como assessora de 70 famílias em situação de vulnerabilidade social por meio do projeto Bahia Sem Fome;
- **Rose Tuxi** – Assessora 90 famílias agricultoras de comunidades tradicionais.

Além dessas atuações, observa-se uma forte inserção dos/as ex-estudantes nas organizações sociais do Semiárido, especialmente no trabalho com famílias agricultoras, com foco na produção de alimentos orgânicos e na organização social. No pleito eleitoral de 2024, apenas no território do Sertão do São Francisco, dois ex-estudantes concorreram como suplentes ao cargo de vereador, com possibilidade de um deles assumir a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

Durante a execução do projeto, os/as jovens assumiram papel protagonista nas ações formativas desenvolvidas com outros grupos que frequentam o Centro de Formação Dom José Rodrigues. As principais atividades de destaque foram:

- Acompanhamento das **Trilhas de Convivência com o Semiárido**, com apresentações para crianças, jovens e adultos sobre tecnologias sociais de captação e reúso de água, recaatingamento, manejo de caprinos e outras práticas adaptadas ao Semiárido;
- Participação em exposições e feiras, promovendo diálogos sobre o manejo sustentável da Caatinga e a defesa das comunidades tradicionais de Fundo de Pasto;
- Manutenção das áreas de experimentação e tecnologias sociais voltadas à Convivência com o Semiárido e à mitigação dos efeitos das mudanças climáticas;
- Apoio em cursos e formações de jovens no Centro de Formação Dom José Rodrigues.

As atividades respeitaram o calendário escolar e exigiram flexibilidade por parte da equipe do Irpaa, com momentos formativos realizados também aos fins de semana, com duração média de 4h, 8h ou 16h, conforme a complexidade da ação. As principais atividades realizadas incluem:

- **Formações políticas**, envolvendo 14 participantes, com temas como: funcionamento da sociedade; mecanização agrícola; clima do Semiárido; racismo estrutural; educação contextualizada; mudanças climáticas; formação do povo brasileiro; Carta Política da ASA; ditadura militar e comunicação; espectro político (esquerda e direita); diversidade de gênero; crise ambiental (antropoceno ou capitalismo); Teologia da Libertação; trabalho de base e organização social dos povos;
- **Oficinas temáticas**: educomunicação, produção de conteúdos para redes sociais, beneficiamento de frutas, fotografia, leitura e produção de texto, certificação orgânica, Cadastro Nacional de Agricultor Familiar (CAF), entre outros temas;
- **Ciclos de leitura**, com debates sobre obras como *Quarto de Despejo* (Carolina Maria de Jesus), *As Veias Abertas da América Latina* (Eduardo Galeano), *Felicidade Foi-se Embora* (Frei Betto, Leonardo Boff e Sérgio Cortella), *Pacto da Branquitude* (Cida Bento) e *Massacre de Pau de Colher* (Silvio Roberto);
- **Cine-debates**, com exhibições de filmes e documentários sobre racismo, padrões de beleza, desigualdades, questões de gênero, meio ambiente e outros temas sociais;

- **Trilhas pedagógicas**, nas quais os jovens contribuíram com a formação de cerca de 325 estudantes, agricultores/as e pesquisadores/as, abordando tecnologias sociais como re-caatingamento, quintais produtivos, reúso de água, manejo de caprinos e outras práticas apropriadas ao clima do Semiárido;
- **Intercâmbios**: participação em eventos como o Seminário da PJMP, Romaria de Canudos, Festival do Umbu, Feira de Sobradinho e Pau de Colher, atividades de Turismo de Base Comunitária no Salitre, e experiências de certificação orgânica, que fortaleceram o trabalho em rede e a formação política;
- **Estágios**: o centro de formação acolheu 12 estudantes de Escolas Famílias Agrícolas e Institutos Federais, com estágios de 15 a 45 dias, orientados por jovens da república e pela equipe do Irpaa.

Os jovens também realizaram **mutirões** para produção de forragens, preparo do solo e outras atividades. Visando o cuidado integral, participaram de momentos de **terapias holísticas** e acompanhamento com profissionais da área de saúde integral.

O investimento em projetos como este tem demonstrado impacto positivo a longo prazo, promovendo o engajamento de sujeitos na articulação política e contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas voltadas para o acesso à água, assessoria a agricultores/as, re-caatingamento, combate à fome, acesso à educação, entre outras demandas sociais e ambientais.

Como resultado, observamos o crescimento de programas voltados ao fortalecimento das Escolas Famílias Agrícolas, Centros Territoriais de Educação e outras conquistas ligadas à juventude. No entanto, os desafios persistem. Em um país marcado pela desigualdade desde o período colonial, as lutas são fundamentais não apenas para ampliar o acesso a direitos, mas também para preservar conquistas, especialmente frente às ameaças ambientais e territoriais provocadas por projetos que, embora se apresentem como sustentáveis, promovem degradação ambiental e social.

Nesse contexto, a **cooperação internacional** tem sido essencial para garantir a autonomia das formações, promovendo o empoderamento dos povos. Investir na formação da juventude — para seu engajamento social, intelectual e político — tem se mostrado altamente eficaz, especialmente quando essa formação está associada ao desenvolvimento humano, ao despertar de valores éticos, ao compromisso com a natureza e à ruptura de modelos de poder e padrões de sucesso excludentes, presentes nos meios políticos, eclesiais e em diversos espaços sociais.

O projeto foi avaliado, em encontro com as entidades parceiras e ex-estudantes, como uma **referência de formação integral da pessoa**, com reflexos no coletivo, garantindo retorno em termos de engajamento em pautas relacionadas aos direitos dos povos e da natureza, com impactos concretos nas políticas públicas.

Linha transversal - Racismo

O Irapaa realizou uma formação sobre racismo estrutural para sua equipe de colaboradores/as, estudantes da república e estagiários/as, promovendo reflexões sobre a história da discriminação racial e seus impactos na sociedade brasileira. Durante o encontro, foram abordadas as bases históricas do racismo — desde o pensamento iluminista e a escravização de povos até as políticas de exclusão e o favorecimento a imigrantes europeus no século XIX —, evidenciando as desigualdades estruturais resultantes desse processo.



Figura 23 - Dia de Estudo sobre Racismo

As discussões enfatizaram a persistência do racismo no cotidiano e o papel da instituição e de seus colaboradores/as na luta antirracista. Destacou-se a importância de valorizar a cultura afro-brasileira, reconhecer a necessidade de políticas reparatórias e afirmar que a luta contra o racismo deve ser permanente e transversal a todas as ações da instituição. A atividade também possibilitou a troca de experiências e o debate sobre estratégias institucionais para o enfrentamento ao racismo, reforçando que ser antirracista é uma responsabilidade coletiva.

A relevância da consciência negra como elemento central das ações foi ressaltada, com a recomendação de que o tema seja tratado de forma contínua, e não apenas em datas específicas. Por fim, o evento evidenciou a importância de integrar essa discussão às práticas do Irapaa, tanto na formação interna quanto no trabalho junto às comunidades atendidas, com o objetivo de fortalecer a luta por justiça social e equidade racial.

Além disso, o tema tem ganhado ainda mais ênfase nas discussões promovidas pelo eixo, especialmente no programa de rádio, seja por meio de músicas, conteúdos ou comentários relacionados.

2.1 LINHA POLÍTICA

2.1.1 Redes de comunicação

A linha política no Eixo Educação e Comunicação tem como objetivo fortalecer a ação articulada em redes e fóruns de Educação Contextualizada e de Comunicação, incidindo nas políticas de Convivência com o Semiárido.

Nesse sentido, destacam-se as redes de comunicação das quais o Eixo participa: Rede ATER Nordeste de Agroecologia, Articulação Semiárido Brasileiro da Bahia (ASA-BA) e Articulação de Agroecologia da Bahia (AABA).

Em 2024, a comunicação na Rede ATER Nordeste de Agroecologia, composta por 12 organizações do Nordeste, foi fortalecida, uma vez que a Rede reconheceu o potencial estratégico da comunicação para a incidência política nas temáticas da Assessoria Técnica e Extensão Rural (ATER), Agroecologia e Convivência com o Semiárido, com foco na formulação e efetivação de políticas públicas.

O coletivo de comunicação obteve maior articulação na execução das atividades, a partir da criação de um grupo gestor composto por comunicadores/as da Agricultura Familiar e Agroecologia: Verônica Pragana (AS-PTA), Darlinton Silva (Centro Sabiá) e Vagner Gonçalves (Irpaa, até maio), sendo posteriormente substituído por Lorena Simas (a partir de maio). Durante esse período, o grupo contribuiu diretamente para a produção de conteúdos sobre a importância da ATER Agroecológica e da Convivência com o Semiárido, além da criação gráfica do selo comemorativo dos 20 anos da Rede.



Figura 24 - Selo comemorativo

Com o início do projeto **“Cultivando Futuros: transição agroecológica justa em sistemas alimentares do semiárido brasileiro”**, realizado pela AS-PTA, Pão para o Mundo (Brot für die Welt) e Rede ATER Nordeste de Agroecologia, com financiamento do Ministério Federal da Alimentação e da Agricultura da Alemanha (BMEL), foi possível fortalecer algumas áreas da comunicação. Entre os avanços, destaca-se a construção do site da Rede, espaço que organiza os conteúdos produzidos pela Rede e por parceiros, conferindo maior visibilidade às produções relacionadas às temáticas centrais da ATER e da agroecologia.

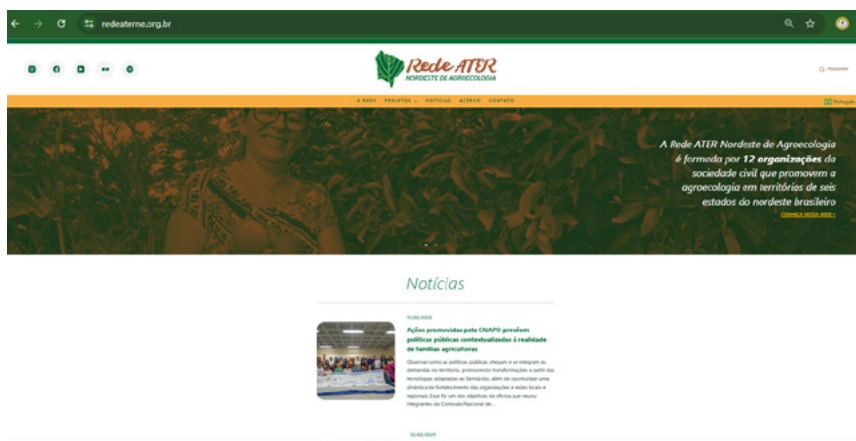


Figura 25 - Site da Rede ATER Nordeste de Agroecologia

Além disso, foi elaborado um **plano orientador de comunicação**, com o intuito de organizar as ações do coletivo nos próximos anos e, principalmente, funcionar como documento de referência para os/as novos/as comunicadores/as que ingressam na Rede. Reconhecemos que esse espaço possui alta rotatividade de profissionais, o que não deve comprometer a construção e continuidade desse coletivo, que tem se mostrado essencial para a Rede.

O plano foi construído de forma colaborativa com os/as comunicadores/as da Rede, integrantes do grupo gestor, e contou com a assessoria de duas consultoras externas que contribuíram significativamente para sua elaboração.



Figura 26 - Oficina de construção do plano orientador de comunicação da Rede ATER Nordeste de Agroecologia.

Ainda no âmbito do projeto **Cultivando Futuros**, foram realizadas oficinas no município de Juazeiro com foco na construção da linha do tempo municipal, abordando a transição agroecológica alimentar e a influência das políticas públicas na vida de agricultores e agricultoras familiares. Duas oficinas foram realizadas, com a participação de lideranças comunitárias, representantes de associações, comunidades tradicionais de Fundo de Pasto e Quilombolas, movimentos sociais, universidades e gestores públicos.

Com base nesse processo, as informações obtidas comporão uma cartilha, com previsão de finalização até maio de 2025, a ser utilizada em espaços de incidência. O material apresentará aspectos bem-sucedidos e pontos que precisam ser aprimorados, com base em políticas públicas contextualizadas às realidades territoriais.

Por meio da atuação em rede, o Irpaa também participa do projeto **Baraúnas dos Sertões**, uma iniciativa da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em parceria com a Rede ATER Nordeste de Agroecologia e a Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste, com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Entre outras ações, o projeto realiza o curso de Especialização e Extensão em ATER Agroecológica, Feminista e Antirracista no Semiárido Brasileiro, iniciado em setembro de 2024, na modalidade EaD.



Figura 27 - Lançamento do curso Baraúnas dos Sertões em Recife-PE

O curso contempla módulos como: Introdução à EAD, ATER Feminista Agroecológica, Antirracismo, Descolonialidade do Saber, Análise dos Agroecossistemas, Juventudes Rurais, Processos Criativos de Produção de Conhecimento e Relatório de Extensão ou Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O Irpaa indicou integrantes de sua equipe e jovens lideranças acompanhadas pela instituição para participarem da formação.

No coletivo de comunicação da **ASA-BA**, também foram observados avanços na articulação dos integrantes, a partir da constituição de um grupo gestor composto por representantes da Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC) – Agnaldo Rocha; da Assessoria e Gestão em Estudo da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia (Agendha) – Bruna Cordeiro; e do Irpaa – Lorena Simas.

Em 2024, ano da realização do **10º Encontro Nacional da Articulação Semiárido Brasileiro (EnconAsa)**, foram promovidos encontros preparatórios macrorregionais e estaduais, em preparação para o evento nacional, que ocorreu de 18 a 22 de novembro, nos municípios de Pi-

ranhas (AL) e Canindé de São Francisco (SE). Com o tema “*Semiárido Vivo por Justiça Socioambiental e Democracia Participativa*”, o encontro teve como objetivo contribuir para a construção de políticas de Convivência com o Semiárido, por meio de debates, reflexões e proposições, visando à superação dos desafios atuais e futuros da região.



Figura 28 - Encerramento do X EnconAsa.

Dessa forma, o grupo gestor de comunicação da ASA-BA propôs a realização de uma **plenária de comunicação no EnconAsa**, com o objetivo de fortalecer os coletivos estaduais e reafirmar a comunicação como estratégia, e não apenas como ferramenta. Na Fila do Povo, realizamos uma intervenção destacando a importância de que a ASA e todas as organizações que compõem a Rede reconheçam e valorizem a comunicação, bem como os/as comunicadores/as populares e profissionais, como elementos fundamentais na luta pela garantia dos direitos dos povos e comunidades do Semiárido.

As redes citadas representam espaços fundamentais para a atuação do Irpaa, provocando reflexões, impulsionando mudanças e contribuindo para o fortalecimento da Convivência com o Semiárido como caminho para o Bem Viver.

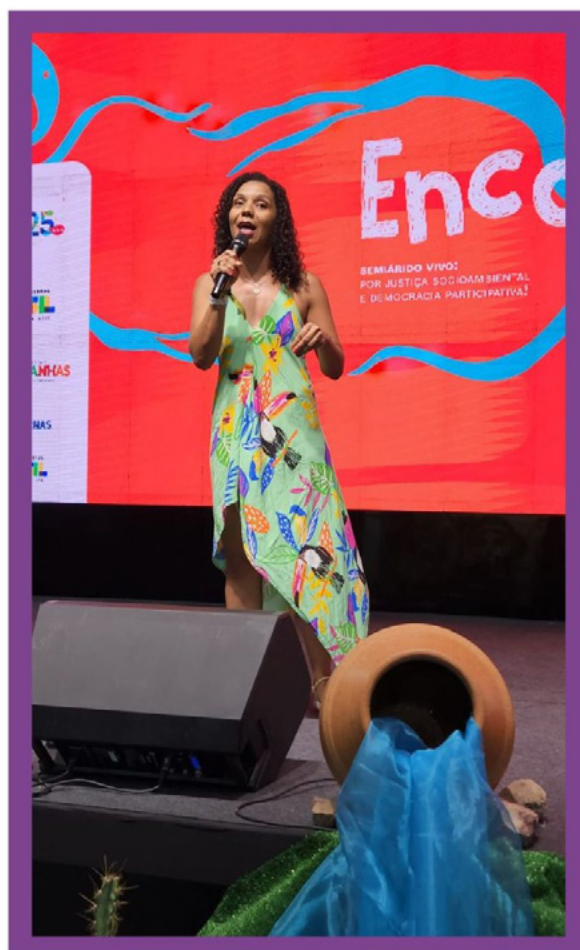


Figura 29 - Intervenção: A comunicação precisa ser reconhecida como estratégia

Articulação de Agroecologia da Bahia - AABA

Em 2024, o Coletivo de Comunicação da Articulação de Agroecologia da Bahia (AABA) enfrentou desafios que resultaram na redução das atividades, bem como em dificuldades na articulação e no cumprimento das agendas. Esse cenário impactou diretamente o andamento das ações planejadas no início do ano.

Entre os principais fatores, destacam-se mudanças na composição da equipe e desafios externos, que afetaram a continuidade dos trabalhos e a mobilização do grupo. Apesar das adversidades, foram empreendidos esforços para reverter a situação, incluindo a realização de uma reunião de planejamento voltada à estruturação de um cronograma de atividades.

No entanto, diversos obstáculos comprometeram a implementação efetiva do calendário de publicações e das formações previstas. Como resposta a esse contexto, está prevista, para 2025, a implementação de um plano de comunicação elaborado no âmbito acadêmico por um dos integrantes do coletivo, além da realização de uma reunião ampliada para a reestruturação das ações. Essas iniciativas têm como objetivo fortalecer o Coletivo de Comunicação, assegurando maior estabilidade e eficiência na articulação da rede.



Figura 30 - Reunião remota AABA

2.1.1 Redes de educação

Em 2024, a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – RESAB avançou em sua articulação e participação em diversos espaços. Enquanto rede, a RESAB rearticulou o coletivo, sempre em movimento e consciente de seu importante papel na proposição da Educação Contextualizada, dando continuidade ao calendário de reuniões. Duas dessas reuniões ocorreram de forma presencial. A rede também garantiu presença em eventos de educação nos âmbitos nacional, estadual e territorial.

A RESAB contou com a atuação de dois representantes do IRPAA na sua coordenação executiva – um como titular e outro como suplente – contribuindo ativamente para o planejamento e execução das ações da rede.

Essas ações envolveram a partilha de experiências em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido, bem como diálogos com instituições públicas de ensino na região semiárida do Brasil. Houve ainda participações em outros espaços políticos nos âmbitos nacional, estadual e territorial, com contribuições significativas para a incidência e construção de políticas públicas voltadas à Educação Contextualizada.

A ocupação desses espaços tem sido fundamental para o debate sobre políticas públicas, proposições e alinhamentos em torno da proposta de Convivência com o Semiárido por meio da Educação Contextualizada. No âmbito do planejamento, durante o Workshop de Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro – WECSAB, realizado em novembro de 2024 na UNEB, em Juazeiro–BA, foram definidas algumas prioridades para o ano de 2025:

- Reorganização e retomada da produção de materiais didáticos e paradidáticos contextualizados;
- Diálogos com gestores e secretarias municipais para a proposição de cursos de formação continuada para profissionais da educação;
- Digitalização dos materiais da rede;
- Criação e divulgação de um canal no YouTube sobre a RESAB;
- Fortalecimento dos espaços de decisão e construção de políticas públicas nos quais a rede já atua.

Um dos avanços significativos de 2024 foi a retomada da participação da RESAB em espaços de articulação e definição de políticas públicas. Nesse contexto, o Plano de Ação foi direcionado à qualificação da presença dos representantes nos fóruns em que a rede já está inserida, com proposições que defendem seus interesses.



Figura 31 - Reunião RESAB

Fórum Estadual de Educação do Campo - FEEC

O Fórum Estadual de Educação do Campo (FEEC) constitui-se como uma articulação dos sujeitos sociais coletivos que o compõem, pautado pelo princípio da autonomia em relação ao Estado. É formado por universidades públicas, movimentos sociais e sindicais populares do campo, além de entidades que atuam diretamente com a Educação do Campo.

Ao longo do ano de 2024, o FEEC realizou reuniões remotas, diante do avançar da conjuntura nacional de retomada e rearticulação das políticas públicas. O fórum tratou como centralidade de sua atuação o acesso dos sujeitos do campo, das águas e das florestas a uma educação contextualizada, que contemple as diversas realidades, culturas e identidades desses territórios. O IRPAA compõe o FEEC como membro titular, contando com uma pessoa titular e outra suplente na coordenação executiva do fórum.

Dentre as ações de âmbito nacional, o FEEC integrou a comissão de coordenação do Encontro Nacional de Educação do Campo – ENECAF, junto ao Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), ao Governo Federal e ao Governo Estadual. O encontro foi sediado na Bahia, o que colocou o fórum, assim como as organizações, movimentos e instituições que o integram, no centro dessa construção coletiva. Como desdobramento do encontro, foi elaborada uma carta de construção nacional, com diretrizes para diagnóstico e orientações acerca da Educação do Campo.

Outra conquista a ser destacada é a inclusão de metas específicas sobre a Educação do Campo no novo Plano Nacional de Educação (2024–2034). Por meio da atuação em redes, representantes do FEEC contribuíram ativamente nessa construção. Trata-se de um momento significativo na história da educação nacional, visto que, até então, o Plano Nacional de Educação não apresentava diretrizes específicas que contemplassem os sujeitos do campo, das águas e das florestas.

Ainda como desdobramento do ENECAF, ocorreu a rearticulação do colegiado do PRO-NERA na Bahia, fortalecendo a atuação em nível estadual.

No âmbito estadual, destaca-se a pesquisa conduzida pela UNEB, em parceria com as secretarias municipais e a Secretaria de Educação do Estado, sobre o Diagnóstico do Fechamento das Escolas do Campo na Bahia. A pesquisa está em fase de finalização, com a apresentação parcial de uma amostragem de dados ao FEEC e ao Estado. Devido à complexidade e à extensão do fenômeno do fechamento das escolas, foi necessário um prazo maior para a conclusão.

Dentre os dados já apresentados, destaca-se que o Território Sertão do São Francisco ocupa o terceiro lugar entre os 27 territórios do estado da Bahia com o maior número de escolas do campo fechadas, totalizando 373 unidades. Além disso, aproximadamente 11% dessas escolas ainda não possuem banheiros, enquanto mais de 80% adquirem ingredientes da agricultura familiar e camponesa. A pesquisa abrangeu 394 dos 417 municípios baianos, o que corresponde a 94% do estado.

O FEEC tem enfrentado diversos desafios junto ao atual governo estadual. Apesar de pertencer ao Partido dos Trabalhadores — tradicionalmente mais sensível às pautas populares —, ainda há importantes avanços a serem conquistados no campo da educação voltada aos sujeitos

do campo. A Bahia, inclusive, lidera os índices nacionais de analfabetismo.

Atualmente, a composição do governo estadual inclui uma Diretoria de Educação dos Povos e Comunidades Tradicionais, o que tem possibilitado um diálogo mais próximo e uma maior incidência do fórum sobre as políticas públicas, sobretudo no que tange à problematização das mesmas.

O fórum também identifica e reflete sobre os desafios persistentes no cenário educacional, como a formação específica de profissionais para atuar na Educação do Campo, a necessidade de um ensino contextualizado e de um currículo que contemple a realidade dos sujeitos do campo, além da inclusão da educação tecnológica nos territórios rurais.

Para o ano de 2025, o FEEC tem como metas aprimorar a organização do calendário de reuniões, reorganizar os grupos territoriais do fórum e continuar propondo e debatendo com as instâncias públicas as políticas de educação no Estado, com o objetivo de fortalecer, cada vez mais, uma educação que reconheça e valorize os sujeitos do campo.



Figura 32 - Reunião remota executiva FEEC

Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial – CAEC-DT/UNEB

Constitui-se como um espaço institucional vinculado à Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e de natureza político-educativa, voltado à articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão, em consonância com o movimento de produção da vida junto aos sujeitos do campo. Abrange demandas de trabalhadoras e trabalhadores camponeses, vinculados aos Movimentos Nacionais e Regionais da Educação do Campo.

Tem como objetivo coordenar, integrar, sistematizar, orientar e promover ações de Ensino, Pesquisa e Extensão em uma perspectiva interdisciplinar, bem como assegurar iniciativas nas dimensões da formação de educadoras e educadores, da formação profissional e tecnológica, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação.

O CAECDT conta com um conselho comunitário, por meio do qual suas ações são encaminhadas em diálogo com a sociedade civil. Esse conselho é composto por movimentos sociais e sindicais populares do campo, além de entidades que atuam na área da Educação do Campo.



Figura 33 - Reunião do Conselho CAECDT

Colegiado Estadual do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA

O PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária consolidou-se como uma política pública do governo federal voltada à promoção da educação em áreas de reforma agrária. Após a mobilização em torno de uma educação do campo de qualidade, no final dos anos 1990, iniciou-se a luta por uma proposta educativa que contemplasse a realidade dos sujeitos do campo e suas diversidades.

Com 26 anos de existência, o PRONERA enfrentou cortes orçamentários e processos de desmonte a partir do golpe de 2016. Com a retomada do governo Lula, o programa foi rearticulado, ainda que com um orçamento limitado diante da expressiva demanda por formação dos povos do campo, das águas e das florestas. Seus cursos são viabilizados a partir das demandas dos movimentos sociais encaminhadas às universidades, sendo indispensável a parceria com instituições de ensino para sua execução. Ainda assim, os cursos preservam a contextualização da realidade dos territórios e dos movimentos sociais envolvidos.

O Colegiado Estadual do PRONERA foi um desdobramento do Encontro Nacional de Educação do Campo. Na Bahia, sua reestruturação ocorreu logo após o evento, em um movimento que também se repetiu em outros estados, com o objetivo de organizar as ações e demandas locais. Na Bahia, além disso, buscou-se o fortalecimento do diálogo com a sociedade civil. O colegiado é composto por representantes de universidades públicas, movimentos sociais e da Secretaria Estadual de Educação.

A partir dessa articulação, os movimentos e organizações têm estabelecido parcerias com universidades para a submissão de projetos em âmbito federal, voltados à oferta de cursos que atendam às especificidades dos povos do campo, das águas e das florestas. A disputa por recursos tem se intensificado, uma vez que a disponibilidade orçamentária é reduzida em relação à abrangência territorial nacional. Atualmente, somos uma das organizações que integram o Colegiado do PRONERA no estado da Bahia.



Figura 34 - Reunião do Colegiado do PRONERA

Câmara Territorial de Educação – CODETER

O Colegiado de Desenvolvimento Territorial – CODETER é um fórum de discussão e participação social, formado por representantes da sociedade civil e do poder público, que tem como objetivo promover o debate local sobre projetos e ações voltados ao desenvolvimento. O estado da Bahia está dividido em 27 Territórios de Identidade, e, em cada um deles, há um CODETER — alguns mais articulados, outros menos. Ainda assim, trata-se de um espaço relevante de articulação e construção política no âmbito territorial.

Esse colegiado é atualmente composto por representações de todo o Território do Sertão do São Francisco. Conta com um núcleo diretivo, responsável por sua coordenação, além de câmaras temáticas organizadas por áreas consideradas centrais para o desenvolvimento territorial, tais como: educação, cultura, turismo, mulheres, segurança alimentar e nutricional, entre outras. Atualmente, o IRPAA está na coordenação da Câmara Territorial de Educação, em parceria com a ADAC, compreendendo esse espaço como estratégico para a articulação entre organizações e instituições, bem como para a incidência junto ao poder público.

A Câmara de Educação tem como objetivo definir estratégias de articulação do projeto de Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido, no âmbito dos municípios que compõem o Território Sertão do São Francisco, com foco na garantia do direito à educação na região. A referida câmara encontrava-se desarticulada desde o início da pandemia. Em julho,

participamos da assembleia do CODETER, momento em que foi iniciada a reorganização das câmaras temáticas. Entre as instituições presentes, fomos eleitos para essa representação.



Figura 35 - Assembleia do CODETER, no SETAF em Juazeiro

2.2 LINHA EXPERIMENTAÇÃO: TURISMO RURAL DE BASE COMUNITÁRIA

Após uma sequência, em 2023, de articulações, formações e visita técnica para conhecer uma experiência de Turismo de Base Comunitária (TBC) e Educomunicação na Fundação Casa Grande, em Nova Olinda (CE) — além de definir como estratégia, para 2024, uma maior incidência nas discussões sobre esse tipo de iniciativa —, o eixo realizou diversas atividades com o objetivo de mobilizar alguns grupos do território.

Foi realizada a cobertura do lançamento e dada ampla visibilidade ao mapeamento agroecológico da comunidade tradicional de fundo de pasto Caldeirãozinho, em Uauá, cujos integrantes acompanham as discussões sobre TBC. A Associação incluiu, nesse mapeamento, uma trilha como indicativo de possível atividade com visitantes.

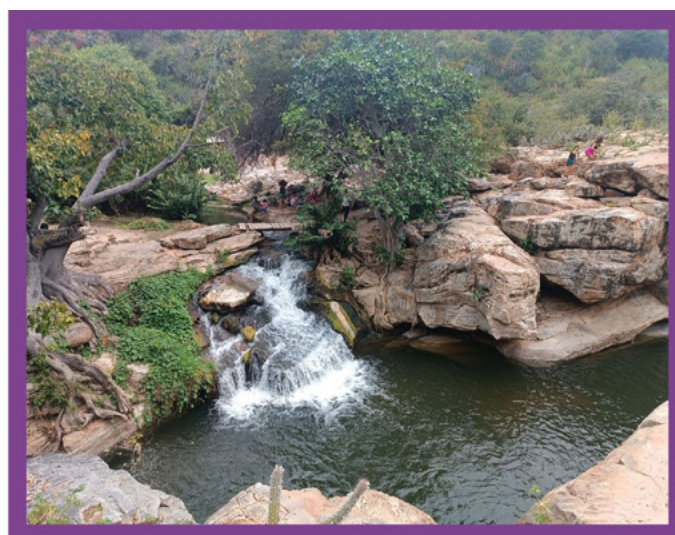


Figura 36 - Intercâmbio no Salitre

Conforme previsto nas ações do ano anterior, realizamos um intercâmbio para vivenciar, durante dois dias, a experiência pioneira do nosso território, promovida pelo coletivo Carrapicho Virtual, na região do Salitre, em Juazeiro. Participaram da atividade representantes de comunidades dos municípios de Curaçá, Jaguarari, Sento Sé, Sobradinho e Uauá, além de colaboradores/as e estudantes da República do Irpaa. Esse momento representou um marco no trabalho de mobilização dos grupos, pois foi uma oportunidade ímpar para observar, na prática, como um coletivo realiza esse tipo de atividade no território, enfrentando desafios comuns a inúmeras comunidades: estradas precárias, longas distâncias entre os pontos do roteiro e limitações organizativas. Também foi uma oportunidade para que os participantes percebessem o quanto é possível realizar hospedagens comunitárias, valorizar os saberes locais e ancestrais, as tradições culturais e religiosas, a culinária sertaneja e as belezas da Caatinga. As pessoas que participaram avaliaram positivamente a experiência e demonstraram maior entusiasmo para seguir com essa proposta em suas respectivas localidades.



Figura 37 - Oficina em Jaguarari



Figura 38 - Diagnóstico TBC no Ferrete

Outras atividades relacionadas à temática continuaram ocorrendo ao longo do ano, entre elas: partilha de experiências e oficina com famílias da comunidade Serra dos Morgados, em Jaguarari; e o início de um ciclo de formação continuada com um dos grupos interessados: o coletivo Águas do Ferrete, da comunidade Ferrete, em Curaçá. Nesse local, foi realizado um encontro de diagnóstico participativo, com o objetivo de identificar fragilidades e potencialidades, seguido de uma primeira oficina sobre a proposta do TBC e os principais pontos que se pretende enfatizar com essas ações. Como perspectiva de continuidade — não apenas nessa, mas também em outras duas comunidades —, estão previstas para 2025 novas oficinas temáticas, abordando temas como: associativismo, construção de roteiros, terra e território.

Como resultado das discussões e atividades realizadas nos últimos dois anos, o Eixo chegou ao entendimento de que as comunidades e grupos interessados ainda apresentam muitas fragilidades organizativas. Para que ocorra um trabalho mais consistente e aprofundado em relação a essa temática experimental, e para que se possa apoiá-los dentro de suas expectativas, será necessário o desenvolvimento de um projeto específico, com recursos destinados para esse fim. Isso se deve ao fato de que os arranjos entre os projetos atuais do Irpaa, embora permitam alguma integração de atividades, apresentam limitações — principalmente de ordem financeira.

Entretanto, o Eixo segue desenvolvendo ações de mobilização e acompanhamento, na medida do possível, com a perspectiva de, em 2025, potencializar as atividades formativas por meio do envolvimento de integrantes dos demais eixos.

2.3 LINHA ASSESSORIA/ FORMAÇÃO

2.3.1 Formação

Com o intuito de sensibilizar e/ou fortalecer a discussão e a prática em torno da Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido, foram realizadas, em 2024, dez visitas pedagógicas a escolas dos municípios de Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Sento Sé, no Território Sertão do São Francisco (TSSF). Também foram promovidas duas oficinas de Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido, nos municípios de Curaçá e Sento Sé, com a participação de educadores(as), gestores(as), coordenadores(as) e representantes das secretarias municipais de educação, com o objetivo de debater questões e práticas voltadas à ressignificação da educação.

Nesse mesmo contexto, ocorreu o Seminário Territorial de Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido, em Juazeiro, que reuniu representantes de universidades, institutos federais, secretarias municipais de educação, professores e coordenadores. A iniciativa teve como objetivo reanimar a discussão no território, evidenciando as possibilidades da educação contextualizada à realidade dos(as) estudantes.

A 30ª edição da Escola de Formação para Convivência com o Semiárido, realizada pelo Irpaa desde 1992, teve como tema, neste ano, “Por um Semiárido antirracista, com equidade de gênero e diversidade”. A Escola aconteceu entre os dias 8 e 19 de julho e abordou temáticas rele-

vantes, provocadas pela comissão organizadora, da qual participaram duas integrantes do Eixo.

Esta edição contou com a participação de cerca de 50 jovens de todo o Nordeste, que, durante 12 dias, vivenciaram práticas no Centro de Formação Dom José Rodrigues (CFDJR), realizaram visitas a Canudos, Uauá e Sobradinho, e participaram de debates sobre temas como racismo, equidade de gênero, diversidade, mudanças climáticas, recaatingamento e organização social. Esses(as) jovens tornam-se multiplicadores(as) da Convivência com o Semiárido a partir do conhecimento desses diversos temas transversais.



Figura 39 - Escola de Formação

A 11ª edição do Curso de Comunicação e Educação para Convivência com o Semiárido, fruto da parceria entre o Irpaa e o Departamento de Ciências Humanas (DCH III) da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), com foco em estudantes de graduação dos cursos de Jornalismo e Pedagogia, teve como objetivo fornecer conhecimentos sobre o Semiárido, estimulando a disseminação desses saberes em diversas áreas de atuação. A formação é uma das ações do Irpaa voltadas para agentes multiplicadores(as), com a proposta de promover uma compreensão mais profunda sobre a realidade da região, suas potencialidades e desafios.

Durante o curso, os(as) participantes discutiram temas como Comunicação Comunitária e Popular, Comunicação e Educação para a Convivência com o Semiárido, as características históricas da região desde a colonização portuguesa e Educomunicação. Um dos destaques foi a Trilha Pedagógica da Convivência com o Semiárido, que proporcionou reflexões sobre a importância da mobilização da sociedade civil organizada, o uso de tecnologias sociais e as políticas públicas que garantam condições dignas de vida, especialmente para as populações rurais.

O curso também possibilitou a participação de estudantes de outras graduações e da pós-graduação, ampliando o alcance da formação. A relevância do curso foi reconhecida pelos(as) participantes, que destacaram como a experiência transformou sua visão sobre o Semiárido e despertou para novas formas de abordagem e compreensão da região. A cada edição, torna-se mais evidente a importância de intensificar essas formações, que contribuem significativamente para a construção de novas narrativas sobre o Semiárido.



Figura 40 - Curso de Comunicação e Educação

Outra formação relevante foi realizada na conhecida Roça do Irpaa, no Centro de Formação Dom José Rodrigues, em Juazeiro, com um grupo de 20 estudantes do 4º período do curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Campus VII, de Senhor do Bonfim (BA). Com o objetivo de aprofundar conhecimentos sobre a Convivência com o Semiárido e refletir sobre práticas educativas contextualizadas que considerem a ancestralidade, os saberes e a realidade local, a programação incluiu uma série de debates.

Além disso, ocorreram trabalhos em grupo que apontaram os desafios para a efetivação da Educação Contextualizada e ações que podem fortalecer sua consolidação, tais como: inserir o tema nos currículos dos cursos de Pedagogia; desenvolver projetos de extensão e estágios com essa temática; adotar livros didáticos contextualizados; levar o debate aos municípios; e investir na formação continuada de professores(as). O grupo ressaltou a importância e a necessidade de incluir essa abordagem no processo formativo dos cursos de licenciatura.



Figura 41 - Formação com turma de Pedagogia da Uneb – Bonfim

Outro destaque importante foi a realização da primeira etapa de uma formação modular com monitores(as), professores(as) e gestores(as) das Escolas Famílias Agrícolas (EFA's). Por meio de uma ação conjunta com o Eixo Clima e Água, foram realizados cinco encontros territoriais, organizados por proximidade entre as escolas, que possibilitaram discussões sobre Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido, histórico da educação no país e os desafios atuais, tanto no cenário nacional quanto no contexto das EFA's. As oficinas também se configuraram como espaços relevantes para integração e troca de experiências entre as escolas, além de permitirem a realização de um diagnóstico do panorama atual.

Entre os desafios apontados nesse primeiro módulo estão: perfis de estudantes com baixo interesse e comprometimento com os estudos; necessidade de acompanhamento psicológico para estudantes e equipes escolares; falta de apoio de algumas famílias no estímulo aos(as) estudantes; dificuldades com recursos financeiros; alta rotatividade de monitores(as); e a luta por políticas de permanência, cuja ausência representa uma desvantagem em relação às escolas-modelo da rede estadual.

Para 2025, está prevista a continuidade da formação modular, com a realização de seminários temáticos que terão como foco a Educomunicação e a Educação Contextualizada — sendo esta última o destaque do seminário de encerramento, que abordará questões políticas relacionadas ao tema, além de proporcionar um momento de partilha entre as EFA's sobre as ações desenvolvidas com base na contextualização do ensino em suas localidades.

2.3.2 Assessoria

A comunicação é considerada uma estratégia fundamental para alcançar a Convivência com o Semiárido, pois a construção de narrativas é essencial para defender e propor ideais. Nesse sentido, em 2024, foram publicadas 122 matérias/reportagens no site institucional do Irpaa. Essas produções apresentam, de forma recorrente, reflexões políticas, seja por meio da valorização das belezas e potencialidades do Semiárido, da denúncia das injustiças que acometem povos e comunidades, ou da divulgação das atividades realizadas pelos projetos executados pelo Irpaa.

Dentre as temáticas abordadas, destacam-se: organização social da juventude, ameaças aos territórios, eleições, direito ao saneamento básico rural, educação contextualizada, recaatamento, incidência política, papel das mulheres nos espaços políticos e sociais, fortalecimento das manifestações populares, segurança alimentar e nutricional, direito à terra, agroecologia, mudanças climáticas, impacto dos grandes empreendimentos, entre outras.

Outro ponto relevante é que, em 2024, iniciamos o processo de construção do novo site institucional, com a proposta de um design atualizado, que proporcione melhor visibilidade, navegação e interação entre os conteúdos produzidos e publicados nas diferentes mídias sociais. O novo site também permitirá identificar a quantidade de acessos e cliques nas matérias, informações importantes para avaliar quais conteúdos despertam maior interesse do público.

Esse processo de reformulação chamou a atenção para a necessidade de atualizar também algumas informações institucionais disponibilizadas no site. Além disso, iniciamos os diálogos para realizar, em 2025, uma atualização da identidade visual do Irpaa, com o objetivo de facilitar sua aplicação em diversas produções, transmitir uma mensagem visual mais clara e tornar o conteúdo mais acessível no novo ambiente digital.

O programa de rádio **Viva Bem no Sertão** (VBS), com duração de uma hora, contou, em 2024, com 51 edições, das quais cinco foram especiais, abordando as temáticas de São João, São Pedro, eleições, Natal e Ano Novo. É importante destacar que o VBS exige intensa dedicação da equipe, que se divide nas funções de produção/adaptação de conteúdo, gravação e edição. Os resultados de alcance têm sido significativos, comprovados por meio das devolutivas dos ouvintes e das rádios parceiras.

As edições são publicadas no site às sextas-feiras, sendo a veiculação nas rádios variável, conforme a programação de cada emissora, mas geralmente ocorre entre sábado e domingo. O VBS é transmitido pelas seguintes rádios baianas: rádio comercial Juazeiro AM (Juazeiro) e rádios comunitárias Zabelê FM (Remanso), Tropical FM (Pilão Arcado), Curaçá FM (Curaçá), Luz do Sertão FM (Uauá), Liberdade FM (Comunidade Campos, Maniçoba–Juazeiro), Quixabeira FM (Quixabeira), Atração FM (Campo Alegre de Lourdes) e Web Rádio Flor de Calumbi (Casa Nova). O programa também é reproduzido pela Quilombos FM (Serra do Campo Grande, Campo Grande do Piauí – PI) e, em Pernambuco, pela Orocó FM (Orocó).

No canal **TV Irpaa**, no YouTube, foram publicadas sete produções em 2024:

- Agenda 2030 no Semiárido baiano. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=1uxaTSCK-zzc&t=67s>
- Memórias do Semiárido - Edição 1: Defesa do Rio São Francisco, com Frei Luiz Cappio. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=WlJeJ3N2K2k&t=18s>
- O papel da mulher nos espaços políticos e sociais. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=Mii1ETGqFfE&t=604s>
- Manter a Caatinga em Pé é defender a vida - 28 de Abril Dia Nacional da Caatinga. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=0U7PnMrBjyE>
- Jovens Lideranças do Semiárido: Vozes do presente (2024) | Curta-metragem documental. Link: https://www.youtube.com/watch?v=3mmDoq3_CMA&t=696s
- Vivências na Comunidade Indígena Xokó, em Porto da Folha-SE, durante o X EnconASA. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=89ZAobFwSi8>
- Oficina no X EnconASA pauta os impactos dos empreendimentos de energias renováveis no Semiárido. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=SKHuQno4F3A>

No perfil do Instagram @irpaasemiario, o Irpaa encerrou o ano de 2024 com mais de 8 mil seguidores e uma média de 349 mil visualizações nos últimos três meses do ano, dado obtido por meio do gerenciamento da referida mídia social. Procuramos manter uma frequência de publicações no feed e nos stories, com o objetivo de aumentar o engajamento e atingir públicos além dos seguidores, como uma forma de “furar a bolha” e ampliar o alcance das temáticas relacionadas à Convivência com o Semiárido.

Além das produções destinadas às mídias institucionais, o Eixo de Assessoria busca manter um diálogo constante com os meios de comunicação regionais, com o objetivo de pautar esses veículos com nossas temáticas, que precisam estar inseridas na grande mídia. Um exemplo representativo dos resultados dessa articulação foi a ampla divulgação da nota do Irpaa sobre o Semiárido e as mudanças climáticas, que teve repercussão nacional através do veículo *Brasil de Fato*.

3. OUTRAS ATIVIDADES

3.1 PARCERIA COM A UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

Em 2024, firmamos uma parceria direta com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por meio do projeto de extensão “Literatura, Infâncias e Juventudes no Semiárido Brasileiro”, sob a coordenação da professora Maísa Lins. O objetivo foi promover a articulação entre instituições governamentais e não governamentais, a partir de ações com a literatura, valorizando suas dimensões poética e política. Como parte das ações, foram montadas estantes “Janelas Azuis” no Instituto Dona Raimunda e na Casa Dom José Rodrigues (em Juazeiro), além do grupo Galeota das Artes (em Curaçá).

A metodologia do projeto incluiu formações para monitores — sendo uma bolsista e outras voluntárias —, oficinas de literatura com os grupos envolvidos, e a entrega de estantes com livros às organizações participantes. Nesse contexto, ocorreu um intercâmbio entre os grupos do projeto e aqueles acompanhados pela iniciativa “Valorização da Infância e Adolescência no Semiárido Brasileiro”, além da República dos Estudantes. Esses momentos foram fundamentais não apenas para a formação de crianças e adolescentes, mas também para nós, enquanto formadores e monitores, que participamos dos encontros formativos.

Foi perceptível o encantamento despertado pela literatura, a troca de vivências literárias, e a aproximação com autoras e autores que, por meio de suas obras, partilham realidades semelhantes às nossas. Esse intercâmbio pedagógico vivenciado entre os projetos também apresentou desafios, como a conciliação de agendas, o atendimento a diferentes demandas, o alinhamento entre propostas e a necessidade de diálogo constante. Ainda assim, a experiência nos despertou não apenas para o potencial transformador da literatura, mas também para a importância de propor novos caminhos metodológicos.

3.2 CARTÃO DE NATAL

Em 2024, o tradicional cartão de Natal foi concebido pelos eixos Educação e Comunicação e Produção Apropriada, sendo criado e enviado pelo Eixo Educação e Comunicação aos parceiros nacionais e internacionais, às famílias agricultoras assessoradas pelo Irpaa e à equipe de colaboradores/as. Manter o envio de cartões em formato físico em uma era digital possui um importante valor simbólico, fortalecendo os laços de afeto e carinho, além de representar uma forma de anunciar boas novas e provocar reflexões sobre temas e pautas relevantes. A cada produção, buscamos transmitir uma mensagem de esperança não apenas para os povos do Semiárido, mas para o mundo.

Em 2024, propusemos uma ilustração que convida à reflexão sobre questões urgentes, como as mudanças climáticas. Por isso, não foi difícil incorporar elementos que, em harmonia com as cores e simbologias, evidenciam a grandeza dos povos do Semiárido e os riscos que enfrentam diante das transformações climáticas que impactam diretamente seus modos de vida.

O formato do cartão, em gota d'água, remete à ideia de que cada gota é essencial, sendo a água o líquido mais precioso, que nutre todas as formas de vida, inclusive a humana. Intencionalmente, trouxemos a representação da diversidade de gênero — mulheres, jovens e homens —, além de elementos como a cisterna, a horta, o umbuzeiro, o bode, os produtos da agricultura familiar, a associação, a escola e a igreja. Consideramos esses elementos indispensáveis ao pensarmos a Convivência com o Semiárido.

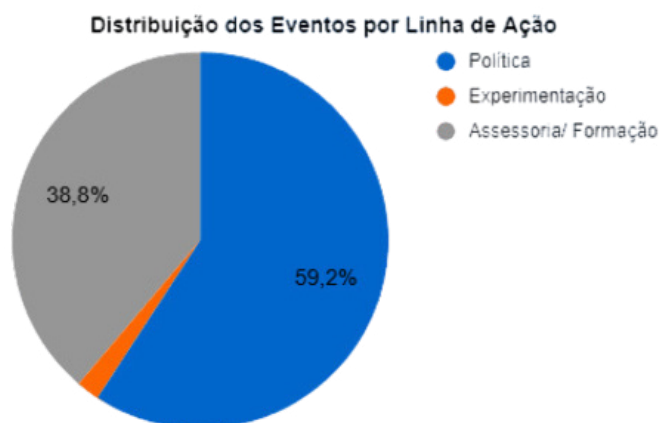
A mensagem deste ano nos convida a imaginar um mundo mais justo, construído a partir da coletividade e do caminhar conjunto com os povos originários, comunidades tradicionais, comunidade científica, juventudes, mulheres, homens, sociedade civil, agricultores/as familiares, parceiros e a comunidade acadêmica.



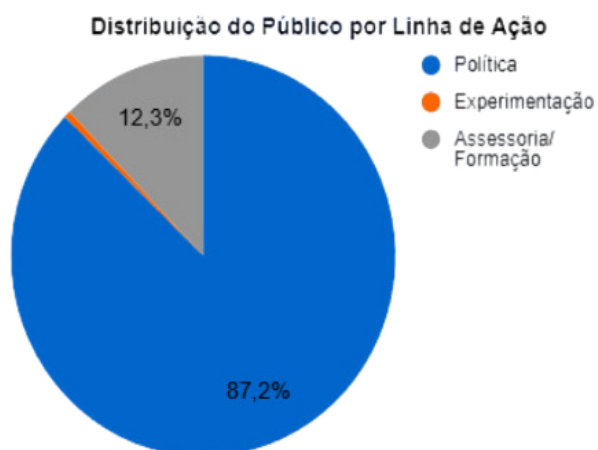
Figura 42 - Cartão de Natal

4. RESULTADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS

Ao analisar as ações e atividades realizadas em 2024 pelo Eixo Educação e Comunicação, observa-se a quantidade de iniciativas executadas em cada linha de atuação: Política (119), Experimentação (4) e Assessoria/Formação (78). A partir do gráfico a seguir, é possível identificar quais linhas de atuação apresentam maior destaque no Eixo — uma observação relevante para refletir sobre quais ações e atividades têm recebido prioridade.



Em relação ao público que assessoramos ou conseguimos alcançar, por linha de atuação, registramos as seguintes quantidades: Política (10.495), Experimentação (67) e Assessoria/Formação (1.475), totalizando 12.037 pessoas — entre adolescentes, jovens, mulheres e educadores(as) —, conforme indicado no gráfico a seguir:



5. DESAFIOS E DIFICULDADES

Em relação aos desafios e dificuldades enfrentados no ano de 2024, o Eixo Educação e Comunicação destaca pontos relevantes a partir de suas três linhas de atuação. No que se refere às redes de Educação das quais o Irpaa participa, é perceptível a baixa renovação de lideranças/dirigentes e a resistência desses à inserção de novas pessoas e ideias nos espaços. Observa-se ainda a baixa participação e o esvaziamento de reuniões e atividades das redes e fóruns, bem como o desinteresse de gestores públicos municipais em relação à proposta da Educação Contextualizada e a consequente descontinuidade das ações. Apesar das reivindicações das redes, o orçamento destinado aos programas de Educação Contextualizada e do/no Campo — em todas as esferas — tem se mostrado insuficiente. Soma-se a isso a intensa disputa e apropriação de narrativas em torno da Educação Contextualizada.

Nas redes voltadas à discussão da comunicação, identificam-se como desafios: a presença de organizações que não reconhecem a comunicação como estratégia política para as redes, limitando-a a uma ferramenta técnica de divulgação; a alta rotatividade de comunicadores/profissionais da área, o que dificulta o processo de formação continuada; a baixa ou inexistente formação política de comunicadores e comunicadoras no processo de construção de ações políticas; além de entraves nos processos de produção e criação coletiva nas redes e fóruns.

Os desafios presentes nas redes de articulação política são reconhecidos, mas esses espaços são considerados fundamentais, pois colaboram para a incidência política e, consequentemente, para a consolidação da proposta de Convivência com o Semiárido.

No que diz respeito à linha de Assessoria/Formação, destacam-se como desafios a execução de novos produtos de comunicação (vídeos, grandes reportagens, programas especiais), em razão da sobreposição de agendas, que dificulta o processo criativo necessário para produções mais elaboradas. Também se observa a desmotivação de alguns grupos em participar de ações formativas, além da recorrência dos mesmos jovens e/ou agricultores/as em diversas atividades, o que gera choques e conflitos de agenda. Há, ainda, dificuldades junto a parceiros (poder público e entidades) em assumirem compromissos de contrapartida no apoio às atividades.

Entretanto, entende-se que esses desafios podem ser superados por meio de um planejamento institucional mais eficaz, da realização de atividades que motivem os grupos a permanecerem nas formações e do estímulo à atuação de novos sujeitos nos espaços coletivos, pois somente a educação é capaz de promover mudanças significativas.

6. PERSPECTIVAS FUTURAS

A partir da atuação em rede bastante positiva no ano de 2024 — apesar dos desafios relatados anteriormente —, têm-se como perspectivas: a realização do 2º Seminário da Rede de Educação Contextualizada do Semiárido (Resab), em celebração aos seus 25 anos, previsto para ocorrer até setembro de 2025; a produção e distribuição de cartilhas que contribuam para a incidência política nos municípios em defesa de políticas públicas; a ampliação do diálogo com gestores públicos e parceiros locais; e o fortalecimento da Câmara Temática de Educação do Codeter. Visualiza-se, ainda, um maior engajamento dos coletivos de comunicação na incidência política em prol da Convivência com o Semiárido e da Agroecologia.

No âmbito da Assessoria/Formação, projeta-se a contratação de novos profissionais para integrar a equipe do Eixo, com vistas a fortalecer o desenvolvimento das ações e atividades realizadas; a reestruturação e requalificação do estúdio de rádio; e o lançamento do novo site institucional, que proporcionará melhor experiência de navegação aos usuários, além de maior integração entre as mídias sociais e os conteúdos produzidos.

No que tange à atuação em espaços escolares e não escolares, com foco na Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido, espera-se a adesão de municípios à formação continuada de educadores/as voltada para essa abordagem; a realização de seminários e intercâmbios interterritoriais; e a elaboração de material didático — como jogos pedagógicos — a ser utilizado nas escolas, contribuindo para a ressignificação dos conteúdos.

Conforme já mencionado, o trabalho de formação sobre Educom e Educação Contextualizada será uma das ações em destaque na formação modular com as Escolas Famílias Agrícolas (EFA's), devendo resultar na ampliação e qualificação das atividades relacionadas a esses temas nas referidas instituições.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2024, avaliamos que o Eixo teve uma atuação satisfatória nas três linhas que o compõem: Política, Experimental e Formação/Assessoria, apesar dos desafios anteriormente elencados. Muitos avanços foram alcançados, mas reconhecemos que ainda há espaço para fortalecer outros territórios formativos e de comunicação por meio das ações e atividades do Eixo, fundamentais para a consolidação da proposta de Convivência com o Semiárido defendida pelo Irpaa.

A equipe se dedicou ativamente aos espaços e redes, contribuindo com as construções coletivas e promovendo reflexões que impulsionam o fortalecimento da atuação em rede, em consonância com os objetivos institucionais do Irpaa.

EIXO PRODUÇÃO APROPRIADA



1. Introdução

O período analisado caracterizou-se como um processo de retomada das políticas públicas, marcado por intensa articulação e incidência política da sociedade civil. No entanto, observa-se uma disputa acirrada pelo orçamento público. As secretarias e ministérios responsáveis pelas pautas dos Povos e Comunidades Tradicionais e da Agricultura Familiar são os que dispõem de menos recursos, o que limita a execução das políticas sociais.

Embora o governo seja de perfil progressista, prevalecem forças neoliberais que têm condicionado o Governo Federal ao teto de gastos, à independência do Banco Central e à submissão ao sistema financeiro, que impõe juros elevados. Assim, a política de neodesenvolvimentismo vem sendo adotada de forma desidratada: não há ruptura com o espírito do teto de gastos, nem revogação da reforma trabalhista, tampouco enfrentamento à autonomia do Banco Central.

Por outro lado, a força da direita tradicional e de setores fascistas no Congresso Nacional reduz significativamente as aspirações políticas do Governo Lula, submetendo-o a uma política de viabilidade limitada.

Ao analisarmos o orçamento do Governo Federal destinado ao estado da Bahia, podemos estabelecer alguns parâmetros de apoio à agricultura (agronegócio versus agricultura familiar):

- **Agronegócio:** 16,7 mil contratos de empréstimo realizados em 2024 para financiamento da produção, totalizando R\$ 12,1 bilhões concedidos.
- **Agricultura Familiar:** 246,1 mil contratos do PRONAF assinados, com R\$ 3,3 bilhões liberados em crédito para a agricultura familiar.

Em 2024, **2,9 mil agricultores familiares baianos** venderam alimentos diretamente ao Governo Federal por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A Bahia conta ainda com **380,3 mil agricultores familiares com Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) Pessoa Física ativo e 929 organizações com CAF Pessoa Jurídica ativo.**

O presidente lançou o **Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025**, direcionado ao fortalecimento do campo agroecológico. Com juros mais baixos, a iniciativa assegura **R\$ 85,7 bilhões** para o desenvolvimento da agricultura familiar.

A assessoria técnica e a extensão rural são fundamentais para garantir que as políticas do Plano Safra sejam efetivamente acessadas, contribuindo para o fortalecimento e ampliação da produção da agricultura familiar.

É necessário ampliar o estímulo à produção de alimentos da cesta básica. Isso implica a criação de linhas de crédito e a oferta de assessoria técnica massiva aos agricultores familiares. Os governos — federal, estadual e municipal — devem promover projetos locais que criem ou revitalizem Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional, como mercadões, feiras agroecológicas, sacolões e centrais de abastecimento, aproximando produtores e consumidores regionais e promovendo circuitos curtos de comercialização. Essa descentralização valoriza os alimentos regionais e possibilita preços mais acessíveis.

Os conselhos constituem espaços fundamentais de construção e avaliação de políticas públicas, essenciais para o diagnóstico e enfrentamento dos desafios da Segurança Alimentar. Em 2024, por meio das conferências em diferentes níveis, diversas mobilizações contribuíram para o fortalecimento dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional.

Questão agrária

A Agricultura Familiar, principal responsável pela produção dos itens da cesta básica, ocupa apenas cerca de **23% da área agricultável**. Ela é peça-chave no controle dos preços dos alimentos e, por isso, é imprescindível o enfrentamento de um dos maiores problemas estruturais do país: a concentração fundiária.

A realização da Reforma Agrária e a garantia dos direitos territoriais de populações que também são produtoras de alimentos saudáveis são condições essenciais para assegurar o acesso da população a alimentos de qualidade e a preços acessíveis.

Na Bahia, as comunidades tradicionais seguem com seus processos de solicitação de regularização fundiária e territorial sem respostas. Infelizmente, em 2024, o Estado **não avançou na regularização**, deixando essas comunidades vulneráveis a constantes ameaças e invasões por grandes empreendimentos, como parques eólicos, usinas fotovoltaicas, atividades de mineração e o agronegócio.

A distribuição de terras, a proteção à posse e a criação de infraestrutura — em especial o acesso à água —, associadas a políticas de abastecimento, são condições indispensáveis para a realização da soberania e da segurança alimentar da população brasileira.

Violência no campo

A violência no campo na Bahia, em 2024, reflete a continuidade de conflitos históricos relacionados à disputa por terras, agravados por fatores socioeconômicos, ambientais e políticos.

Os conflitos envolvendo comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e fecho de pasto), agricultores familiares e grandes proprietários de terra ou empresas do agronegócio continuam sendo a principal causa da violência. A expansão do agronegócio com monoculturas (soja, eucalipto, algodão), pecuária e mineração pressiona os territórios tradicionalmente ocupados.

A polarização entre agendas desenvolvimentistas e ambientais dificulta a mediação de conflitos. A violência no campo, em 2024, é sintoma de estruturas históricas de desigualdade, somadas a dinâmicas contemporâneas de exploração econômica e fragilidade institucional. Enquanto não houver avanços concretos na reforma agrária, nas demarcações de terras e no combate à impunidade, os ciclos de violência tendem a persistir, com perdas de vidas humanas e aprofundamento das injustiças sociais.

Dentre os projetos elaborados em 2024, destaca-se a proposta desenvolvida em parceria com o **Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)**, aprovada e com execução prevista para 2025.

O objetivo é apoiar o fortalecimento de comunidades defensoras de direitos humanos e territoriais, com prioridade para as mulheres — em sua maioria negras — impactadas e/ou ameaçadas pela atividade de extração mineral nas regiões Sudoeste, Chapada Diamantina e Norte do estado da Bahia.

A iniciativa visa fortalecer a auto-organização dessas comunidades e promover sua atuação na defesa dos direitos humanos, econômicos, ambientais, sociais e culturais, além de denunciar o atual modelo de exploração mineral. Essa parceria é uma oportunidade para que as comunidades atingidas pela mineração tenham uma atuação direta no enfrentamento às violações e influenciem uma postura favorável, tanto do poder público quanto da sociedade, por políticas de defesa da biodiversidade e dos direitos das populações.

1. Nossa caminhada em 2024

O **Eixo Produção Apropriada**, ao longo de 2024, desenvolveu suas atividades por meio de quatro projetos — **Ater Biomas, MMA/Recaatingamento e Bahia Sem Fome** — além de iniciativas de cooperação internacional. Ao todo, foram assessoradas 2.000 famílias, organizadas em 180 comunidades, associações e cooperativas no estado da Bahia. As ações foram distribuídas nos territórios **Sertão do São Francisco, Itaparica, Semiárido Nordeste II e Piemonte Norte do Itapicuru**, com o apoio de uma equipe técnica composta por 34 profissionais (16 mulheres e 18 homens).

Ater Biomas

Neste projeto, 1.080 famílias estão sendo acompanhadas em cinco municípios do Território Sertão do São Francisco: **Juazeiro, Curaçá, Sento Sé, Sobradinho e Casa Nova**. As principais ações realizadas em 2024 incluem: emissão do **Cadastro da Agricultura Familiar (CAF)**, intercâmbios, reuniões, seminários e visitas técnicas de campo



Figura 43 - Famílias agricultoras assessoradas pelo projeto Ater Bioma Caatinga participando da realização de diagnósticos comunitários, Alto das queimadas, Juazeiro.

Ater Bahia Sem Fome

O projeto teve início em setembro de 2024, nos municípios de Canudos, Curaçá, Sento Sé, Remanso, Campo Alegre de Lourdes e Pilão Arcado, com a realização das Reuniões de Articulação com Parceiros. Nessas reuniões, foi apresentado o Projeto ATER Bahia Sem Fome, que será executado pelo IRPAA ao longo dos próximos 48 meses no território, atendendo 490 famílias, com foco na promoção da Segurança Alimentar, Nutricional e Hídrica, na produção de alimentos saudáveis e no combate à fome na Bahia.

As reuniões tiveram como objetivo estabelecer parcerias com órgãos do Estado e da sociedade civil, visando à boa execução da chamada pública, com destaque para a articulação com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dos municípios envolvidos.

A partir de outubro, iniciou-se o processo de busca ativa de famílias em situação de vulnerabilidade social que tivessem interesse e perfil para participar da chamada pública. Foram realizadas ações de cadastro, geolocalização e levantamento socioeconômico dessas famílias. Além disso, foram realizadas visitas técnicas sociais a cerca de 140 famílias — uma etapa fundamental para verificar quais políticas públicas já estavam sendo acessadas por elas.



Figura 44 - Comunidade Currais, Campo Alegre de Lourdes.

Outra ação relevante neste início de projeto foi o encaminhamento de famílias para a **obtenção de documentos de identificação individual**, como Certidão de Nascimento, CPF e RG, viabilizando sua inscrição e **acesso a políticas públicas**, como o Bolsa Família, o Salário-Maternidade, entre outros.

Recaatingamento

Seguimos mobilizando e promovendo debates sobre a importância da **defesa da Caatinga em Pé**. Atualmente, o IRPAA vem executando, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, por meio do Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima, ações que abrangem **40 áreas em processo de Recaatingamento, totalizando aproximadamente 33 mil hectares em restauração natural assistida. Desses, 2.000 hectares encontram-se cercados.**

Figura 45 - Mapa de localização das áreas de Recaatingamento até 2024.



Fonte: IRPAA (2009; 2024); IBGE (2022).

Misereor

Com a parceira da Cooperação Internacional temos trabalhado no apoio as Comunidades tradicionais para acessarem seus direitos e defenderem os territórios frente às ameaças dos grandes empreendimentos. Atuamos também na atenuação dos efeitos da emergência climática, por meio de práticas sustentáveis de produção de alimentos e do enfrentamento aos processos de desertificação. Além disso, desenvolvemos trabalhos com as juventudes por meio da educação, promovendo a defesa da comunicação como direito, sob a perspectiva da justiça socioecológica.



Figura 46 - Oficina para elaboração de Protocolo de Consulta Livre, Previa, Informa e de Consentimento, Aldeia Tuxi, Abaré.

Descrição das ações em cada linha de atuação do Eixo, incluindo linhas transversais:

Fundo Rotativo Solidário

Diversas ações foram realizadas com o objetivo de consolidar os grupos de fundo rotativo e capacitar a equipe técnica para contribuir com esse trabalho. Entre elas, destaca-se a formação sobre Fundo Rotativo promovida pelo IRPAA, em Juazeiro. Grupos como a Feira Agroecológica de Bem Bom e o grupo de Mucambo estão iniciando fundos rotativos baseados em seus respectivos regimentos internos. A Feira Agroecológica, por sua vez, realiza debates contínuos sobre economia solidária, fortalecendo o envolvimento coletivo e o espírito colaborativo entre os participantes.

Comercialização

Múltiplas ações, oriundas da iniciativa das comunidades e das organizações parceiras, foram desenvolvidas. Destacam-se, entre elas, a reunião sobre o PNAE em Remanso; a reunião virtual do Comitê Gestor da Rota do Bode; e a Teia da Rota do Bode, que abrange os municípios de Casa Nova, Petrolina e Jaguarari. Outra ação de relevância foi a realização da **Conferência de Economia Solidária**. O Território Sertão do São Francisco promoveu a Conferência Territorial de Economia Popular Solidária, que contou com a participação de 249 grupos produtivos, além de sua representação na Conferência Estadual de Economia Popular Solidária.

Os grupos do Território do Sertão do São Francisco, que abrange dez municípios, promovem a economia solidária por meio de suas práticas diárias. No que se refere ao mercado justo, avanços importantes estão sendo alcançados, como a elaboração de propostas para programas como o PAA e o PNAE. Esses **grupos, compostos majoritariamente por mulheres (99%)**, enfrentam desafios históricos decorrentes da herança patriarcal, especialmente no que tange à gestão financeira. No entanto, apresentam uma sólida trajetória de solidariedade e partilha em suas atividades cotidianas, o que tem sido a base para o fortalecimento da economia solidária e do mercado justo.

Dentre as iniciativas de destaque nesse território, ressalta-se a atuação da Rede Mulher, que conecta mulheres do campo e da cidade em diversas atividades produtivas e solidárias, ampliando as oportunidades de geração de renda e fortalecimento de vínculos comunitários.

Tabela 1. Grupos produtivos (empreendimentos comunitários) do TSSF.

Municípios	Grupos por Município e suas Atividades	Nome da Comunidade
Campo Alegre de Lourdes	Rede Mulher	
	COOAPICAL - Cooperativa Apícola Campo Alegre de Lourdes.	
	Grupo de produção de mel	Lagoa do Sal
Pilão Arcado	Rede Mulher	
	Grupo de produção de mel	Vereda da Onça
	Grupo de produção de buriti	Brejo 2 Irmãos
Remanso	Rede Mulher	
	Grupo de artesanato e cosméticos regionais.	
	Grupo de produção de mel	Majó
	Grupo de produção de peixe	APPR, sede.
	Grupo de produção de polpas de frutas.	Marco, AMOMA
	Feira agroecológica	Sede

Sento Sé	Rede Mulher	
	Balaio da Caatinga	
	Grupo de produção de polpas de frutas.	Fartura
	Grupo iniciante de frutas desidratadas.	Lages
	Grupo familiar de produção de mel	jovem apicultor da EFAS
	Feira Agroecológica	Sede
Casa Nova	Rede Mulher	
	Grupo TUMÁSIA (Produção de petas e sequeijos).	Sede
	Grupos de produção de mandioca.	Curralinho, Mucambo, Novo Socorro.
	Feiras agroecológicas	Bem Bom, Tiririca.
Sobradinho	Rede Mulher	
	Grupo de artesanato e feira agroecológica.	Sede
	Grupo familiar de produção de mel.	
	COOPES Peixe.	
	Feirinha Agroecológica	Sede
Juazeiro	Rede Mulher	
	Grupo de artesanato e feira agroecológica.	
	Grupo de produção de tamarindo e rapadura de banana.	Salitre
	Produção de doces e geleias	Assentamento São Francisco.
	COOFAMA - Cooperativa Agropecuária Familiar de Massaroca e Região.	Massaroca

	COOPERCAR - Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Cacimba do Silva e Região.	Cacimba do Silva
Curaçá	Rede Mulher	
	Grupo de produção de doces, geleias, sequilhos e licores.	Esfomeado
	Grupo de produção de macaxeira.	Fazenda do Meio
	Quiosque do Ferrete	Ferrete
	CAPRIBÉE	Poço de Fora
Uauá	Rede Mulher	
	Feira Agroecológica	
	Grupo de produção de picolés de fruta.	Lages das Aroeiras
	Grupo familiar de polpas	Caladinho
	Grupo de produção de temperos	Testa Branca
	COOPERCUC - Cooperativa Agrícola Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá.	
Canudos	Rede Mulher	
	Grupo familiar de produção de doces de leite, geleias e licores.	Raso

Fonte: IRPAA (2024).

Gênero



Figura 47 - Estudo com Mulheres, Massaroca, Juazeiro.

Os grupos do Território Sertão do São Francisco, em sua maioria compostos por mulheres, são exemplos vivos de resiliência e organização coletiva. Com práticas que resgatam os princípios da economia solidária e do mercado justo, esses grupos vêm transformando a realidade de suas comunidades e fortalecendo as conexões entre o campo e a cidade.

Dentre as atividades realizadas, destacam-se:

- Seminário de Mulheres em Curaçá, com a participação de 40 mulheres pertencentes a associações, sindicatos, cooperativas e organizações vinculadas à Secretaria de Saúde;
- Encontro Territorial Sertão do São Francisco *Elas à Frente*, com a presença de 100 mulheres do campo e da cidade;
- Encontro Municipal de Lideranças Femininas;
- Maior engajamento da equipe técnica nos municípios, por meio da realização de formações e debates sobre relações de gênero;
- Formação da equipe de monitores do P1+2 sobre a divisão justa do trabalho doméstico e economia feminista;
- Estudo com mulheres de comunidades tradicionais de Fundo de Pasto, em Canudos;
- Estudo com mulheres de comunidades tradicionais de Fundo de Pasto, na comunidade de Canoa, em Juazeiro;

- Encontro Municipal de Lideranças Femininas, realizado na UNEB, em Juazeiro.



Figura 48 - Seminário de mulheres, Curaçá.

Produção de Alimentos

As ações do ATER Biomas, integradas aos demais projetos e articuladas com os parceiros e as comunidades, possibilitaram a realização de um conjunto de atividades que contribuíram para o alcance dos resultados descritos no item *Resultados Alcançados* deste ano de 2024.

Algumas dessas ações incluíram: visitas técnicas individuais e coletivas; reunião técnica sobre a mortalidade de caprinos na comunidade Barra do Umbuzeiro, em Sobradinho; reunião virtual sobre Fomento Rural (MDS/SDR/Bahiater); seminário sobre fruticultura e produção de alimentos saudáveis em assentamentos da reforma agrária no Sertão do São Francisco, em Juazeiro; intercâmbios do ATER Biomas com a CAERDES/UNEB, em Juazeiro, e com as EFAS, em Sobradinho; seminário sobre caprinovinocultura em Remanso; reunião no SETAF sobre a Garantia Safra 2023–2024; oficina sobre manejo sanitário de caprinos e ovinos na comunidade de Mucambo, em Curaçá, promovida pelo ATER Biomas; reunião de formação da Comissão de Caprinocultura/Ovinocultura do Território Sertão do São Francisco – SETAF Juazeiro; e reunião com representante do MDA sobre Fomento Rural, em Juazeiro.

No acompanhamento aos(as) estagiários(as), foram realizadas atividades práticas sobre a escolha de matrizes e reprodutores no Centro de Formação Dom José Rodrigues, com a participação de estagiários do curso de Agroecologia da UNEB e estudantes da República.

Organização comunitária

Todas as atividades realizadas envolvem a articulação e a mobilização de organizações comunitárias. Nesse sentido, muitas ações tiveram como objetivo apoiar, incentivar, fortalecer e constituir organizações que representem e contribuam para o alcance dos objetivos das famílias.

Dentre essas atividades, destacam-se: reunião com lideranças comunitárias; reunião sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC); encontro com representantes de associações tradicionais de Fundo de Pasto em Remanso; reunião do Fórum de Entidades em Campo Alegre de Lourdes; mutirão na comunidade Lagoinha, em Casa Nova; reunião com a ATAF, em Pilão Arcado; reunião da Comissão Municipal de Fundo de Pasto, em Juazeiro; articulação regional do Fundo de Pasto (CUC); reunião online com o MPD, DPU e organizações sociais; encontro com o MAM, IPMC e a Articulação do Fundo de Pasto – regional CUC; e reunião sobre associativismo em Bazuá, município de Sento-Sé.

Meio ambiente

O debate sobre o meio ambiente é um dos temas mais urgentes e complexos da atualidade, envolvendo questões científicas, políticas, econômicas e sociais. Diante do avanço das mudanças climáticas, da perda da biodiversidade, da poluição e do esgotamento dos recursos naturais, foram realizadas diversas ações e articulações, entre as quais se destacam:

- Reunião com o INPE, órgão do Governo Federal, para apresentação de estudos sobre o Parque Boqueirão da Onça;
- Seminário Regional de Educação Ambiental Contextualizada, em Curaçá;
- Participação na EXPOCAATINGA – Sustentabilidade, em Sobradinho;
- Seminário sobre a economia da caatinga, em Petrolina;
- Gravação com a TV São Francisco para o Dia da Caatinga, no Centro de Formação Dom José Rodrigues;
- Trilha da Convivência com o Semiárido, no Centro de Formação Dom José Rodrigues, em Juazeiro, com a turma de Agroecologia da UNEB de Irecê;
- Seminário do Dia da Caatinga – Observatório Popular, na UNEB de Juazeiro;
- Atividade em Brasília sobre o novo Projeto de Recaatingamento;
- Reunião com o BNDES sobre o Recaatingamento;
- Palestra sobre Recaatingamento em Uauá, durante o Festival do Umbu;
- Reunião com a Fundação Araripe sobre as ações do Redeser e do Recaatingamento;

- Palestra sobre Convivência com o Semiárido e Recaatingamento, na UEFS, em Feira de Santana;
- Atualização do Plano de Combate à Desertificação no Brasil, em Paulo Afonso;
- Reunião com a Casa Civil do Governo do Estado da Bahia para apresentação do Recaatingamento;
- Visita do MMA e da ONU à comunidade de Malhada da Areia, em Juazeiro;
- Participação no Seminário de Construção do Plano Nacional de Manejo de Solo e Água;
- Participação no Congresso sobre Mudanças Climáticas, realizado pela Univasf, em Juazeiro.



Figura 49 - Apresentação do projeto Recaatingamento, Aldeia Indígena Tuxi, Abaré.

Juventudes

O trabalho com as juventudes visa potencializar suas habilidades, dar voz às suas reivindicações e promover ações que fortaleçam suas identidades e sua inserção ativa na sociedade. Algumas das ações realizadas foram: reunião sobre a articulação de juventudes no campo e na cidade de Sobradinho; formação política “Jovens República – Antropoceno ou Capitaloceno?”; reunião com o Coletivo de Jovens do CUC; 2º Encontro das Juventudes do Semiárido, em Uauá; formação com jovens da equipe do IRPAA e do semiárido, em Juazeiro; Curso de Formação de Liderança Jovem; roda de conversa com estudantes de Pedagogia da UNEB sobre metodologias do IRPAA e espaços de educação não formal; reunião da Comissão de Juventudes do IRPAA; reunião com o Grupo de Jovens Raízes Nordestinas Culturalizadas, em Bendegó (Canudos); e intercâmbio com jovens do Piauí, organizado pelo Centro de Formação Mandacaru de Pedro II.



Figura 50 - Curso de Formação Continuada de Jovem Liderança, Parque Estadual de Canudos.

Articulado pela Rede ATER Nordeste de Agroecologia, passamos a integrar o Comitê Permanente de Promoção de Políticas Públicas para as Juventudes do Campo, das Águas e das Florestas (Conjuve). Entre as ações realizadas, destacam-se a participação na Cúpula do Y20, no Rio de Janeiro, durante a semana do Dia Internacional da Juventude, e a reunião presencial do Comitê Permanente de Juventude, além de outras reuniões virtuais promovidas pelo Conjuve.

Povos e Comunidades Tradicionais



Figura 51 - Audiência pública na Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto de Bom Jardim, Canudos.

Os Povos e Comunidades Tradicionais — representados por indígenas, quilombolas, comunidades de fundo de pasto, entre outros — mantêm seus modos de vida intimamente ligados à natureza e pautam-se em debates como a preservação cultural, a defesa da Caatinga em pé, a biodiversidade e os direitos territoriais. Entre os temas em discussão, destacam-se o direito desses povos de decidirem sobre seus territórios e modos de vida, as ameaças impostas por grandes empreendimentos (eólicos, fotovoltaicos, mineradoras, etc.), o acesso a políticas públicas e, de forma mais ampla, o combate ao apagamento histórico e a inclusão dessas comunidades nas decisões que as afetam.

Nesse sentido, foram realizadas as seguintes ações:

- Reunião com a comunidade São Gonçalo da Serra, sobre terra e território, em Sobradinho;
- Encontro de pesquisadores sobre mineração, em Salvador;
- Reunião com a comunidade Barra do Umbuzeiro, sobre terra e território, em Sobradinho;
- Reunião com a comunidade Caracol, sobre terra e território, em Casa Nova;
- Reunião sobre terra e território na Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto de Tamburil, em Remanso;
- Participação em audiência pública sobre a província mineral em Campo Alegre de Lourdes;
- Reunião do Edital ATER para Fundo de Pasto, na EFA Monte Santo;
- Reunião com lideranças das comunidades tradicionais de Vargem Comprida e Esfomeado, em Curaçá;
- Reunião com a comunidade tradicional de Fundo de Pasto Caldeirão do Tibério, em Juazeiro;
- Reunião com lideranças da comunidade de Caboclo, em Juazeiro, e com a SEPROMI;
- Estudo do GT Terra sobre Pagamento por Serviços Ambientais;
- Reunião do Observatório Popular de Mineração e Energia Eólica, na UNEB, em Juazeiro;
- Reunião com a comunidade tradicional de Fundo de Pasto Bom Jardim, em Canudos, para elaboração de protocolo autônomo;
- Curso online “Impactos das Energias Eólica e Solar sobre as Comunidades Tradicionais e Quilombolas”;
- Reunião e estudo sobre questões fundiárias e regularização de território tradicional re-

manescente de quilombo, em Patos, Campo Formoso;

- Primeira oficina sobre protocolo autônomo na comunidade tradicional de Fundo de Pasto Caiçara, em Juazeiro
- Reunião online para articulação de parcerias diante das ameaças às comunidades tradicionais com a implantação de Linhas de Transmissão (LT);
- Lançamento do Caderno de Conflitos no Campo/CPT, na Univasf, em Juazeiro;
- Oficina com o Comitê das Associações de Massaroca, em Juazeiro, para elaboração de protocolo autônomo;
- Audiência pública sobre o Parque Eólico de Canudos, na Comunidade Bom Jardim.



Figura 52 - Lançamento do mapeamento agroecológico na comunidade de Caldeirãozinho, Uauá.

Certificação participativa

As ações de certificação participativa têm como referência o Núcleo Sertão do São Francisco, que atua com a certificação orgânica participativa e promove a interação entre grupos de diferentes localidades.

É importante destacar que, a partir da organização dos grupos e do fortalecimento das parcerias com as redes presentes no território, o núcleo acredita ser possível transformar a realidade das famílias que produzem sem qualquer garantia para a comercialização de seus produtos.

No entanto, esse processo exige um trabalho mais intenso e de resultados não imediatos, considerando a necessidade de mobilização dos organismos parceiros no território.

Entre as atividades realizadas, destacam-se: a participação na cerimônia de certificação orgânica participativa de agricultores em Remanso e Campo Alegre de Lourdes; a reunião do Núcleo Sertão Agroecológico sobre Certificação Orgânica Participativa, realizada em Vargem da Cruz, Juazeiro; além de intercâmbios voltados à troca de experiências — principalmente entre agricultores(as) familiares já certificados e aqueles(as) que buscam obter a certificação orgânica participativa.



Figura 53 - Intercâmbio das experiências do Núcleo Sertão do São Francisco nos trabalhos com a certificação orgânica.

3- Outras atividades

Articulação e incidência política



Figura 54 - 22ª Reunião do Fórum Nordeste da Agricultura Familiar, São Luís - MA.

- Formação inicial equipe ATER Bahia Sem Fome;
- *Ações de advocacy: realização de 16 encontros, reuniões e palestras com diversos parceiros e grupos de solidariedade da Alemanha;*
- Acompanhamento da visita da delegação da Áustria, DKA e Horizont 3000;
- Participação no Seminário da Consulta Popular, realizado em Juazeiro;
- Participação na reunião de constituição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Canudos;
- Reunião de formação sobre Crédito Assistido à Caprinocultura/Ovinocultura no Território Sertão do São Francisco – SETAF;
- Reunião do programa P1+2 com a Amefas e as comissões municipais de Sobradinho, Casa Nova e Sento Sé;
- Palestra sobre o ATER no Semiárido durante o intercâmbio promovido pela FAO com representantes dos países do Corredor Seco da América Central (Honduras, Guatemala, Costa Rica e Panamá), realizado em Petrolina.



Figura 55 - Participação na Audiência pública do MAM, ALBA, Salvador.

- Oficina de Avaliação da ATER - Banco Mundial, em Salvador;
- Reunião da Rede ATER Nordeste, em Campina Grande;
- Encontro de Organizações Parceiras em Defesa da Infância e Adolescência;
- Discussão sobre a criação da EFAC – Escola Família Agrícola da Caatinga;

- Oficina Técnica e Metodológica (ATER Biomas), em Senhor do Bonfim;
- Visita de grupo da Alemanha à EFAS e à Barragem de Sobradinho;
- Participação, pela Rede ATER NE de Agroecologia, no G20 Social, no Rio de Janeiro, com a apresentação da experiência “Convivência com o Semiárido” no território do Sertão do São Francisco, na Bahia;
- Diálogo para a construção do Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, no 3º Seminário Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, em Salvador;
- Trilha da CSA com gestores públicos, nos municípios de Juazeiro e Curaçá;
- Participação na 37ª Romaria de Canudos;
- Discussões sobre o III Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e o I Plano Nacional de Abastecimento de Alimentos (Planab);
- Reuniões com parceiros no âmbito do programa ATER Bahia Sem Fome;
- Contribuição no Programa Estadual de Sementes e Dutos, em Salvador;
- Lançamento do Curso de Especialização e Extensão em ATER Agroecológico, Feminista e Antirracista no Semiárido Brasileiro, vinculado ao Projeto Baraúnas dos Sertões, em Recife-PE;
- Comemoração dos 13 anos da Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural, em Salvador;
- Avaliação Técnica e de Extensão Rural (ATER Biomas), em Senhor do Bonfim;
- Atuação na regulamentação da Lei de Agroecologia e Produção Orgânica, durante a IV Feira Territorial da Agricultura Familiar, em Cícero Dantas;
- Entrega do livro *“ATER Agroecologia: experiências no Território Sertão do São Francisco”*, pela Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiaater);
- Posse no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia (Consea-BA), em Salvador;
- Participação no encontro celebrativo dos 20 anos da Rede ATER Nordeste de Agroecologia, em Recife-PE;
- Participação na Missão Climática pela Caatinga, com a presença da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e do secretário da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD), em Juazeiro.



Figura 56 - GT Terra, Juazeiro.

- **22ª Reunião do Fórum Nordeste da Agricultura Familiar**, realizada em São Luís – MA;
- **Plenária Estadual da AABA (Articulação de Agroecologia da Bahia)**, realizada em Salvador – BA;
- **Participação na audiência pública do Movimento Popular pela Soberania na Mineração (MAM)**, na ALBA, em Salvador – BA.
- **Participação do Irapa e do MAB no programa “Encontro com Convidados”**, promovido pelo grupo Welthaus (Áustria), realizado entre os dias 11 de abril e 7 de maio de 2024, com os seguintes objetivos:
 - Realização de eventos educacionais;
 - Despertar o interesse dos grupos austríacos pelo Brasil, com foco no Nordeste e no Semiárido;
 - Comunicar o compromisso sociopolítico e aumentar a conscientização dos grupos austríacos quanto à cooperação para o desenvolvimento;
 - Conhecer a realidade e obter uma visão de diversas situações cotidianas na Áustria, de forma geral ou em regiões específicas.

Ao todo, foram realizadas 61 atividades, com a participação de 1.077 pessoas.

4- Resultados qualitativos (avanços) e quantitativos caso tenham mensurado;

Assessoria/Formação

Contribuir para a construção do conhecimento de forma participativa, por meio da assessoria comunitária, dentro dos princípios da Convivência com o Semiárido. Como principais resultados, destacam-se:

- 82 comunidades passaram a conhecer seus direitos frente às ameaças dos grandes empreendimentos;
- Fortalecimento das comissões regionais e municipais das comunidades tradicionais de Fundo de Pasto e dos fóruns de entidades;
- 11 territórios mapeados, com comunidades reconhecendo seus limites territoriais, ameaças e potenciais ambientais;
- Atualização do material didático sobre plano de manejo da Caatinga, finalizado e divulgado em parceria com a CAR;
- Equipe técnica fomentando e executando ações com as juventudes nos territórios;
- O Coletivo de Jovens do CUC recebeu o Prêmio Cultura de Resistências;
- Realização da 30ª Escola de Formação em CSA, em Juazeiro;
- Equipe técnica do Irpaa realizando formações com comunidades e redes sobre gênero;
- 35 grupos, associações e cooperativas diversificaram os canais de comercialização;
- Formação continuada com lideranças comunitárias para o fortalecimento das organizações locais;
- Realização de formações teóricas e práticas sobre produção orgânica e participativa;
- 74 associações comunitárias aptas a acessar políticas públicas — vendas no PNAE em Remanso somaram R\$ 226.170,61;
- 672 famílias fazem uso de composto orgânico e/ou esterco, e 320 utilizam inseticidas naturais;
- 850 famílias assessoradas passaram a diversificar a produção (pecuária e/ou agrícola, para consumo ou comercialização).

Política

Contribuir na defesa do meio ambiente e dos territórios tradicionais, no fortalecimento das organizações sociais e na construção de políticas públicas:

- 25 comunidades tradicionais em processo de construção de protocolos de consentimento livre, prévio e informado, conforme a Convenção 169 da OIT;
- 40 comunidades reconhecidas pelo Comitê da Caatinga pelos serviços de Recaatingamento realizados em seus territórios;
- Realização de reunião para articulação de políticas públicas de Recaatingamento;
- 24 escolas e universidades desenvolveram atividades de formação em educação ambiental contextualizada;
- 11 grupos de jovens organizados desenvolvendo ações políticas e práticas com base nos princípios da Convivência com o Semiárido, sendo eles:

1. Coletivo de Jovens de Curaçá, Uauá e Canudos;
2. Raízes Culturalizadas (Canudos);
3. Jovens Lideranças do Semiárido;
4. Coletivo de Juventude de Café da Rosa (Sento Sé);
5. República de Estudantes do Irpaa;
6. Comunica Poço de Fora (Curaçá);
7. Carrapicho Virtual (Juazeiro);
8. Grupo de Jovens de Serra Branca (Casa Nova);
9. Jovens Comunicadores da Caatinga;
10. Capoeira Bendegó (Canudos);
11. Grupo de Jovens Indígenas Tuxi;

- **Consolidação do Núcleo no TSSF** - Núcleo Sertão do São Francisco, com 16 unidades produtivas e 206 CPFs vinculados ao Sisorg (MAPA), atuando em mais de 7 municípios do território sertanejo da Bahia e de Pernambuco.

Experimentação

Promover ações de mitigação das mudanças climáticas e fortalecer experiências das economias territoriais:

- 1 modelo de Plano de Manejo sendo experimentado por 11 comunidades do Recaatingamento/MMA;
- 5 novas comunidades adotaram a metodologia do Recaatingamento em seus territórios;

- Total de 40 comunidades envolvidas com ações de Recaatingamento, sendo 31 com atividades diretas e 9 com ações pontuais.



Figura 57 - Missão Climática pela Caatinga, Comunidade de Malhada da Areia, Juazeiro.

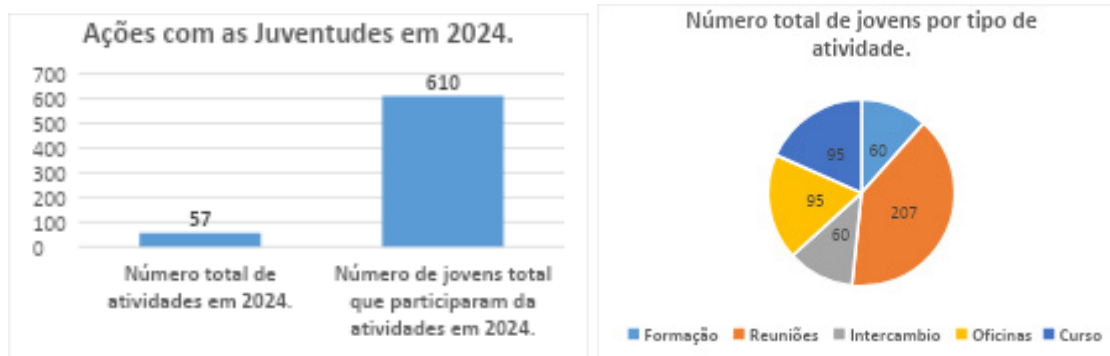
- Captação de recursos por meio de projeto em cooperação internacional com a Vision Teile, voltado para ações produtivas em três comunidades do Recaatingamento (R\$ 59.000,00);
- Projeto de apicultura em Bom Sucesso, município de Sobradinho (R\$ 19.840,00);
- Implantação de 11 grupos de Fundos Rotativos Solidários com a participação de jovens e mulheres.

Atividades Realizadas

Atividades coletivas e participação em eventos — total de 12.947 pessoas envolvidas e 1.462 eventos realizados e/ou com participação ao longo de 2024.



Recursos financeiros contratados ou estimados proporcionalmente para 2024: R\$ 2.164.228,88. Valor acessado pelas famílias, por meio de editais públicos com apoio da assessoria: R\$ 400.983,23.



5- Desafios e Dificuldades

Diversas são as dificuldades e os desafios enfrentados tanto no trabalho de assessoria quanto pelas próprias famílias que vivem nas comunidades rurais. Destacamos, entre eles:

- Dificuldade na mobilização das pessoas para participarem de mais de um dia de atividade;
- Choque de agendas no campo, o que sobrecarrega as comunidades com compromissos duplicados entre diferentes organizações;
- Falta de encontros regulares entre as comissões e os parceiros;
- Associações desatualizadas;
- Falta de recursos para a contratação de contador nas organizações comunitárias;
- Ocorrência de grilagem de terras nas comunidades;
- Impossibilidade de acesso a créditos por parte das comunidades situadas dentro do Parque Boqueirão da Onça;
- Atraso nas atividades coletivas devido à dificuldade de acesso às comunidades em função do excesso de chuvas no período de janeiro a março;
- Alta mortalidade de caprinos e ovinos;
- Necessidade de atualização das atividades de campo conforme o cronograma executado;
- Quantidade de fomento proposta muito inferior à demanda de ATER;
- Dificuldade para reunir e mobilizar os(as) jovens;
- Existência de comunidades divididas em duas associações que não cooperam entre si;

- Associações com pendências documentais, cartoriais, certidões e CAFs desatualizados;
- Grande número de famílias em situação de extrema vulnerabilidade social, impossibilitadas de esperar pelos resultados do projeto para melhorias na qualidade de vida, visto que muitas não sabem o que irão consumir na próxima refeição.



Figura 58 - Comunidade Pote, Remanso.

- Desertificação;
- Ansiedade, estresse, depressão e outros problemas psicológicos enfrentados pelas pessoas das comunidades, diante das ameaças representadas pela mineração, pelos parques eólicos e fotovoltaicos;
- Especulação econômica sobre terras e territórios tradicionais;
- Poluição visual provocada pelas linhas de transmissão e torres eólicas;
- Trânsito de pessoas estranhas nas comunidades;
- Desarticulação das comunidades;
- Desinteresse político em relação às pautas demandadas pelas comunidades;
- Implantação de grandes empreendimentos;
- Desequilíbrio da fauna;
- Roubo de animais;
- Falta de regularização fundiária;
- Ausência de garantias e segurança sobre os territórios tradicionais;
- Conflitos internos nas comunidades;

- Deficiência de políticas públicas.

Essas situações são constatadas não apenas pela equipe técnica, mas, principalmente, pelas famílias e lideranças comunitárias. Enfrentam-se inúmeras dificuldades e desafios que exigem um conjunto articulado de ações capazes de acolher essas demandas e, sobretudo, levar esperança e motivação para que as comunidades possam seguir em frente, lutando pela superação desses problemas.

6 – Perspectivas futuras

Apesar das dificuldades e desafios enfrentados, registramos inúmeras conquistas e avanços, demonstrando que estamos progredindo na convivência com o Semiárido. Como exemplos, destacamos:

- Associações comunitárias acessando editais públicos;
- Execução do Projeto Bahia Sem Fome;
- Fomentos destinados às famílias do ATER Bioma;
- Equipe mais motivada para o trabalho em prol da CSA;
- Comunidades realizando denúncias contra o INEMA e empresas;
- Impedimento do avanço de grandes empreendimentos na região;
- Ampliação do debate e implementação de novas ações de recaatingamento nos territórios;
- Famílias em situação de vulnerabilidade acessando seus direitos; Fortalecimento, criação e reanimação de organizações comunitárias (associações e cooperativas);
- Ações de conservação e preservação da Caatinga;
- Estreitamento de parcerias com entidades de apoio;
- Tecnologias sociais implantadas nas comunidades rurais;
- Promoção de manifestações culturais nos territórios;
- Realização de feiras agroecológicas;
- Certificação orgânica participativa;
- Certificação de comunidades tradicionais de Fundo de Pasto;

- Elaboração do Protocolo Autônomo de Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado (Organização Internacional do Trabalho – OIT, Convenção 169);
- Agricultores familiares participando de cursos, intercâmbios, dias de estudo e acesso à informação;
- Fortalecimento dos sistemas produtivos (mel, caprinos, ovinos, quintais produtivos, beneficiamento, entre outros);
- Implementação do Cefir Coletivo.

Enfim, é preciso continuar lutando pela garantia de orçamento para políticas públicas contextualizadas; pela construção da política pública de Recaatingamento; pelo desenvolvimento e implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água da chuva; pela garantia do saneamento básico rural; pelo apoio às guardiãs e aos guardiões de sementes crioulas, tanto animais quanto vegetais; pela assessoria técnica continuada; pela regularização fundiária, por meio da titulação definitiva, para garantir o acesso à terra e ao território, assegurando a continuidade do modo de vida tradicional.

É necessário, ainda, que os Protocolos de Consulta Prévia, Livre e Informada, bem como de Consentimento — conforme estabelecido na Convenção 169 da OIT — sejam efetivamente aplicados, garantindo que as comunidades sejam ouvidas antes de qualquer emissão de licença ambiental. Também é fundamental promover ações de valorização e protagonismo de jovens e mulheres das comunidades tradicionais de Fundo de Pasto, assegurando-lhes vez e voz.

7- Considerações finais

Este relatório teve como objetivo apresentar os avanços e os desafios das ações do eixo Produção Apropriada ao longo do ano de 2024. Foram expostas diversas iniciativas que demonstram que, com políticas públicas adequadas (e orçamento correspondente), mobilização e organização da sociedade civil, é possível alcançar resultados significativos.

Os dados apresentados evidenciam avanços na consolidação da Convivência com o Semiárido. No entanto, reforça-se também a necessidade de continuar atuando em sua defesa.

Ao longo da análise, foram identificados desafios relacionados a questões estruturais da sociedade, cuja transformação é urgente, como o acesso à terra e ao território em dimensões adequadas para a reprodução da vida e do trabalho.

Conclui-se que, embora os avanços sejam relevantes, é essencial manter-se mobilizado(a) para debater e lutar pela efetivação de políticas públicas que melhorem a vida do povo, especialmente em um governo de alianças. É nosso dever apoiá-lo quando combate o fascismo e promove melhorias concretas para a população, mas também criticá-lo sempre que fizer concessões que favorecem apenas os grupos já privilegiados que detêm o poder do Estado.

Relação das equipes que atuaram no IRPAA em 2024

Eixo Clima e Água

1	Adriana Ferreira Nascimento	18	Ivan Ferreira de Souza
2	Alane Naiara Nunes da Silva	19	Jardel Nascimento de Jesus
3	Alexandre Alves do Nascimento	20	João Gnadlinger
4	Almir Santos Barros	21	Luiz Carlos Alves Passos
5	André Azevedo Rocha (Coordenador)	22	Maiara de Sousa Freitas
6	André Lira de Souza	23	Manoel Rodrigues Ribeiro
7	Andressa de Souza Menezes	24	Maria de Lourdes de Almeida
8	Angelina Santana da Silva	25	Nadson de Oliveira Mascarenhas
9	Bruno Gonçalves da Silva	26	Paulo Cesar de Jesus Santos
10	Carlos César Gomes Ribeiro	27	Rafael Lucas Almeida Conceição
11	Daiane de Souza Dantas	28	Rubens Ferreira da Silva
12	Dannielle Roseanne Pereira Santos Martins	29	Thainá Prazeres Alves
13	Denis Vieira dos Santos	30	Thiago Oliveira de Almeida
14	Djavan silva	31	Wermerson Cardoso Silva Matos
15	Domingos Ramos Ferreira da Silva	32	Wesley Nunes de Souza.
16	Evilane da Silva Santos		
17	Ingrid Ferreira da Paixão		

Eixo Produção Apropriada

33	Agostinho Pereira Lima Neto	50	Júlio Cezar Almeida Lopes
34	Alane Naiara Nunes da Silva	51	Junivan Matos dos Santos
35	Alessandro Santos Santana	52	Letícia dos Santos Silva
36	André Luiz Lopes Pereira	53	Luis Almeida Santos
37	Darlei da Silva Rodrigues	54	Luciano José de Carvalho
38	Denis Vieira dos Santos	55	Maiara de Sousa Freitas
39	Diego de Almeida Braga	56	Maiara Silva de Carvalho
40	Eleide Santos de Brito	57	Maria de Fátima Ribeiro de Sousa
41	Filipe de Souza Costa	58	Maria Franziska Oberhofer
42	Geiziane Santos Rodrigues	59	Rosemaria Alves dos Santos Lúcio
43	Gilmar de Carvalho Ferreira	60	Roziane Ivan dos Santos
44	Gizeli Maria Oliveira Santos	61	Thais Lorraine Soares Carvalho
45	Ivan Ferreira de Souza	62	Tamillo de Souza Costa
46	Janete Lima de Jesus	63	Tayna Santos Araújo Ferreira
47	Jamilli Rocha Paes Nascimento	64	Valmir Loiola Marques
48	Jorlando Souza Silva	65	Vanderlei Leite da Silva
49	Judenilton Oliveira dos Santos Souza	66	Yêgo Ravel Ribeiro de Araújo

Eixo Educação e Comunicação

- 67 Aldenisse de Souza Silva
- 68 Danilo de Souza dantas
- 69 Thaynara Oliveira da Silva
- 70 Vagner Gonçalves Queiroz
- 71 Lorena Santiago Simas
- 72 Lealda Maria dos Santos

Eixo Administração

- | | |
|---|--------------------------------------|
| 73 Anne Karyne Santos da Silva | 79 Marco Antonio Ribeiro |
| 74 Ceila Gressielle dos Santos Barbosa França | 80 Maria Jose de Oliveira Nascimento |
| 75 Elisangela Cristina Freire Lemos | 81 Maria Regilania de Araujo |
| 76 João Victor Nunes de Oliveira | 82 Naiara Gomes da Silva |
| 77 Josinaldo Vieira dos Santos Macedo | 83 Poliana da Rocha Santos |
| 78 Luiz Eduardo Ferreira da Conceicao | 84 Rosirene Lopes de Lima Gomes |

Coordenação Colegiada

- 85 Cicero Felix dos Santos
- 86 Nivea Solange Rocha da Silva
- 87 Clerison dos Santos Belem

ANEXOS

ANEXO I

ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E INCIDÊNCIA POLITICA QUE O IRPAA PARTICIPOU EM 2024:

Eixo Clima e Água

Nº	Nome	Abrangência	Representação
1	Conselho Municipal de Seg. Alimentar e Nutricional – COMSEA	Juazeiro	Paulo Cesar Régia
2	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS	Uauá	Manoel Rodrigues Wermerson Cardoso
3	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	Campo Formoso	Djavan da Silva
4	Conselho Municipal de Turismo	Sento Sé	Wesley N. da Silva
5	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA	Sento Sé	Domingos R. Ferreira Wesley N. da Silva
6	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Juazeiro	Clérison Belém André A. Rocha
7	Câmara Téc. de Planos, Prog. e Projetos, e Grupo de Trabalho de Saneamento, do Comitê de Bacia Hid. do São Francisco.	Bacia do rio São Francisco	João Gnadlinger
8	Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Salitre	Bacia do rio Salitre	André A. Rocha
9	Comissão Municipal das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto	Juazeiro	Alane (Até junho) e Bruno.
10	Sector de Juventude da Articulação Estadual das Comunidades Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto	Bahia	Alane Naiara (Até junho)
11	Sector de Juventude da Rede de Povos e Comunidades e Tradicionais do Brasil - Rede PCT's	Brasil	Alane Naiara (Até junho)
12	Conselho Municipal de Seg. Alimentar e Nutricional – COMSEA	Curaçá	Júlio César Denis Vieira
13	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA	Remanso	Luís Carlos Alves Thainá Prazeres

Eixo Produção Apropriada

Nº	Nome	Abrangência	Representação
1	Rede Ater Nordeste de Agroecologia	Nordeste	Clerison Lorena
2	Comite permanente de juventude e sucessão rural (Conjuv)	Estadual	Judenilton
3	Comissão Nacional de Combate à desertificação	Nacional	Luís Almeida
4	Fórum Baiano de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos (FBCA)	Estadual	Clerison
5	Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FBAF)	Estadual	Clerison Judenilton
6	Articulação de Agroecologia da Bahia (AABA)	Estadual	Clerison Judenilton
7	Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caa-tinga (CERBCAAT)	Estadual	Luiz Almeida
8	Conselho de Fomento e Colaboração (Confoco)	Estadual	Judenilton
9	Plataforma MROSC	Estadual	Judenilton
10	Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto	Estadual	Alane
11	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)	Remanso	Luís Carlos Táina
12	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)	Canudos	Vanderlei
13	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDs)	Sobradinho	Alessandro Roziane
14	Conselho Municipal do Meio Ambiente	Sento Sé	Wesley
15	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)	Sento Sé	Domingos e Wesley
16	Conselho Municipal de Meio Ambiente e Turismo	Sento Sé	Wesley
17	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável.	Juazeiro	Luís Almeida André Luiz
18	Colegiados dos Territórios de Desenvolvimento Rural (Codeter)	Territorial	Judentilton Clerison
19	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)	Curaçá	Denis

Eixo Educação e Comunicação

Nº	Nome	Abrangência	Representação
1	Rede de Educação do Semiárido Brasileiro- RE-SAB	Semiárido	Lealda Maria Thaynara
2	Fórum Estadual de Educação do Campo- FEEC	Estadual	Thaynara Lealda Maria
3	Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Paulo Freire- CAECDT/UNEB	Estadual	Thaynara Clerison
4	Câmara Territorial de Educação do Codeter	Territorial	Thaynara Lealda
5	Fórum dos Direitos da Criança e Adolescente (DCA) Bahia	Estadual	Thaynara
6	Rede Ater Nordeste de Agroecologia	Estadual	Clerison Lorena
7	Articulação Semiárido Brasileiro- ASA-BA	Estadual	Lorena Lealda
8	Articulação de Agroecologia da Bahia- AABA	Estadual	Clerison Danilo

ANEXO II

COMUNIDADES, ASSOCIAÇÕES E GRUPOS ASSESSORADOS PELO IRPAA EM 2024

Nº	Comunidade	Município	Projeto de Atuação
1	Aldeia Tuxi	Abaré	Recaatingamento
2	Mikaela	Caem	Saneamento Rural e Sementes Crioulas
3	Poções	Caem	Saneamento Rural e Sementes Crioulas
4	Várzea Queimada	Caem	Saneamento Rural e Sementes Crioulas
5	Alto dos Corró	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
6	Angico	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
7	Baixão do Arcino	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
8	Barra	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
9	Boa Vista	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
10	Caldeirãozinho	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
11	Capim Grosso	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
12	Currais	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
13	Deus Me Livre	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
14	Jenipapinho	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
15	Lagoa das Extremas	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
16	Lagoa do Francisco	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
17	Lagoa do gado	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
18	Lagoa do Meio	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
19	Lagoa dos Murundus	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
20	Lagoa dos Veados	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
21	Lazão	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
22	Limoeiro	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
23	Pajeú	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
24	Panaço	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
25	Pedra Branca	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
26	Santa Luz	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
27	São Gonçalo	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
28	São José	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
29	Taboa	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
30	Varginha	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
31	Zé Carlos	Campo Alegre de Lourdes	Ater Bahia Sem Fome
32	Alagadiço de Borda da Mata	Campo Formoso	Pró Semiárido
33	Algodões	Campo Formoso	Pró Semiárido
34	Algodões Alvaça	Campo Formoso	Pró Semiárido
35	Atalho	Campo Formoso	Pró Semiárido

36	Baixa Grande	Campo Formoso	Pró Semiárido
37	Baixão	Campo Formoso	Pró Semiárido
38	Baixinha	Campo Formoso	Pró Semiárido
39	Bebedouro	Campo Formoso	Pró Semiárido
40	Bebedouro Pacuí	Campo Formoso	Recaatingamento
41	Belas	Campo Formoso	Pró Semiárido
42	Borda da Mata	Campo Formoso	Pró Semiárido
43	Buraco	Campo Formoso	Pró Semiárido
44	Contador	Campo Formoso	Pró Semiárido
45	Fazenda Quina	Campo Formoso	Pró Semiárido
46	Lagoa Branca	Campo Formoso	Pró Semiárido
47	Lagoa Cavada	Campo Formoso	Pró Semiárido
48	Mucambo	Campo Formoso	Pró Semiárido
49	Negros	Campo Formoso	Pró Semiárido
50	Oliveira	Campo Formoso	Pró Semiárido
51	Pacuí	Campo Formoso	Pró Semiárido
52	Patos 3	Campo Formoso	Recaatingamento
53	Patos I	Campo Formoso	Pró Semiárido e Agenda 2030
54	Patos II	Campo Formoso	Pró Semiárido
55	Patos III	Campo Formoso	Pró Semiárido
56	Poço da Pedra	Campo Formoso	Pró Semiárido
57	Poço de Areia	Campo Formoso	Pró Semiárido
58	Rancho do Padre	Campo Formoso	Pró Semiárido
59	Saquinho	Campo Formoso	Pró Semiárido
60	Saquinho dos Pauzinhos	Campo Formoso	Pró Semiárido
61	Sítio do Meio	Campo Formoso	Pró Semiárido
62	Sumidouro	Campo Formoso	Pró Semiárido
63	Tábua	Campo Formoso	Pró Semiárido
64	Tanque	Campo Formoso	Pró Semiárido
65	Tenente	Campo Formoso	Pró Semiárido
66	Várzea	Campo Formoso	Pró Semiárido
67	Varzinha	Campo Formoso	Pró Semiárido
68	Vila dos Pauzinhos	Campo Formoso	Pró Semiárido, e Agenda 2030
69	Boa Vista dos Pauzinhos	Campo Formoso	Pró Semiárido e Agenda 2030
70	Alto da Cinquenta	Canudos	Ater Bahia Sem Fome
71	Alto do Cruzeiro	Canudos	Ater Bahia Sem Fome
72	Angico/Barriguda	Canudos	Ater Bahia Sem Fome
73	Antônio Josina	Canudos	P1+2
74	Bom Jardim	Canudos	P1+2
75	Bom Jardim	Canudos	Ater Bahia Sem Fome
76	Calumbi	Canudos	P1+2
77	Canudos Velho	Canudos	P1+2
78	Fazenda Alto do Soin	Canudos	Ater Bahia Sem Fome
79	Fazenda Trecho	Canudos	Ater Bahia Sem Fome
80	Mandacaru	Canudos	Ater Bahia Sem Fome
81	Mandacarú	Canudos	P1+2
82	Pedra Branca	Canudos	Ater Bahia Sem Fome
83	Penedo	Canudos	P1+2
84	Poço da Pedra I	Canudos	P1+2
85	Riacho do Cipó	Canudos	Ater Bahia Sem Fome
86	São Bento	Canudos	P1+2
87	Sítio Antônio Josina	Canudos	Ater Bahia Sem Fome
88	Sombrio	Canudos	P1+2
89	Tubatinga	Canudos	P1+2
90	Amarra Bezerra	Capim Grosso	Saneamento Rural e Sementes Crioulas
91	Furtuoso	Capim Grosso	Saneamento Rural e Sementes Crioulas

92	Santa Rita	Capim Grosso	Saneamento Rural e Sementes Crioulas
93	Várzea Suja	Capim Grosso	Saneamento Rural e Sementes Crioulas
94	Algodão de Baixo	Casa Nova	Ater Bahia Sem Fome
95	Baixão dos Caboclos	Casa Nova	Ater Bahia Sem Fome
96	Barra	Casa Nova	Ater Bahia Sem Fome
97	Bom Progresso	Casa Nova	Ater Bahia Sem Fome
98	Brejão	Casa Nova	Ater Bahia Sem Fome
99	Cacimbinha	Casa Nova	Ater Bahia Sem Fome
100	Campo dos Cavalos	Casa Nova	Agenda 2030
101	Caracol	Casa Nova	Ater Bahia Sem Fome
102	Cinquenta e seis	Casa Nova	Ater Bahia Sem Fome
103	Junco	Casa Nova	Ater Bahia Sem Fome
104	Lago do Angico	Casa Nova	Ater Bahia Sem Fome
105	Lagoinha	Casa Nova	Agenda 2030
106	Melancia	Casa Nova	Ater Bahia Sem Fome
107	Palmeira	Casa Nova	Ater Bahia Sem Fome
108	Poço do umbuzeiro	Casa Nova	Ater Bahia Sem Fome
109	Serra Branca	Casa Nova	Agenda 2030
110	Serrinha das Imagens	Casa Nova	Ater Bahia Sem Fome
111	Canto da Onça	Chorrochó	Ater Bahia Sem Fome
112	Aldeia Altamira Atikum	Curaçá	Ater Bahia Sem Fome
113	Alto	Curaçá	Ater Bahia Sem Fome
114	Baixa das baraúnas	Curaçá	P1+2
115	Belo Monte	Curaçá	Ater Bahia Sem Fome
116	Boa Esperança	Curaçá	Ater Bahia Sem Fome
117	Bom Socorro	Curaçá	Ater Bahia Sem Fome
118	Cabeceira	Curaçá	Ater Bahia Sem Fome
119	Caladinho	Curaçá	P1+2
120	Canabrinha	Curaçá	Ater Bahia Sem Fome
121	Canavieira	Curaçá	P1+2
122	Canavieira	Curaçá	Ater Bahia Sem Fome
123	Curral Novo	Curaçá	Ater Bahia Sem Fome
124	Curral Novo	Curaçá	P1+2
125	Curral Velho	Curaçá	P1+2
126	Curralinho	Curaçá	Ater Bahia Sem Fome
127	Esfomeado	Curaçá	Cáritas; Saneamento Rural e Sementes Crioulas
128	Esfomeado/Vargem Comprida	Curaçá	Misereor
129	Fazenda Alto	Curaçá	P1+2
130	Fazenda Boa esperança	Curaçá	P1+2
131	Fazenda Jacinto	Curaçá	P1+2
132	Fazenda Serrinha	Curaçá	P1+2
133	Ferrete	Curaçá	Agenda 2030
134	Flecha	Curaçá	Ater Bahia Sem Fome
135	Frade	Curaçá	Ater Bahia Sem Fome
136	Jaquinico	Curaçá	Ater Bahia Sem Fome
137	Lajedo	Curaçá	Ater Bahia Sem Fome
138	Lagoa das pedras	Curaçá	P1+2
139	Lagoa do Carro	Curaçá	P1+2
140	Lajedo	Curaçá	P1+2
141	Logradouro	Curaçá	P1+2
142	Logradouro	Curaçá	Ater Bahia Sem Fome
143	Maria Preta	Curaçá	Ater Bahia Sem Fome
144	Mucambo	Curaçá	Ater Bahia Sem Fome
145	Papagaio	Curaçá	Ater Bahia Sem Fome

146	Pau Ferro	Curaçá	P1+2
147	Pintadinho	Curaçá	Ater Bahia Sem Fome
148	Poço da caatingueira	Curaçá	P1+2
149	Poço da Pedra	Curaçá	Ater Bahia Sem Fome
150	Recurso	Curaçá	P1+2
151	Riacho do Boi	Curaçá	Ater Bahia Sem Fome
152	Riacho do Boi	Curaçá	P1+2
153	Santana	Curaçá	Cáritas
154	Serrinha	Curaçá	Ater Bahia Sem Fome
155	Sítio de Alexandre	Curaçá	P1+2
156	Tapuio	Curaçá	Ater Bahia Sem Fome
157	Tombador	Curaçá	Ater Bahia Sem Fome
158	Umbuzeiro	Curaçá	Ater Bahia Sem Fome
159	Pintadinho	Curaçá	Agenda 2030
160	Paudarquinho	Jacobina	Saneamento Rural e Sementes Crioulas
161	Santa Cruz do Matão	Jacobina	Saneamento Rural e Sementes Crioulas
162	Soropó	Jacobina	Saneamento Rural e Sementes Crioulas
163	Volta	Jaguarari	Recaatingamento
164	Lagoinha da Rancharia	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
165	Patos da Rancharia	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
166	Saco Grande	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
167	Tanque Novo da Rancharia	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
168	Açude da Rancharia	Juazeiro	Pró Semiárido
169	Alfavaca/Salitre	Juazeiro	Pró Semiárido
170	Angico	Juazeiro	Pró Semiárido e P1+2
171	Arapuá Novo	Juazeiro	P1+2
172	Assentamento Fonte Viva	Juazeiro	Pró Semiárido
173	Assentamento Maria Simões	Juazeiro	Pró Semiárido e P1+2
174	Assentamento São Francisco	Juazeiro	Pró Semiárido
175	Atrás da Serra	Juazeiro	Pró Semiárido
176	Baraúna	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
177	Barbeiro	Juazeiro	Pró Semiárido
178	Barra bonita	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
179	Boa Esperança	Juazeiro	Pró Semiárido
180	Caboclo	Juazeiro	Misereor
181	Cachoeirinha	Juazeiro	Pró Semiárido
182	Cacimba De Ana	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
183	Cacimba do Silva	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
184	Cacimba dos Pandu	Juazeiro	Pró Semiárido
185	Caiçara	Juazeiro	Pró Semiárido, Cáritas e P1+2
186	Caldeirão da canoa	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
187	Caldeirãozinho	Juazeiro	Cáritas
188	Campestre	Juazeiro	P1+2
189	Campo grande	Juazeiro	P1+2
190	Canoa	Juazeiro	Pró Semiárido
191	Caraibinha	Juazeiro	Pró Semiárido
192	Cifra	Juazeiro	P1+2
193	Cipó	Juazeiro	Cáritas
194	Curral Face	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
195	Curral Novo	Juazeiro	Pró Semiárido
196	Curral Velho	Juazeiro	Pró Semiárido
197	Fortaleza	Juazeiro	Pró Semiárido
198	Frade	Juazeiro	Recaatingamento
199	Gangorra II-Salitre	Juazeiro	Pró Semiárido
200	Jacaré	Juazeiro	Pró Semiárido

201	Juá	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
202	Juramento II	Juazeiro	Pró Semiárido
203	Juvenal	Juazeiro	P1+2
204	Lagoa das Pedras dos Grilos	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
205	Lagoa das pedras dos grilos	Juazeiro	P1+2
206	Lagoa do Angico	Juazeiro	Pró Semiárido
207	Lagoa do Bastião	Juazeiro	Pró Semiárido
208	Lagoa do Boi	Juazeiro	Pró Semiárido e P1+2
209	Lagoa do Jacaré	Juazeiro	Cáritas
210	Lagoa dos cavalos	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
211	Lagoa dos Patos	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
212	Lajinha	Juazeiro	Pró Semiárido
213	Leotero	Juazeiro	Pró Semiárido
214	Malhada da Areia	Juazeiro	Pró Semiárido e P1+2
215	Massapê	Juazeiro	Pró Semiárido
216	morcego	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
217	Mulungú	Juazeiro	P1+2
218	Passagem do Sargento	Juazeiro	Pró Semiárido e P1+2
219	Patos da Rancharia	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
220	Pau Ferro	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
221	Pau Preto	Juazeiro	Agenda 2030 e P1+2
222	Pau Preto Pinhões	Juazeiro	P1+2
223	Poça do Angico	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
224	Poço do Umbuzeiro	Juazeiro	Pró Semiárido e P1+2
225	Poços da Rancharia	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
226	Rancho Velho	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
227	Riacho do Meio	Juazeiro	Pró Semiárido
228	Roça de Baixo	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
229	Roça Grande	Juazeiro	P1+2
230	Rocinha	Juazeiro	P1+2
231	Rodeadouro	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
232	Santa Helena	Juazeiro	Pró Semiárido
233	Santana	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
234	São Domingos	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
235	São Fidélis	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
236	Serra da Boa Vista	Juazeiro	Pró Semiárido; Saneamento e Semen- tes
237	Serra da madeira	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
238	Serra Grande	Juazeiro	Pró Semiárido
239	Serrotinho	Juazeiro	Pró Semiárido P1+2
240	Sertãozinho	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
241	Siriema	Juazeiro	Pró Semiárido
242	Sítio sacramento	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
243	Sobradinho	Juazeiro	Pró Semiárido
244	Tanque de Tulina	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
245	Umbuzeiro	Juazeiro	Ater Bahia Sem Fome
246	Alto das Queimadas	Juazeiro	Agenda 2030 e P1+2
247	Espinheiro	Pilão Arcado	Ater Bahia Sem Fome
248	Garajau	Pilão Arcado	Ater Bahia Sem Fome
249	Lagoa das Bestas	Pilão Arcado	Ater Bahia Sem Fome
250	Melancia	Pilão Arcado	Ater Bahia Sem Fome
251	Olho D'Água	Pilão Arcado	Ater Bahia Sem Fome
252	Tamanduá	Pilão Arcado	Ater Bahia Sem Fome
253	Três Carnaúba	Pilão Arcado	Ater Bahia Sem Fome
254	Vereda da Onça	Pilão Arcado	Ater Bahia Sem Fome
255	Assentamento Terra Nossa	Ponto Novo	Saneamento Rural e Sementes Criou- las

256	Várzea da Pedra	Ponto Novo	Saneamento Rural e Sementes Crioulas
257	Algodão dos Ribeiros	Remanso	Pró Semiárido
258	Aroeira	Remanso	Ater Bahia Sem Fome
259	Barra	Remanso	Pró Semiárido
260	Bonito	Remanso	Ater Bahia Sem Fome
261	Cacimba da Pedra	Remanso	Pró Semiárido
262	Caititu	Remanso	Pró Semiárido
263	Caldeirão das Caatingas	Remanso	Ater Bahia Sem Fome
264	Campo Maior	Remanso	Pró Semiárido
265	Coan	Remanso	Ater Bahia Sem Fome
266	Estacada	Remanso	Pró Semiárido
267	Extrema	Remanso	Ater Bahia Sem Fome
268	Fazenda da Roça	Remanso	Pró Semiárido
269	Galeão	Remanso	Ater Bahia Sem Fome
270	Iguarapé	Remanso	Ater Bahia Sem Fome
271	Induema	Remanso	Pró Semiárido
272	Lagoa d'Água	Remanso	Ater Bahia Sem Fome
273	Lagoa do Garrote	Remanso	Pró Semiárido
274	Lagoa do Sanharó	Remanso	Pró Semiárido
275	Lagoa dos Bois	Remanso	Ater Bahia Sem Fome
276	Lagoa dos Cavalos	Remanso	Ater Bahia Sem Fome
277	Lagoinha dos Bragas	Remanso	Ater Bahia Sem Fome
278	Maleta	Remanso	Pró Semiárido
279	Malhada	Remanso	Ater Bahia Sem Fome
280	Mandu	Remanso	Pró Semiárido
281	Moco	Remanso	Pró Semiárido
282	Pau Darco	Remanso	Pró Semiárido
283	Pedrinhas	Remanso	Recaatingamento
284	Pimenteira	Remanso	Pró Semiárido
285	Poço do Angico	Remanso	Pró Semiárido
286	Ponta da Serra I	Remanso	Ater Bahia Sem Fome
287	Pote Martinha	Remanso	Ater Bahia Sem Fome
288	Salinas Grande	Remanso	Ater Bahia Sem Fome
289	Serrote	Remanso	Pró Semiárido
290	Sítio Barra	Remanso	Pró Semiárido
291	Sovela	Remanso	Pró Semiárido
292	Tapagem	Remanso	Ater Bahia Sem Fome
293	Telheiro	Remanso	Ater Bahia Sem Fome
294	Ventura	Remanso	Ater Bahia Sem Fome
295	Vila Aparecida	Remanso	Pró Semiárido
296	Vila São Francisco	Remanso	Ater Bahia Sem Fome
297	Xique-xique	Remanso	Ater Bahia Sem Fome
298	Aldeia	Sento Sé	Pró Semiárido
299	Andorinha	Sento Sé	Agenda 2030
300	Assentamento Poção	Sento Sé	Pró Semiárido
301	Assentamento Pontigüá	Sento Sé	Pró Semiárido
302	Brejo da Martinha	Sento Sé	Ater Bahia Sem Fome
303	Brejo de Dentro	Sento Sé	Pró Semiárido
304	Brejo de Fora	Sento Sé	Pró Semiárido
305	Campo Largo	Sento Sé	Pró Semiárido
306	Capeado	Sento Sé	Ater Bahia Sem Fome
307	Capim Grosso	Sento Sé	Ater Bahia Sem Fome
308	Desengano	Sento Sé	Ater Bahia Sem Fome
309	Fatura	Sento Sé	Pró Semiárido
310	Itapera	Sento Sé	Pró Semiárido

311	Itapicurú	Sento Sé	Ater Bahia Sem Fome
312	Lages	Sento Sé	Pró Semiárido
313	Lagoa do Mari	Sento Sé	Ater Bahia Sem Fome
314	Limoeiro da Batateira	Sento Sé	Ater Bahia Sem Fome
315	Língua de Vaca	Sento Sé	Pró Semiárido
316	Olho D'aguinha	Sento Sé	Pró Semiárido
317	Pascoal	Sento Sé	Ater Bahia Sem Fome
318	Pascoal Limoeiro	Sento Sé	Pró Semiárido
319	Pedra Branca	Sento Sé	Pró Semiárido
320	Poço do Angico	Sento Sé	Ater Bahia Sem Fome
321	Ponta D'Água	Sento Sé	Pró Semiárido
322	Riacho Grande	Sento Sé	Ater Bahia Sem Fome
323	Riacho Santo Antônio	Sento Sé	Pró Semiárido
324	Salgado	Sento Sé	Pró Semiárido
325	Sanharó	Sento Sé	Ater Bahia Sem Fome
326	Sítio	Sento Sé	Pró Semiárido
327	Traíras	Sento Sé	Ater Bahia Sem Fome
328	Tribo Atikum	Sento Sé	Ater Bahia Sem Fome
329	Tribo Atikun	Sento Sé	Ater Bahia Sem Fome
330	Vale da Conquista	Sento Sé	Pró Semiárido
331	Tanque	Sento Sé	Agenda 2030; Saneamento Rural e Sementes Crioulas
332	Barra da Véia	Sobradinho	Ater Bahia Sem Fome
333	Barra do Umbuzeiro	Sobradinho	Ater Bahia Sem Fome
334	Bom Sucesso	Sobradinho	Ater Bahia Sem Fome
335	Campo Alegre	Sobradinho	Ater Bahia Sem Fome
336	Explanada	Sobradinho	Ater Bahia Sem Fome
337	Gameleira	Sobradinho	Ater Bahia Sem Fome
338	Santa Maria	Sobradinho	Ater Bahia Sem Fome
339	Santa Tereza	Sobradinho	Ater Bahia Sem Fome
340	São João	Sobradinho	Ater Bahia Sem Fome
341	Tataui 4	Sobradinho	Ater Bahia Sem Fome
342	Tataui 5	Sobradinho	Ater Bahia Sem Fome
343	Traíras	Sobradinho	Ater Bahia Sem Fome
344	Baraúna	Sobradinho	Pró Semiárido
345	Canaã	Sobradinho	Ater Bahia Sem Fome
346	Fonte e Vida	Sobradinho	Pró Semiárido; Saneamento Rural e Sementes Crioulas
347	Poço do Juá	Sobradinho	Ater Bahia Sem Fome
348	Salgadinha	Sobradinho	Ater Bahia Sem Fome
349	Santa Cruz	Sobradinho	Ater Bahia Sem Fome
350	São Gonçalo da Serra	Sobradinho	Ater Bahia Sem Fome
351	Serra Verde	Sobradinho	Ater Bahia Sem Fome
352	Sítio Caldeirão	Sobradinho	Ater Bahia Sem Fome
353	Tatauí 2	Sobradinho	Ater Bahia Sem Fome
354	Tatuí I, II e III	Sobradinho	Pró Semiárido
355	Terra Nossa	Sobradinho	Pró Semiárido
356	Frade	Uauá	Cáritas
357	Lages das Aroeiras	Uauá	Recaatingamento
358	Ouricuri	Uauá	Recaatingamento
359	Serra da Besta	Uauá	Recaatingamento
360	Serra dos Campos Novos	Uauá	Recaatingamento

LISTA DE SIGLAS

AABA – Articulação de Agroecologia da Bahia;

Aapssé – Associação dos Apicultores de Sento Sé

ABCMAC – Associação Brasileira de Captação e Manejo de Água de Chuva

AECOFABA – Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia

AP1MC – Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido

ATER – Assessoria Técnica e Extensão Rural

ASA – Articulação Semiárido Brasileiro

EFA – Escola Família Agrícola

CESEEP – Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular

Coofama – Cooperativa Agropecuária Familiar de Massaroca e Região

Coopercar – Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Cacimba do Silva e Região

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

INSA – Instituto Nacional do Semiárido

IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada

LUME – Análise Econômico-Ecológica de Agroecossistema

ONU – Organização das Nações Unidas

MOC – Movimento de Organização Comunitária

P1MC – Programa Um Milhão de Cisternas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

REFAISA – Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido

SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia

TSSF – Território Sertão do São Francisco

UASB – Upflow Anaerobic Sludge Blanket (reator anaeróbio de fluxo ascendente de alta eficiência)

WTT – World-Transforming Technologies



Copyright © 2024

IRPAA.ORG Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA

Avenida das Nações nº 04 - 48905-531 Juazeiro - Bahia, Brasil

Tel.: 0055-74-3611-6481 - Fax.: 0055-74-3611-5385 - E-mail: irpaa@irpaa.org - CNPJ 63.094.346/0001-16 Utilidade Pública Federal, Portaria 1531/06 - DOU 15/09/2006 Utilidade Pública Estadual, Lei nº7429/99 Utilidade Pública Municipal, Lei nº 1,383/94